ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII – N.º 162
3 de Março de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

Em Évora, de que damos uma imagem, decorreu, como em Santarém, no último domingo, mais uma grande manifestação de trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária, contra a política de cedências aos grandes agrários e à recuperação capitalista

MILHARES DE TRABALHADORES DEFENDEM A REFORMA AGRÁRIA

AS MEDIDAS ECONÓMICAS DO GOVERNO NÃO SERVEM OS INTERESSES NACIONAIS

Pág. 3 Texto integral da intervenção na TV dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Costa acerca da desvalorização do escudo e da política económica do Governo

CEM MIL CONTOS DE ESCÂNDALO!

O PCP opõe-se firmemente às medidas propostas na Assembleia para que o Estado, os dinheiros públicos, subsidiem os partidos (à razão de 20$00 por voto obtido nas eleições!).

Pág. 2

8 de Março Pág. 12

DIA DA MULHER

Editorial

QUEM MANEJA A ARMA DA DESESTABILIZAÇÃO

Quando o imperialismo pôs em prática a sua estratégia global de destruição da revolução chilena, sob o comando operacional da CIA, um novo vocábulo surgiu nos centros de diversão anticomunista para designar o pérfido trabalho de subversão imperialista contra o Chile revolucionário — *desestabilização*.

A palavra acabou por ganhar foros de cidadania e entrou definitivamente no vocabulário estratégico da contra-revolução internacional.

Desde então, lá onde a luta dos povos triunfou e o poder dos monopólios foi atingido ou ameaçado nos seus fundamentos, lá onde a exploração do homem pelo homem entrou em eclipse e os interesses imperialistas colidiram com a independência dos povos, a desestabilização tornou-se o recurso das forças derrotadas, uma verdadeira arma de subversão contra as instituições democráticas com a qual o imperialismo tentou pôr de joelhos os povos recalcitrantes.

(Continua na pág. 2)

GRANDE FESTA
NA FIL
COMEMORAÇÃO DO
56º
ANIVERSÁRIO DO
PCP
E INTEGRADA NA
CAMPANHA DOS
50000 CONTOS
COM
ÁLVARO CUNHAL
SÁBADO·5 MARÇO·21.30
CANTO LIVRE/BAILE/COMES E BEBES

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

POSIÇÃO EM 25 FEV. — TOTAIS ACUMULADOS

C C Central	1 021 788$80	OR do Oeste e Ribatejo	206 066$10
OR dos Açores	1 907$00	OR de Setúbal	583 068$30
OR do Alentejo	290 129$10	Emigração	39 697$10
OR do Algarve	143 074$50	UEC	187 711$50
OR das Beiras	176 011$60	UJC	51 012$70
OR de Lisboa	1 886 892$80	Por classificar [1]	736 683$70
OR do Norte	391 935$30	**TOTAL**	**5 715 978$50**

— É a soma das quantias já entradas na conta 13672-BPSM, das quais ainda não foram recebidas nesta data as correspondentes "Notas de Entrega", nem as respectivas "Notas Anexas", que devem ser sempre remetidas para a CCC imediatamente após efectuados os depósitos bancários.

COMUNICADO DA FEPU

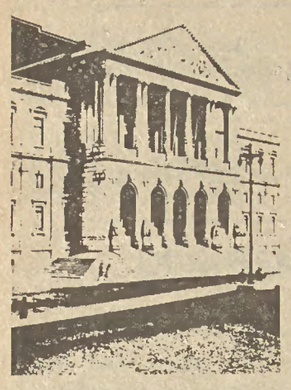
FRENTE ELEITORAL
POVO UNIDO

Pág. 4

DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO

No dia em que o PCP completa 56 anos de luta na defesa dos interesses dos trabalhadores, da causa da liberdade, da democracia, da paz e do socialismo, os comunistas trabalham para o seu Partido, fortalecem-no, defendem a Revolução e constroem o futuro!

Páginas centrais



Os Comunistas na Assembleia da República

Denúncia dos pasquins fascistas e da escandalosa situação que se vive na Televisão

A actividade da imprensa fascista e a escandalosa situação que se vive na RTP foram anteontem denunciadas na Assembleia da República pelo deputado do PCP Aboim Inglês que, no final da sua intervenção, entregou à Mesa um requerimento dirigido ao Governo acerca da situação na RTP.

É a segunda vez, no breve espaço de quatro meses, que o deputado Aboim Inglês aborda na Assembleia da República o problema em questão, o que evidencia que, desde então, nada o Governo fez para resolver a situação. Conforme acentuou Aboim Inglês, **no fundamental, aquelas reclamações mantêm-se actuais. E, quatro meses passados, factos sucessivos vieram reforçar mais ainda a razão que nos assistia ao fazermo-nos eco das generalidades preocupações.**

Depois de muito justamente ter salientado que, **em vários aspectos, a situação degradou-se mesmo a tal ponto que constitui escândalo público e perigo manifesto para a nossa democracia**, o deputado do PCP passou a referir-se à criminosa actividade da imprensa fascista, que actua impunemente, atacando diariamente instituições e autoridades constitucionais, intoxicando a população com provocações reaccionárias.

A dado passo, salientou Aboim Inglês: **A propaganda fascista confunde-se com a organização e a acção fascista, que vemos caminharem a par e já hoje às claras para se instalarem na "legalidade", abusando das liberdades democráticas para as liquidarem. As publicações fascistas congregam redes de fascistas, dão orientação para a sua acção aos saudosos do fascismo que vivem e actuam em liberdade entre nós, do Norte ao Sul, do Continente às Ilhas.**

Criticando em seguida o subsídio do Estado democrático — através dos portes postais pagos, avales da Banca e publicidade de empresas públicas nas páginas dos pasquins fascistas — a essas publicações, Aboim Inglês acentuou:

Não podemos compreender nem se pode admitir que os Órgãos de Comunicação Social estatizados — Imprensa, Rádio e Televisão — não se empenhem no esclarecimento e mobilização do nosso povo sobre os 48 anos de fascismo e o perigo fascista renascente, não se empenhem no desmascaramento e combate ao veneno da propaganda fascista e fascizante que invade as bancas dos jornais, os escaparates das livrarias, as escolas e as ruas, e até pelo contrário a RTP se atreva a fazer publicidade diária ao livro dum alto responsável fascista, Franco Nogueira, de panegírico ao ditador fascista Salazar!

Urge tomar medidas — sublinhou ainda o deputado do PCP — **decididas e decisivas para defender a liberdade pela qual o nosso povo tantos anos lutou e que conquistámos em 25 de Abril, para defender a democracia que construímos — para as defendermos dos seus inimigos provados: os fascistas. Nesta matéria e hoje, complacência pode confudir-se com cumplicidade, se não for cegueira que condena os cegos ao suicídio.**

A ESCANDALOSA SITUAÇÃO NA RTP "DO SR. TOMÁS ROSA"

Seguidamente, Aboim Inglês abordou na sua intervenção a situação escandalosa na RTP, socorrendo-se de imprensa de diferentes quadrantes que classificam a situação naquele órgão de Comunicação Social de "caos" e "podridão".

Reafirmando as críticas formuladas em Outubro passado de escandalosa subordinação da TV ao partido do Governo, ilustrando tais críticas com dados concretos compilados pelo nosso Partido e já divulgados no "Avante!", Aboim Inglês passou a referir-se às ilegalidades e prepotências cometidas pelo presidente da RTP, capitão Tomás Rosa. A este respeito, o deputado do PCP teve oportunidade de declarar:

A dança e contradança, avários níveis, de demissões, nomeações, acumulações de cargos — que começara já antes — continua até hoje e promete não parar.

A instabilidade e arbítrio instalados na TV, que os jornais noticiam com estupefacção, corre paralela daquilo que todos nós vemos, olhando o "pequeno écran": definhamento da produção nacional, submergida por subprodutos da desinformação e estupidificação pseudocultural imperialista; paralisação da programação, abafamento da informação, cada vez mais substituídas pela mediocridade, a manipulação, o improviso e a alienação.

Há razão para nos interrogarmos com espanto qual a origem real deste poder de que goza o solitário chefe da RTP e outros arbitrários chefes a vários níveis, que leva o sr. capitão Tomaz Rosa a fazer ameaças a prazo, de transparente endereço, numa recente entrevista que deu, significativamente, ao semanário "Tempo".

Após ter informado o plenário de que iria apresentar um requerimento, nomeadamente acerca da instalação da televisão a cores, o deputado do Partido Comunista Português finalizou a sua intervenção afirmando:

A situação grave em que se encontra a RTP, em múltiplos aspectos, é patente para todos, embora mal conhecida na sua extensão e meandros. A recente notícia de que 21 jornalistas do Telejornal entregaram à Comissão de Liberdade de Expressão do Sindicato dos Jornalistas um extenso relatório, devidamente fundamentado, sobre a prática continuada de ocultação, manipulação e censura de informação, sobre práticas de compadrio em nomeações e dependência dos poderes e dos chefes, fora das normas democráticas legais — é apenas mais uma erupção, desta vez parece que são mobilizadora, do apodrecimento que se tem processado na RTP.

Será necessário que não se pratique, em relação aos gravíssimos factos revelados, uma política de abafamento e repressão à moda do "antigamente".

Não podemos deixar de dizer duas palavras de estranheza e protesto pelos termos do inquérito mandado instaurar pelo sr. secretário de Estado da Comunicação Social. O membro do Governo superiormente responsável pelo que se passa na RTP não manda averiguar a veracidade dos graves atropelos denunciados, para castigar exemplarmente os responsáveis pelas violações às leis e à Constituição. Manda antes averiguar as responsabilidades na "divulgação" de documentos que, segundo ele, poriam em causa a "imagem" daquela empresa pública! Não se pode crer que, preocupado em salvaguardar uma imagem, mesmo falsa, pretenda eventualmente punir, não os responsáveis por que essa imagem seja falsa, mas antes aqueles que, mostrando corajosamente que nem tudo está podre nesse lamentável "Reino da Dinamarca" que é a RTP, cumprem com o seu dever de profissionais e cidadãos e usam dos seus direitos legais, para que a realidade seja posta à altura da imagem que se pretende, para que a Televisão cumpra de facto a sua função social, ao serviço do Povo português, como arma e ferramenta para a defesa da liberdade e a construção do Portugal democrático e independente, rumo ao socialismo, que a nossa Constituição consagra e torna imperativo, mesmo para a RTP!

PCP opõe-se à subvenção dos partidos políticos

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, na generalidade e por unanimidade, a sua Lei Orgânica.

O PCP, embora tenha aprovado o diploma, opôs-se firmemente — conforme salientou o deputado Veiga de Oliveira na sua intervenção no decorrer do debate — a um dos artigos do diploma, proposto pelo CDS, e que estabelece uma subvenção aos partidos políticos no valor de 1/225 do salário mínimo nacional por cada voto obtido nas eleições.

O deputado Veiga de Oliveira adiantou as razões da posição do Partido Comunista: **o financiamento dos Partidos deve resultar das contribuições voluntárias dos seus filiados e simpatizantes; uma tal medida na situação portuguesa não contribui para o reforço do prestígio dos partidos políticos como tal, pelo contrário, mina esse prestígio em largos sectores da opinião pública; o desprestígio dos partidos políticos, enquanto forma de intervenção popular, arrasta o desprestígio das instituições democráticas e da própria democracia; a medida proposta representa um novo encargo para as finanças públicas num momento em que se proclama a necessidade de diminuir os défices e reduzir os encargos.**

Prosseguindo na exposição das razões por que o PCP se opõe firmemente a tal proposta, Veiga de Oliveira acentuou: **A Constituição da República afirma o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos como uma das formas de liberdade de associação. Os partidos políticos são, assim, associações voluntárias de cidadãos, através das quais estes concorrem democraticamente para a formação da vontade popular e para a organização do poder político.**

Depois de ter salientado que, para o preenchimento destes objectivos, o financiamento dos partidos deve caber em exclusivo aos que neles se filiam ou com eles simpatizam, o deputado do PCP considerou que apenas deste modo resulta o seu prestígio e se garante a sua independência.

Aduzindo mais argumentos para a condenação do subsídio aos partidos, Veiga de Oliveira referiu:

A juventude das nossas instituições democráticas, um passado de meio século de fascismo em que os partidos políticos como tal foram um dos alvos privilegiados pela propaganda fascista, considerando-os responsáveis pelos «males da Pátria», recomendaria que esta questão fosse objecto de severa reflexão e prudente deliberação, para a qual não foram criadas as condições.

A situação criada pela proposta de subvenção dos partidos políticos — prosseguiu o deputado do PCP — **pode dar argumentos a todos aqueles que retomam hoje o combate aos partidos políticos e por essa forma às instituições democráticas, aproveitando-se do combate que no mesmo sentido foi feito pela propaganda fascista e que não deixou, de alguma maneira, de marcar sectores da opinião pública portuguesa e aproveitando-se também da falta de esclarecimento em torno da questão em apreço.**

E a finalizar a sua intervenção acerca da subvenção aos partidos políticos, Veiga de Oliveira disse:

Por outro lado, nas circunstâncias presentes da vida económica e financeira do país não nos parece moral, e em largas camadas do Povo português não se compreenderá, que ao mesmo tempo que se considera inadiável a aplicação de medidas de austeridade, ao mesmo tempo que pedem sacrifícios aos trabalhadores, ao mesmo tempo que se usa o argumento das nossas dificuldades para recusar benefícios que todos reputam razoáveis e justos, ao mesmo tempo que tudo isto acontece, se decida, precisamente nesta hora, atribuir uma subvenção aos partidos, que seja qual for o montante representará sempre novos encargos e apesar de tudo não pouco pesados para as finanças públicas.

Por tudo isto, não só nos opomos firmemente à proposta de subvenção como consideramos um erro grave que democratas portugueses possam apoiá-la.

A Democracia não sairá reforçada com uma tal decisão.

Trouxemos a nossa posição e as nossas preocupações a esta Câmara convictos que aqueles que querem o reforço da democracia e o prestígio das instituições democráticas saberão reflectir e tomar a única decisão justa: a de rejeitar a proposta!

As piruetas linguísticas e as inovações históricas de um deputado do CDS

Naquela tarde primaveril de Março, a Assembleia da República foi surpreendida por uma inovação teórica na fraseologia política utilizada pelos dirigentes do CDS. A tantas vezes utilizada "oposição civilizada" foi substituída por uma expressão muito mais aliciante: "oposição democrática e patriótica".

Era o primeiro dia de Março e o destacado líder do CDS Amaro da Costa produzia uma declaração política de apoio às recentes medidas governamentais. Apoio às medidas, que não ao Governo, porque mais uma vez foi reafirmada a disposição de substituir este por outro.

Toma-se cada vez mais evidente que à direita, o PS não lhe interessa absolutamente para nada. Apenas lhe interessam as medidas antioperárias e antipopulares que o Governo do dr. Mário Soares tome e que lhe permitam fazer a recuperação capitalista, destruir as principais conquistas do 25 de Abril e formar um novo Governo da confiança dos, nessa altura, regressados monopólios e latifúndios, da confiança do imperialismo.

Claro que a fraseologia do CDS vai inovando tudo o que for preciso para atingir tais objectivos. Mas temos que reconhecer que substituir "civilizada" por "democrática e patriótica" constitui um arrojo por parte dos mais empedernidos defensores do capitalismo monopolista, no seu estilo personalista.

Amaro da Costa atreveu-se ainda a comparar a data em que o Governo tomou tais medidas com o histórico dia 25 de Abril. E das duas uma: ou o dirigente do CDS pretende inventar a história à sua maneira ou então não deu pelo dia 25 de Abril. Nessa data — convém não esquecê-lo! — o povo veio para a rua, ao lado dos militares democratas, de mãos dadas derrubando o fascismo.

Nesse tal dia 25 de Fevereiro, o povo não desceu à rua manifestando o seu contentamento. Contentamento, houve-o — mas apenas por parte do deputado do CDS e do seu partido, por parte da CIP, da CAP e do imperialismo. O povo, esse, não permitirá que se confunda a história e demonstrará ao senhor deputado exactamente o contrário: é que entre o 25 de Abril e este "inventado" 25 de Fevereiro vai uma grande distância. A distância de quem sofre na carne a destruição progressiva das principais conquistas do 25 de Abril.

Mas não se ficou por aqui o eminente teórico do CDS. A dado passo da sua intervenção, resolveu alterar — mais uma vez — a história, afirmando que o CDS tinha passado à oposição no dia 11 de Março de 1975.

A história todo o Povo português a sabe: o CDS passou à oposição às primeiras horas da madrugada do dia 25 de Abril.

PCP propõe alterações na composição do Conselho Nacional do Plano

Em apenas uma sessão – a do passado dia 24 – a Assembleia da República discutiu e votou na generalidade, por unanimidade, a proposta de lei sobre «Sistema e Orgânica de Planeamento e composição do Conselho Nacional do Plano».

Intervindo no debate em nome do PCP, o deputado Veiga de Oliveira começou por salientar a reformulação por parte do Governo, da proposta inicial, e atendendo às críticas e sugestões da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano.

Depois de se ter debruçado sobre vários aspectos da proposta de lei em apreço, Veiga de Oliveira referiu-se à composição do Conselho Nacional do Plano, tendo começado por afirmar:

A Lei Fundamental da República atribui ao Conselho Nacional do Plano a coordenação da elaboração do Plano a nível central e nacional.

Para um cabal exercício de tal atribuição é necessário que a sua composição seja reflexo suficiente das diversas forças e entidades intervenientes na produção e, por isso mesmo, decisivas quer para a elaboração do plano, quer para a sua execução, quer para o controlo que permitirá ajustar e rectificar as carências ou os erros de decisão.

Considerando totalmente a representação dos sindicatos, das cooperativas, das unidades de exploração colectiva por trabalhadores, das empresas em autogestão e das entidades patronais, aquele deputado comunista adiantou:

De facto, para um número previsto de 44 membros, incluindo a presidência, os sindicatos só têm 8 representantes, quando afinal deviam poder representar a força principal e indispensável à elaboração e execução de qualquer plano nacional.

O mesmo se pode dizer da ausência de representantes do sector da exploração colectiva por trabalhadores e do sector em autogestão, ambos destinados a terem uma influência cada vez mais importante e decisiva na recuperação económica e no desenvolvimento nacional.

Adiantando propostas concretas, Veiga de Oliveira prosseguiu: **Pensamos que os sindicatos deveriam contar com o mínimo de 12 representantes e que o sector das unidades de exploração colectiva por trabalhadores e o sector das empresas em autogestão deveriam ter 4 representantes cada.**

Acentuando que nos representantes das entidades patronais haveria que distinguir a pequena e média empresa da grande empresa, o deputado do PCP afirmou:

Sem a participação activa e interessada dos trabalhadores não há plano realizável; haverá, quando muito, projectos dispersos, dispendiosos, muitas vezes ineficazes e em qualquer caso incapazes de produzirem o arranque do desenvolvimento económico que se faz urgente e se torna indispensável à defesa da independência nacional.

Aprovada a criação da Comissão Instaladora do Município da Amadora

A laboriosa e combativa população da Amadora viu a uma das suas mais legítimas, justas e antigas aspirações ser dado na passada terça-feira, na Assembleia da República, um primeiro e decisivo arranque, com a aprovação, por unanimidade e aclamação, da Comissão Instaladora do Município da Amadora.

O CDS apresentou à Assembleia da República um projecto de lei propondo a criação do Município da Amadora. A Comissão Parlamentar de Administração Interna e Poder Local substituiu o texto apresentado pelo CDS por outro, criando a citada Comissão Instaladora, definindo a sua composição e os seus poderes. Foi este o texto discutido e aprovado na sessão da passada terça-feira, e que mereceu a aprovação por unanimidade e aclamação.

No decorrer do debate — em que interveio por parte do PCP o deputado António Pedrosa que, além de residir na Amadora e ali trabalhar há mais de vinte anos, é vereador da Câmara de Oeiras — e na declaração de voto, o PCP justificou a sua posição.

No essencial, a par de considerar inteiramente justa a satisfação dos desejos e necessidades da população da Amadora, o PCP considera que o texto apresentado pela Comissão tem muito justamente em conta um critério de prudência que deve ser tido em conta tanto na criação como na extinção de municípios.

O deputado Lino Lima, que leu a declaração de voto do PCP, não deixou de salientar que, com este acto, se fez justiça ao povo da Amadora, cujas aspirações o PCP nunca deixou de apoiar, antes como depois do 25 de Abil. O deputado do PCP terminou a declaração de voto saudando vibrantemente a população deste brevemente novo concelho.

33 diplomas aprovados em 50 sessões plenárias

Segundo números revelados pela Mesa da Assembleia da República, no decorrer da sessão da passada sexta-feira – a última do mês de Fevereiro – até ao presente momento, 33 diplomas foram já discutidos, votados e aprovados pela Assembleia da República.

A Assembleia da República, desde que entrou em funcionamento, efectuou 79 sessões plenárias, das quais 25 foram dedicadas exclusivamente à verificação de poderes, discussão e aprovação do Regimento, bem como à elaboração do Estatuto dos Deputados.

Deste modo, para apreciação e aprovação dos 33 diplomas, a Assembleia da República dispôs apenas de 50 sessões, números que deitam por terra todas as calúnias dos sectores reaccionários que, acusando a Assembleia da República, pretendem no fundamental pôr em causa a Constituição da República e a própria Democracia.

Até ao momento, deram entrada na Assembleia da República 40 propostas de lei do Governo Central, 3 do Governo Regional dos Açores, 1 do Governo Regional da Madeira, 20 projectos de lei do PPD, 9 projectos de lei do CDS, 6 projectos de lei do PCP, 4 projectos de lei do PS, 6 pedidos de ratificação do PCP, 4 pedidos de ratificação do PPD e 3 pedidos de ratificação do CDS.

A Assembleia da República tem ainda pendentes para votação 63 diplomas.

Editorial

QUEM MANEJA A ARMA DA DESESTABILIZAÇÃO

(Continuação da pág. 1)

Certos êxitos da desestabilização imperialista na América Latina, no Próximo e no Médio Oriente, não provam nem garantem, contudo, a sua eficácia universal. Os povos resistem tenazmente ao assalto das suas conquistas revolucionárias, o imperialismo e os seus lacaios têm sofrido algumas pesadas derrotas, a marcha da história e a correlação de forças no mundo têm um sentido cada vez menos favorável à existência do sistema de exploração capitalista. Tem sido assim em Portugal.

O que está actualmente em curso entre nós é uma vasta operação mirando anular as conquistas fundamentais da revolução e modificar pela violência as estruturas económicas e sociais resultantes do desenvolvimento dialético do nosso processo revolucionário.

A "violência" aqui não é referida no sentido restricto de uma ou outra operação de força contra os obreiros da Reforma Agrária ou de uma qualquer acção repressiva contra legítimos direitos e liberdades que a Constituição da República outorga aos trabalhadores. Esta violência, aliás, entrou já também na prática política do governo do PS.

A violência de que falamos é de âmbito muito mais geral: é a violência que pretende impor contra natura a dinâmica de desenvolvimento capitalista, que a favorece e impulsiona por todos os meios e a opõe à dinâmica não capitalista do nosso desenvolvimento económico e social. Trata-se, pois de uma verdadeira batalha de classe, movida contra a nossa democracia que aponta ao socialismo.

Dentro desta estratégia de classe compreende-se melhor o porquê dos ataques ao PCP, a acusação barata e falaciosa de que o PCP provoca a desestabilização das instituições político-militares, embora a realidade da política do Partido dos trabalhadores portugueses constitua o mais formal desmentido a tais acusações.

É uma acusação que sai pela culatra. Sem nenhum receio de desmentido se pode denunciar de facto a existência e aplicação actuais de uma estratégia de classe das forças derrotadas em 25 de Abril visando a desestabilização da situação portuguesa, arquitectada pelas forças do imperialismo e da reacção interna, e que os seus objectivos são optimamente servidos pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo do PS.

☆

☆ ☆

As medidas económicas anunciadas ao País pelo Dr. Mário Soares são um facto de desestabilização dos mais graves.

Entendamo-nos: nós comunistas não atacamos por atacar a política económica do governo do PS. A desvalorização do escudo era inevitável. Tecnicamente algumas medidas anunciadas justificam-se.

Como disse Álvaro Cunhal à RTP "a desvalorização em si pode ser boa ou pode ser má. Pode facilitar as exportações e dificultar as importações; pode estimular o turismo; poderá estimular as remessas dos emigrantes e mesmo os investimentos estrangeiros".

Mas o facto de algumas dessas medidas serem tecnicamente válidas elas não podem ser desligadas da política económica e financeira que condiciona a sua aplicação. Na sua exposição ao País o Dr. Mário Soares limitou-se à justificação técnica de tais medidas, às promessas irrealizáveis no quadro da actual política económica do seu governo, aos apelos e exortações aos portugueses. Mas não disse o que a chuva de diplomas que ocuparam muitas horas de trabalho aos gráficos da Imprensa Nacional, estão empapados da política de recuperação capitalista, estão virados para as compensações e ajudas ao sector privado, a muitos dos que sabotaram a economia portuguesa, estão orientados para o agravamento da dependência económica de Portugal face às grandes potências capitalistas e aos monopólios internacionais. Silenciou, na sua exposição, que o peso das medidas de austeridade, a desvalorização da moeda vão afectar principalmente os rendimentos fixos, ou seja os salários e ordenados dos trabalhadores e as baixas remunerações de muitos milhares de portugueses das outras camadas pobres e médias da população.

O Dr. Mário Soares não disse que o seu "cabaz de compras", que afecta directamente a grande massa dos trabalhadores e dos consumidores mais pobres, passou sucessivamente de 40 para 27 e agora para 14 produtos, alguns de discutível inclusão no "cabaz"; garantiu que não haveria aumentos imediatos mas sabe de certeza certa e ocultou-o na sua exposição que é impossível conter os preços mesmo desses 14 produtos e se esqueceu de dizer que a única mercadoria que vai baixar de preço com a desvalorização monetária e com a congelação da contratação colectiva é a força de trabalho dos trabalhadores.

Como justamente acentuou Álvaro Cunhal "todas as mercadorias vão subir mas há uma que o Governo faz o possível porque desça de preço — a força de trabalho".

☆

☆ ☆

Certamente o PCP vai estudar a avalanche dos diplomas económicos agora promulgados pelo governo do PS sem ter ouvido previamente, como a Constituição determina, os trabalhadores. Na Assembleia da República e por outras formas que julgar convenientes, não deixará de expor as suas propostas de solução dos problemas da economia nacional e das classes trabalhadoras.

E fa-lo-á como grande partido responsável que é da classe operária portuguesa, com a sua contribuição responsável para a estabilização do processo democrático, das suas instituições, da situação do País.

A direita reaccionária continuará a conspirar, a multiplicar os actos terroristas, contra a população indefesa, a fazer o seu trabalho de sapa para a desestabilização da situação económica, política, social e militar e atribuí-la ao PCP. As acusações de desestabilização devolvemo-las inteiras à procedência. Não é a nossa política. Os trabalhadores, a classe operária, todo o povo laborioso de Portugal a conhecem, a apoiam, a realizam.

As medidas económicas (de recuperação capitalista) do Governo PS

ÁLVARO CUNHAL E CARLOS COSTA EXPÕEM A POSIÇÃO DO PCP

Publicamos a transcrição da intervenção na RTP, na passada terça-feira, dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Costa.

Pelo interesse de que se reveste a primeira intervenção pública do PCP sobre as medidas económicas do Governo, o texto que divulgamos tem especial interesse, apesar das naturais limitações e condicionalismos inerentes a tratar-se de uma exposição de viva-voz feita com tempo limitado.

É visível o cuidado posto pelos camaradas que em nome do PCP intervieram na Televisão para, nos minutos de que dispunham, exporem o maior número de problemas e definirem o mais claramente possível a linha do nosso Partido. Disso resultou um texto que nos parece um bom elemento de trabalho, uma boa base para esclarecimento de dúvidas e para levantar questões. Uma intervenção na Televisão, pelo grande impacto que tem junto da população, assume sempre uma grande importância e constitui a base de muitas conversas e muitas trocas de impressões: a dificuldade de não se poder reconstituir o que efectivamente foi dito ou de não se ter apreendido com suficiente clareza dificulta por vezes a participação, o corresponder a essas conversas que são importantes elementos de esclarecimento.

"Avante!" apresenta assim uma sugestão para o trabalho sobre o texto que a seguir publicamos: lê-lo com atenção de forma a conhecê-lo bem para o poder discutir e esclarecer; debater com os camaradas as dúvidas, saber a que se refere cada um dos termos ou dos pontos focados de forma a documentarmo-nos para — *levar a todos os trabalhadores a posição do Partido Comunista Português.*

Os entrevistadores da RTP (Francisco Sarsfield Cabral e Adriano Cerqueira) começaram por perguntar qual era a posição do PCP acerca das recentes medidas económicas do Governo.

A nosso ver, estas medidas são muito numerosas, mas não correspondem às necessidades da situação actual. Não são as medidas adequadas para a resolução dos graves problemas financeiros e económicos que o País defronta.

Podemos dizer que há três grandes problemas: o défice enormíssimo da balança de pagamentos, o problema da reanimação económica geral, que nas medidas do Governo são mais uma política de recuperação capitalista e o problema do bem-estar dos trabalhadores, a situação económica dos trabalhadores.

O Governo responde com três medidas ou ordem de medidas em três direcções fundamentais: a desvalorização, medidas, um conjunto delas, chamadas de recuperação económica — como disse são mais de recuperação capitalista — e uma política de preços que significa um aumento considerável dos preços e uma entrada naquela tão célebre espiral inflacionista que, na verdade, há que temer, depois destas medidas.

A nosso ver os resultados destas medidas não serão favoráveis para a nossa economia e para as nossas finanças. Terão, sim, repercussões no agravamento do custo de vida para os trabalhadores e trazem maiores facilidades para os capitalistas portugueses, uma posição mais forte para o capital estrangeiro no nosso país e condições mais gravosas por parte do exterior, no que se refere a uma política de créditos para o nosso país.

Vejamos o caso da desvalorização. Para as pessoas que acompanharam o nosso VIII Congresso é conhecido que nos debruçámos sobre as repercussões de uma eventual desvalorização do escudo, se ela poderia ou não contribuir para a solução dos nossos problemas económicos e financeiros. A nossa opinião sobre esta medida não resulta, pois, de qualquer preconceito ou do facto de o Governo agora ter decretado.

A desvalorização em si pode ser boa ou pode ser má. Em que medida é que a desvalorização pode intervir como factor positivo na diminuição do défice da balança de pagamentos?

Pode facilitar as exportações, na medida em que os produtos ficam mais baratos no mercado externo. Pode dificultar as importações, na medida em que os produtos estrangeiros passam a ser mais caros. Poderia estimular o turismo, na medida em que aquele que paga com moeda forte compraria o escudo mais barato. Poderia estimular as remessas dos emigrantes na medida em que os marcos e os francos ficariam a valer mais escudos. Poderia até estimular os investimentos estrangeiros.

Acontece, entretanto, que os efeitos benéficos não vão ser possíveis devido à situação concreta em Portugal. E porquê?

Vejamos o caso do comércio externo. A sua estrutura traduz-se por uma balança comercial altamente deficitária. Em 1976, tivemos 130 milhões de contos de importações para um total de 60 milhões de contos de exportações, ou seja, um défice que se deve ter aproximado dos 70 milhões de contos.

Mas não é só isso. Na própria estrutura das importações e das exportações temos que ter em conta, no que respeita às importações que cerca de 80 por cento podem ser consideradas de bens essenciais e no que respeita às exportações, não temos grande gama de produtos a exportar, que nos dêem uma mobilidade que permita responder às necessidades do comércio externo. Isto significa que passaremos a pagar mais caro cada artigo que importamos do estrangeiro.

Ponhamos o caso de uma mercadoria usual: para comprar um aparelho determinado necessitaríamos de 10 metros de tecido. Agora teremos de pagar pelo mesmo aparelho 11 metros e meio de tecido.

Nesta altura o entrevistador interrompeu, referindo-se à necessidade defendida pelo Governo de limitar as importações.

Mas nós temos estado de acordo com isso. Essa é aliás uma medida que o nosso Partido reclama. É necessário importar menos e exportar mais, é necessário cortar este grande défice da balança comercial. O que nós dizemos é que a desvalorização em si não vai ter como resultado o melhoramento da balança comercial, uma vez que devido à estrutura do nosso comércio externo, o sistema de importações e exportações, nós vamos pagar muito mais caro e é muito aleatório que vamos conseguir expandir as nossas mercadorias através dessa desvalorização de 15 por cento.

Nós estamos, aliás, de acordo com a contigentação, achamos bem — para citar medidas que achamos positivas — que seja alargado o âmbito da restrição dos consumos sumptuários, das mercadorias que são abrangidas pela taxa dos 60 por cento. Tudo quanto seja para limitar a importação de artigos supérfluos estamos de acordo e temos manifestado várias vezes essa posição. Mas em relação à desvalorização em si, dada a estrutura do nosso comércio externo, ela não vai ter como efeito a diminuição do défice da nossa balança comercial. E mais: no que respeita à balança de pagamentos, vai ter efeitos muitíssimo maus, porque o País está endividado em mais de 150 milhões de contos de dívida externa, que se prevê que possa pagar em juros e amortizações mais de quinze milhões de contos anuais e que agora vão passar a ser mais de dezassete milhões de contos, que terão de ser pagos em divisas e que resultam das nossas obrigações no que se refere a esses empréstimos externos.

Dada a nossa situação, as dívidas que temos ao estrangeiro e as características do nosso comércio externo, sem dúvida que a desvalorização não vai ter aqueles efeitos que são proclamados.

Francisco Sarsfield Cabral perguntou quais seriam as medidas que o PCP preconizaria e que não fossem de recuperação capitalista. Após curtas palavras do camarada Álvaro Cunhal que salientou ser ainda necessário dizer mais alguma coisa sobre as medidas tomadas, falou o camarada Carlos Costa:

Ainda sobre a desvalorização, é preciso dizer que ela vai ter uma repercussão tal nos produtos importados que a subida de preços por essa via há-de orçar pelos 18 milhões de contos – apenas!... Quanto às importações nós estamos de acordo que se corte muito mais do que aquilo que o Governo cortou!

Mas quanto às medidas, às medidas chamadas de recuperação, não se pode de facto entender que elas sejam de recuperação económica, são sim de recuperação capitalista.

Assim, vejamos:

● **A mobilização provisória das indemnizações de acções e títulos de empresas nacionalizadas:** visa de facto a utilização das acções das empresas nacionalizadas para levantar dinheiro do banco e para investir em novas empresas capitalistas. Quer dizer: isto visa que os Melos da CUF formem uma outra CUF com as acções da CUF! Visa também uma situação que era de escândalo; a de pessoas que jogavam na bolsa, que deviam bastante dinheiro aos bancos – mas tinham acções. Acções que não valiam nada, mas assim podem pagar essas dívidas com essas acções.

● **A reavaliação dos activos das empresas** (repare-se que é só das empresas privadas, inclusive das intervencionadas, que o Governo tem a preocupação de chamar privadas): trata-se de preparar as condições para a entrega das empresas: empresas que estavam falidas, deixam de estar falidas com a reavaliação dos activos. Isto dá aliás origem a uma alta de preços muito grande: porque nos custos de preços contam as amortizações e as amortizações são evidentemente calculadas sobre os activos e se estes são aumentados, as amortizações aumentam, os custos também – logo, os preços.

Isto seria uma medida justa quando aplicada ao sector não capitalista, às empresas nacionalizadas. Porque é que o Governo não aplica esta medida às empresas nacionalizadas e as aplica exclusivamente às não-nacionalizadas?

● **O caso das empresas em autogestão:** o Governo estabelece agora um prazo de dois anos para que o proprietário possa decidir se quer ou não quer a empresa. Mas porquê? Porque é que o proprietário passa a ter dois anos para decidir? De resto, teria direito de decidir? Mas passa a ter dois anos para decidir!

E se a empresa estivesse falida é que não terá direito a reavê-la. Mas não se define aqui qual o critério de falência: é um critério técnico ou um critério jurídico? Como se sabe, empresas juridicamente falidas não existiam, estavam sim tecnicamente falidas. E agora, quem vai decidir se essas falências técnicas correspondem a falências jurídicas? Os tribunais!

Mas quais tribunais? Os mesmos que absolvem os pides? Com que critérios?

Estas, por exemplo, são medidas que, na verdade, não são propriamente de recuperação económica, são de entrega, de possibilidades de investimento aos grandes capitalistas, ou de entrega de empresas aos capitalistas.

Sarsfield Cabral intervem para pedir uma concretização sobre as referências feitas relativamente aos problemas de preços e especialmente do cabaz de compras a que respondeu o camarada Álvaro Cunhal:

Em relação aos preços e como o camarada Carlos Costa já referiu, a desvalorização, uma vez que importamos muito e que as importações vão encarecer, representa já uma subida de preços de produtos de consumo corrente importados e, portanto, um agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Mas, no que respeita aos preços, são tomadas uma série de medidas que conduzem ao mesmo efeito. Não é já só a desvalorização, mas é o aumento das taxas de juro, o aumento do imposto de transacções, são os preços tabelados, o aumento de taxas diversas.

O «cabaz de compras», com franqueza é um cabaz de compras um bocadinho estreito... Quer dizer, a ementa que é dada aos portugueses no «cabaz de compras» não é muito larga e uma vez que se fala em restrições às importações e alargamento das exportações e à produção nacional de produtos que se têm importado, não teria sido mau ter encarado o alargamento do cabaz das compras com um pouco de carne, um pouco de peixe mais de produção nacional.

Suponhamos: fala-se muito da produção de bovinos, a carne bovina, o preço dos bovinos, mas não se fala na grande possibilidade que há, num prazo relativamente curto, de aumentar a produção de frango e ovos, que é relativamente simples desde o momento que haja vontade e haja um mínimo de capacidade. Mas isso está fora do «cabaz de compras», está já nos preços tabelados, onde aparece a figura de preço máximo que se pode converter noutra figura muito diferente: o preço máximo pode converter-se no preço mínimo e como é habitual em tais períodos começa a surgir o mercado negro,a especulação.

Portanto, pensamos que com toda esta política de preços se visa um vertiginoso aumento de preços que tem uma contrapartida para os trabalhadores que é a descida do salário, a descida do poder de compra, a descida do salário real.

E é de notar que mesmo no aspecto técnico da fixação dos preços o próprio mecanismo vai variar. Quer dizer: havia um mecanismo que de certa forma ainda permitia a intervenção de instâncias técnicas no sentido da sua limitação, porquanto uma empresa para aumentar os preços necessitava anteriormente de uma autorização. Mas agora não: agora limita-se a participar o preço e, se num prazo relativamente curto, não houver uma opinião contrária do Governo, pois está o preço fixado!

Deixou de haver a possibilidade da intervenção técnica, que no aumento do preço fazia pesar outros elementos de carácter geral: agora é a própria empresa que pode fixar o preço sem mais nada.

Isto quer dizer que estamos perante uma liberalização de preços, o que numa situação de carência, de dificuldades de importações, levará a uma subida muitíssimo grande e rápida e portanto a uma descida proporcional do poder de compra dos trabalhadores. E não só dos trabalhadores! Também das classes médias; quando digo trabalhadores é na acepção mais ampla, toda a população vai ser atingida por esta política de aumento de preços.

Aliás, podemos dizer: todas as mercadorias vão subir, mas há uma mercadoria que o Governo faz o possível por que desça de preço – a força de trabalho. A força de trabalho também é uma mercadoria, os trabalhadores vendem a sua força de trabalho, mas para essa – é o congelamento da contratação colectiva, são as limitações que o Governo procura impor aos próprios salários nominais. Sublinhe-se, em relação aos próprios salários nominais, uma vez que já aparecem no plano da rentabilidade projectos que os limitam, uma vez que os reais, esses perderam num dia 15 por cento do seu valor e ainda vão perder mais no futuro próximo.

É um facto que se pretende embaratecer o preço da mercadoria que é a força de trabalho, aquela de onde sai e que produz toda a riqueza, ao mesmo tempo que há uma grande elevação de todos os outros preços, particularmente dos artigos de consumo corrente das classes trabalhadoras.

Estamos sem dúvida face a uma política bem determinada: fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades económicas, para uma política de recuperação capitalista, aquilo a que nós temos chamado (não chamamos, é de facto!) uma política de recuperação capitalista, agrária, e imperialista com sacrifício das grandes conquistas da Revolução portuguesa, das conquistas de carácter económico e social, das transformações das estruturas económicas e sociais – as nacionalizações, o controlo operário, as empresas intervencionadas, as empresas em autogestão, a formação de muitas cooperativas, a Reforma Agrária com os seus êxitos no domínio da agricultura. É contra todas estas conquistas que se dirige a política do Governo.

Tudo isto, naturalmente, nos causa grandes apreensões e não podemos deixar de manifestar a nossa discordância.

Sarsfield Cabral coloca a questão de saber se, dada a posição exposta, o PCP considera que o acordo proposto pelo Governo entre trabalhadores e capitalistas, o chamado «pacto social» seria inviável, perguntando nomeadamente se o PCP considera que «o pacto social não terá viabilidade?». Respondeu o camarada Álvaro Cunhal:

Até pode ter, mas não é com estas leis, não é com estas medidas, com este espírito.

Estas medidas, em primeiro lugar, são tomadas sem consulta dos trabalhadores. Há aqui muita legislação de trabalho: para ela, a Constituição exige que sejam ouvidos os trabalhadores — não foram ouvidos!

E os trabalhadores, os trabalhadores das empresas intervencionadas, os trabalhadores da Reforma Agrária não têm reclamado outra coisa que não seja dialogar, que não seja discutir, que não seja concertar, que não seja contratar.

Mas vemos, por exemplo, que está paralisada a contratação colectiva, não porque tenha havido uma anuência do Estado, mas porque há recusa por parte do patronato em negociar.

Os trabalhadores sempre têm manifestado vontade de discutir, de analisar, de considerar soluções não apenas dos seus problemas directos ou imediatos, mas dos problemas nacionais, dos grandes problemas da economia nacional.

Penso que é perfeitamente possível isto continuar a dar-se, desde que haja efectivamente a vontade de seguir uma política que sirva os interesses dos trabalhadores, os interesses nacionais e não uma política de recuperação capitalista que vai, no fim de contas, servir os interesses de uma camada muito reduzida da população.

Adriano Cerqueira interroga sobre quais as medidas económicas mais urgentes preconizadas pelo PCP. Respondeu o camarada Álvaro Cunhal:

Pensamos que é necessário encarar várias medidas, mas não apenas de carácter técnico e financeiro.

Por exemplo: no que respeita ao equilíbrio da balança de pagamentos, estamos de acordo que são necessárias medidas — mas não são estas.

Estamos de acordo que é necessário um esforço para reduzir a quantidade de artigos importados. É uma coisa que é afirmada ao longo da exposição que justifica estas medidas – mas isto implica um esforço real nacional. Pensamos que Portugal não pode viver – nem vai viver, de facto! – de empréstimos externos. O empréstimo externo já está a sustentar, como se diz em gíria popular, o nosso país como a hipoteca sustenta o pequeno proprietário que está empenhado. O empréstimo externo é um garrote que se vai apertando sobre a economia portuguesa e sobre a própria independência nacional.

Diligente, Adriano Cerqueira interrompe para perguntar se a afirmação era válida apesar do Primeiro-Ministro ter afirmado que os juros dos empréstimos eram baixos:

Quinze milhões de contos de encargos – agora! Chegará a altura em que passaremos a receber empréstimos não já para receber o dinheiro, mas para pagar os encargos.

Uma política de empréstimos é uma bola de neve que nos conduz a uma situação para que depois não veremos saída.

Sempre diligente, Adriano Cerqueira lembra que o Governo declara que os empréstimos são apresentados como visando a recuperação económica. O camarada Álvaro Cunhal prossegue:

Há empréstimos que são contraídos para resolver dificuldades de tesouraria. Temos a noção de que não é pedindo dinheiro emprestado que se resolve o problema nacional, o problema de uma economia que necessita de ser reanimada. É sim com esforço nacional, é com a vontade dos portugueses, com a nossa coragem para enfrentarmos as dificuldades e para trabalharmos com a perspectiva do bem-estar do nosso povo e de independência nacional, é com um esforço que tenha em conta que aqueles que produzem, aqueles que trabalham, são um elemento essencial para que o país possa sair das suas dificuldades. É sim um grande esforço nacional, em que os trabalhadores não têm apenas o seu braço, têm a sua inteligência, têm o seu esforço, têm a sua opinião. Pensamos que é com os trabalhadores, com a consolidação da democracia portuguesa, com um grande esforço para aumentar a produção, que se tem de encarar a resolução dos problemas. Não é apenas com medidas administrativas, que vêm do alto, que vêm do Governo, mas com medidas que tenham a participação viva da classe operária, dos trabalhadores em geral para a busca de soluções para a diminuição dos défices, para a diminuição dos consumos, para uma política de austeridade, que os trabalhadores certamente estarão dispostos a aceitar, desde que seja com a perspectiva que está na cabeça e no coração de todos os que trabalham, — a perspectiva da democracia, da defesa das conquistas fundamentais da Revolução portuguesa e, como nós comunistas dizemos, de uma democracia a caminho do socialismo.

Adriano Cerqueira pede para que sejam explicitadas quais as medidas preconizadas pelo PCP. O camarada Álvaro Cunhal afirma:

Se é necessário um volume enormíssimo para expor as medidas que o Governo acaba de enunciar, seria também necessário, para expor uma política concertada, uma longa exposição e não aquele minuto que me falta...

Desdobrando numerosas folhas de papel que a câmara foca, interrompe o camarada Carlos Costa:

...só de artigos a cortar, nós cortaríamos estes todos...

Conclui o camarada Álvaro Cunhal:

...é facto, mas teremos certamente ocasião de expor mais em pormenor o que temos a propor e não faltará certamente muito tempo.

Para a campanha dos 50 mil contos

MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO Avante!

Tiragem limitada

Faça a sua reserva já, nas Populares Livrarias CDL ou na CDL – Departamento de Venda directa.

À VENDA O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Neste número: Congresso de Todos os Sindicatos ● A Campanha dos 50 mil contos ● Muitas organizações preparam as suas assembleias ● Ainda as eleições para as autarquias ● A actividade da UJC ● Reforçar as comissões de moradores ●

Preço de assinatura, por 12 números:

Via Normal (superfície)	
Continente e Ilhas	70$00
Outros destinos	90$00
Via Aérea	
Ilhas adjacentes	85$00
Europa	120$00
Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé, Timor	150$00
Estrangeiro (extra-europeu)	175$00
Assinatura de Apoio	70$00

na REVISTA INTERNACIONAL N.º 1 DE 1977

UM TEXTO DE ÁLVARO CUNHAL

OS COMUNISTAS PORTUGUESES NA LUTA PELA DEMOCRACIA E O SOCIALISMO

●

REFLEXÕES SOBRE OS 1000 DIAS DE GOVERNO DA UNIDADE POPULAR DE *VOLODIA TEITELBOIM*

MEMBRO DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO

UMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO NOSSO PARTIDO

NO ANIVERSÁRIO DO PARTIDO OFERECE AOS TEUS AMIGOS ESTA OBRA

VER PARA CONHECER A HISTÓRIA DO PCP

1939 — Guerra Civil de Espanha. Intensa solidariedade à Espanha Republicana. À luta antifascista aderem milhares de pessoas. Marinheiros, militantes da Organização Revolucionária da Armada (ORA) fundada por comunistas, em 1935, sublevam-se em Lisboa e apoderam-se de dois navios de guerra. Quando os navios saem do Tejo são bombardeados; os revoltosos são presos e deportados para o campo-prisão do Tarrafal, que começa a receber os primeiros presos políticos. Entre 1936 e 1939 — centenas de antifascistas passam pelo Campo de Concentração do Tarrafal. Ali morrem dezenas de patriotas. O fascismo intensifica os seus crimes e o movimento popular é agora inconstestável e nenhuma repressão será capaz de destruí-la.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP.

Pedidos à CDL – Central Distribuidora Livreira

Sessão pública da CML

ONDE OS ELEITORES PODEM VER A ACTUAÇÃO DOS SEUS REPRESENTANTES

De tudo um pouco se falou na última reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa. Desde as festas dos Santos Populares até à cárie dentária.

No período antes da ordem do dia, caberia ao representante da FEPU, o vereador Paulo Loureiro, abordar as questões relacionadas com o funcionamento eficaz do município, intervenção esta que se integraria numa moção apresentada pelos representantes da FEPU na CML e que foi aprovada por unanimidade. Refere a moção que, aquela câmara, «correndo o risco, por ausência de legislação, de não permitir a resposta dinâmica desejada, logo, ao invés, contrária aos interesses das massas populares que os elegeram, exige, em nome do povo de Lisboa, da Assembleia da República e do Governo a publicação urgente de legislação (...) que garanta o funcionamento democrático e eficaz do município, nomeadamente o carácter executivo colegial da Câmara, o carácter deliberativo da Assembleia Municipal e o estudo da reforma das finanças locais por forma a garantir uma real autonomia financeira e uma repartição justa dos dinheiros públicos entre o Poder local e o Poder central.»

«UMA CÁRIE NO DENTE»

Sobre os buracos se debruçou a vereadora Helena Roseta, do PPD, chegando a fazer a comparação de que «um buraco na rua é como uma cárie num dente».

Não fora esta imagem de carácter estomatológico e o facto de não tirar conclusões da exposição que fez sobre o assunto, e poderia pensar-se que a intervenção da vereadora, que cumulativamente é deputada à Assembleia da República, apresentaria soluções em vez de chamar apenas a atenção para o problema, grave não só nas ruas do município lisboeta, mas em quase todas as estradas do País.

E se neste assunto de buracos a vereadora Helena Roseta não caiu em nenhum já o mesmo não sucedeu quando foi posta à discussão a proposta apresentada pela FEPU condenando e exigindo medidas concretas contra os bombistas.

MEDIDAS CONTRA OS BOMBISTAS

Lida por Silva Graça, da FEPU, a proposta levaria à primeira grande discussão da sessão. E foi nesse período que a vereadora Helena Roseta caiu no «buraco» de tentar desviar a responsabilidade das actividades terroristas das forças reaccionárias e fascistas. A intenção era clara e a própria vereadora se desmascarou ao afirmar que também deviam figurar os «sociais-fascistas».

Já Nandim de Carvalho, seu companheiro de vereação e da Assembleia da República procurou ser mais súbtil, numa proposta que subscreveu e que foi votada em alternativa, ao fundamentar que por razões psicológicas é comum haver nos outros países indivíduos isolados que põem bombas. Portanto, ficamos a saber, os últimos atentados em Lisboa, resultam de seis indivíduos isolados que, por razões psicológicas, resolveram, três em cada noite, praticar atentados.

Contra esta argumentação se insurgiu Silva Graça, que estranhou o facto de um partido que se reivindica de democrático se opor a que figure numa proposta a denúncia de que são as forças fascistas que põem bombas.

Mas a proposta viria a ser aprovada — contemplando um acrescento proposto pelo arq. Aquilino Ribeiro — por maioria de votos do grupo PS e FEPU. Votaram contra os três elementos do CDS e Helena Roseta. Nandim de Carvalho e o outro vereador do PPD abstiveram-se.

O texto aprovado condena «o recrudescimento do surto bombista em Lisboa, a soldo das forças antidemocráticas, reaccionárias tinha sido nacionalizada. E o assunto levantou tal celeuma, tantos foram os artigos invocados — apesar do grupo PS ser de opinião que a nacionalização não invalida os compromissos assumidos — que para se sair do impasse ficou de se ouvir a Ouvidoria da Câmara e na próxima reunião o assunto seria decidido.

Martins Canaverde passou á carga quando foi abordado o ponto que dizia respeito à aprovação de propostas que transitaram de reuniões anteriores e que por sinal eram de sua autoria. A primeira dizia respeito à construção clandestina e mereceu da parte de Helena Roseta o comentário de que a «proposta não passa de boa intenção, mas a construção clandestina não pode ser resolvida só com medidas repressivas».

A segunda e que mereceu um debate mais aprofundado tinha em vista a realização das Festas dos Santos Populares à boa maneira e fascistas, interessadas na desestabilização da situação político-militar por forma a facilitar-lhes a conquista de posições que conduziriam à reinstalação do fascismo no nosso País» e exige dos órgãos competentes «medidas enérgicas contra os bombistas no sentido do desmantelamento total da rede terrorista».

O CDS E OS SANTOS POPULARES

Mas se o CDS se manteve quase afónico durante esta parte da reunião — aliás dos três vereadores daquele grupo apenas Martins Canaverde usa da palavra, os outros ocupam as cadeiras e levantam o braço quando nas votações — já o mesmo não sucedeu nas questões da ordem do dia.

Assim, Martins Canaverde começou por afirmar que a CML não tinha de pagar a expropriação do terreno destinado ao parque da Carris, na medida em que esta de antigamente.

Mais uma vez se insurgiu Silva Graça contra tal atitude que considerou um «sistema paternalista à boa maneira fascista». Considerou sim que a Câmara deve dar apoio às iniciativas que partam das massas populares, das comissões de moradores, das colectividades e não promover festas que muito pouco têm de populares mas muito mais têm de fachada.

Nesta discussão acabou por vencer uma proposta apresentada pelo PPD e que contém a ideia expressa pela FEPU, a qual refere que «a CML toma o compromisso de dar apoio à realização das Festas dos Santos Populares a realizar este ano». A forma de apoio será discutida numa próxima reunião.

Já passava das 20 horas quando foi dada oportunidade aos munícipes presentes de fazerem as suas perguntas, restando-lhes para isso uns escassos trinta minutos. Ora a vantagem destas reuniões públicas, para além de darem a conhecer as posições dos vereadores eleitos, é a dos munícipes poderem intervir e interrogar sobre o que a Câmara faz. Se se lhes restringe o tempo perde-se um factor importante destas reuniões públicas que mensalmente se realizam. Eis a razão por que pensamos que o período dedicado às perguntas do público devia ser ampliado, até porque do contacto com o público a Câmara se pode aperceber de muitos problemas, que de outro modo surgirão suavizados.

Algumas das questões postas visaram casos pessoais, por vezes dramáticos. Outras intervenções abordaram problemas mais vastos e que tocam largas camadas da população lisboeta como seja o caso apresentado pelo vogal da Junta de Freguesia da Ajuda relativamente ao Hospital Egas Moniz (ex-hospital do Ultramar) e que se encontra subaproveitado podendo corresponder às carências das populações da zona ocidental de Lisboa e ainda da outra margem e da linha de Cascais.

COMUNICADO DA FEPU

É urgente a legislação sobre atribuições e competências dos órgãos de poder local • Proposta a realização de encontros abertos a todos os democratas para discutir os problemas locais e das autarquias • Empenhamento no trabalho unitário de dinamização das organizações populares locais • Apelo à comemoração, em 2 de Abril, do aniversário da Constituição.

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, reunida em 25 de Fevereiro de 1977, saúda todos os eleitos que têm contribuído para o bom funcionamento dos órgãos do poder local num espírito unitário orientado para a defesa dos interesses populares. Saúda igualmente as organizações da Frente Eleitoral Povo Unido que têm apoiado no plano político e técnico-administrativo a actividade dos eleitos e a luta das populações pela defesa dos seus interesses, em cada concelho e em cada freguesia.

A Frente Eleitoral Povo Unido tem-se pronunciado repetidamente a favor do debate franco entre todos os eleitos, que promova o consenso em torno das soluções que mais interessam ao progresso de cada terra. Esta política de unidade em torno dos interesses concretos de cada local tem-se revelado, e continuará a revelar-se como um importante factor de unidade e coesão do nosso povo.

2. A Comissão Coordenadora, na sequência de posições anteriormente tomadas, encara com preocupação o atraso da publicação da lei sobre atribuições e competências dos órgãos de poder local. O cumprimento das normas da Constituição e o funcionamento eficiente da administração local só ficará garantido com a publicação de legislação que, revogando o Código Administrativo de Caetano, atribua amplos poderes deliberativos às Assembleias Municipais e de Freguesia e garanta o funcionamento colegial das Câmaras e Juntas de Freguesia. Neste sentido, será de considerar inconstitucional e antidemocrática qualquer medida que diminua o papel das Assembleias ou reforce os poderes dos Presidentes das Câmaras e de Juntas de Freguesia, em prejuízo do seu funcionamento colegial. Essas medidas contrariariam, aliás, o modo como, em geral, as autarquias locais recentemente eleitas têm funcionado até este momento.

3. Os órgãos de poder local só funcionarão eficazmente, com vista à resolução dos problemas sociais, económicos e culturais das populações se as organizações locais da Frente Eleitoral Povo Unido prosseguirem e incentivarem a luta pela participação do povo nos problemas que lhe dizem respeito. Nesse sentido, a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido propõe que sejam realizadas reuniões e encontros, a nível de cada concelho, distrito ou região, abertos a eleitos, activistas e a todos os democratas, que promovam o debate dos problemas locais mais prementes e dos problemas que mais afectam as autarquias locais. Propõe igualmente que os eleitos e as organizações do "Povo Unido" prossigam a sua luta pelo cumprimento dos programas apresentados ao povo, através da sua acção nas próprias autarquias locais e da participação nas reuniões públicas que estas, nos termos da lei, realizam.

4. O reforço da actividade e importância das organizações populares locais reconhecidas na Constituição contribuirá decisivamente para a unidade ampla, variada e criadora que o nosso povo está a construir dia-a-dia.

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido pronuncia-se a favor do respeito pela autonomia e dinâmica própria das organizações populares locais e considera que à actividade das Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia, Assembleias Populares, Colectividades Culturais, Recreativas e Desportivas cabe um importante papel na resolução dos gravíssimos problemas e carências que o nosso povo enfrenta.

Neste sentido, a Comissão Coordenadora propõe que as organizações locais, os eleitos, actividas, aderentes, simpatizantes do "Povo Unido" bem como todas as forças democráticas se empenhem no trabalho unitário de dinamização das organizações populares locais, com o espírito de incentivar a participação das massas populares e a luta pelo progresso social, económico e cultural de cada concelho e de cada freguesia.

5. No momento actual regista-se uma grave investida das forças que se opõem à ordem democrática, pondo em perigo a Constituição e as conquistas nela consagradas (designadamente as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão pelos trabalhadores). Essa investida ameaça aspectos essenciais da vida de cada cidadão e a existência da própria democracia.

Considerando que, entre as finalidades da criação da Frente Eleitoral Povo Unido está a luta por uma política conforme com a Constituição, a nível nacional e local, a Comissão Coordenadora apela para que as organizações locais da Frente promovam, no próximo dia 2 de Abril, iniciativas amplamente unitárias que comemorem o primeiro aniversário da data de entrada em vigor da Constituição. A realização, nesse dia, de sessões de esclarecimento, comícios, colóquios, festas de confraternização será uma nova e significativa afirmação de que o nosso povo se mantém fiel aos ideais da democracia e do progresso social e está firmemente disposto a barrar o caminho ao fascismo e a defender as conquistas revolucionárias e a transição para o socialismo consagrads na Constituição.

26 de Fevereiro de 1977

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido

EM FRENTE COM O I CONGRESSO DAS COOPERATIVAS DE CONSUMO

O Movimento Cooperativo português deverá ser livre e independente

O I Congresso em Liberdade das Cooperativas de Consumo, que se vai realizar nos próximos dias 11, 12 e 13 no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, tem vindo a mobilizar progressivamente a atenção de cooperativas e cooperativistas em todo o País. Contudo, a adesão à iniciativa está longe de ser a que seria de desejar. Uma certa apatia parece impedir ainda as cooperativas de participarem activamente numa discussão conjunta de problemas que na sua grande maioria afectam todas elas.

Não obstante, parece não haver dúvidas quanto à importância do Congresso, quanto mais não seja para abrir novas perspectivas ao movimento cooperativo no nosso País. Sobre este assunto o «Avante!» ouviu um membro da Comissão Organizadora do Congresso, delegado por Lisboa.

Começando por afirmar que a ideia começou a germinar no tempo do VI Governo Provisório, quando existia uma secretaria de Estado para apoio ao cooperativismo, aquele elemento salientou depois um dos aspectos que mais tem dificultado, na sua opinião, um trabalho sério e consequente junto das cooperativas de consumo: a completa inexistência de estruturas que permitissem coordenar a nível nacional a actividade das cooperativas.

A iniciativa da realização de um Congresso — disse — materializou-se em meados de 1976, a partir de uma reunião realizada em Lisboa, a partir da qual se começaram a promover reuniões distritais para eleições de delegados que viriam a formar a Comissão Organizadora. Nos sítios onde não foi possível realizar essas reuniões escolheram-se pessoas que normalmente eram bem aceites, no dizer desta Comissão. A Comissão é assim composta por dezasseis delegados distritais (dos dois distritos que faltam, Vila Real e Bragança, não foi possível arranjar ninguém).

O que se pretende com o Congresso, na opinião da Comissão, é uma organização que possa representar as cooperativas de consumo a nível nacional e mesmo internacional. Que essa organização, nomeadamente uma Confederação de Cooperativas, seja já definida neste I Congresso, é contudo uma questão polémica que só o próprio Congresso poderá decidir. As opiniões divergem neste ponto, pois enquanto uns pensam que o melhor será a formação, primeiro, de Uniões ou outras formas de organização distrital que dinamizem a fundo a actividade conjugada das cooperativas para depois, num outro Congresso — esse já verdadeiramente representativo da maioria — se formar então a Federação, outros defendem que esta deve ser constituída já e a partir daí dinamizar a organização distrital. Sem pretender «meter a foice em seara alheia», não podemos deixar de fazer notar que esta última hipótese nos parece um pouco pretender começar a casa pelo telhado.

Entretanto, as teses para o Congresso — poucas, cerca de 20 — começaram a ser distribuídas pelas cooperativas e já estão a ser discutidas, como aconteceu recentemente no Norte do País. Porém, se neste ponto se está a proceder democraticamente, facultando aos interessados, com a antecedência possível os materiais sobre os quais se deverão pronunciar, o mesmo não parece estar a acontecer com o Regulamento do Congresso que, na opinião da Comissão Organizadora, não deverá ser submetido a aprovação no início dos trabalhos. O que parece uma incoerência. De facto, como poderão decorrer bem os trabalhos se a maioria dos participantes não estiver de acordo com as normas de funcionamento? O temor da Comissão Organizadora, manifestado pelo elemento que falou ao «Avante!», de que se o Regulamento for posto à aprovação e for rejeitado será impossível realizar o Congresso, parece-nos no mínimo pueril.

Com efeito e tendo embora em conta a manifesta inexperiência dos organizadores, é por demais evidente que não se rejeita um Regulamento de um Congresso sem lhe contrapor uma alternativa. A menos que os participantes não estivessem interessados na sua realização, o que não parece ser o caso.

Malgrado todas as dificuldades encontradas na organização do I Congresso em Liberdade das Cooperativas de Consumo, quer no que respeita a fraca participação, quer no que se refere à inexistência de auxílio económico por parte do Governo (os organizadores esperam que este ainda se venha a concretizar), acredita-se que este Congresso virá a ser útil. Quanto mais não seja como ponto de partida para um trabalho a desenvolver num futuro imediato. E como haverá muito que aprender neste sector do cooperativismo de consumo, é importante a troca de experiências com outros países com tradições cooperativistas, que aliás estarão largamente representados neste próximo Congresso. Dez países, pelo menos, asseguraram já a sua presença, assim como a Aliança Cooperativa Internacional.

Mas se a troca de experiência e o apoio ao movimento cooperativo português é importante, não é menos importante não se perder de vista a sua indispensável independência, quer em relação ao Estado, quer em relação aos partidos políticos, quer em relação ao estrangeiro. E neste aspecto ocorre-nos perguntar qual o papel que vem desempenhando na preparação do Congresso o senhor Herman Lamm, membro do movimento cooperativo sueco.

No dizer da Comissão Organizadora, o senhor Lamm, está entre nós para organizar cursos sobre cooperativismo, estando previstos alguns seminários. Até aí muito bem. Mas com que direito participa então, com voz activa, nas reuniões da Comissão Nacional e outros trabalhos preparatórios do Congresso?

É que uma coisa é a troca de experiências, úteis e sempre bem-vindas, e outra é a transposição para Portugal de modelos estrangeiros, seja ele qual for.

Problemas não faltam aos cooperativistas portuguesas. Participar activamente na preparação e realização do próximo Congresso é um dever de todos e um primeiro passo para a definição de qual poderá vir a ser o papel do movimento cooperativo na construção de uma sociedade nova, democrática, a caminho do socialismo.

PROVOCAÇÃO REACCIONÁRIA IMBECIL E SIGNIFICATIVA

O PCP tomou conhecimento do conteúdo de uma carta dirigida a um trabalhador, pretensamente em nome do Partido, convocando-o, nada mais nada menos, que para «uma distribuição de armamento» com vista ao desencadeamento de «uma acção imediata» para a «implantação do comunismo em Portugal», sob pena, caso faltasse, de ser incluído numa «lista para a matança da Páscoa».

O PCP não considera tratar-se apenas de uma graça de mau gosto mas sim de uma autêntica provocação reaccionária e de uma nova manifestação da campanha anticomunista desencadeada e mantida pelos inimigos da liberdade e seus cúmplices.

Apesar de ser bem evidente o carácter provocatório de tal iniciativa, o PCP aponta-se a desmascará-la

É de prever que esta acção se integre em planos provocatórios mais vastos, de cujos indícios há conhecimento, e de que, previsivelmente, poderão fazer parte o envio de outras cartas de semelhante teor e o seu aproveitamento para especulações anticomunistas na imprensa reaccionária que, aliás, tem inventado e dado crédito a provocações tão ridículas e grosseiras como a presente.

O PCP alerta as massas populares e os democratas em geral contra este e outros tipos de provocações que, procurando confundir certos sectores da opinião pública, tentam atingir as linhas de defesa da democracia portuguesa e os mais firmes defensores dos interesses e das conquistas populares consagradas na Constituição.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Lisboa, 17/2/77

Camarada Raúl

Como já é do conhecimento geral, a hora que o país atravessa é grave. O governo de Mário Soares cada vez mais impõe medidas de austeridade. O valor das importações aumenta assustadoramente, e a produção é cada vez menor. Podemos portanto concluir que caminhamos vertiginosamente parta o caos económico; ou mais propriamente para a banca rota. Não podemos permitir que o povo continue descontente com a actuação dos nossos governantes. O governo de Mário Soares não poderá continuar a enganar o povo português. Só há uma alternativa, a do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, o qual irá ter uma acção imediata.

Camarada RAÚL, como bom comunista que és, deverás dar provas da tua coragem na implantação do COMUNISMO em Portugal.

A nossa acção começa no próximo dia 21 às 21 horas na sede do nosso Partido, a fim de se iniciar a distribuição de armamento e instruções de actuação. Como bom comunista que és não poderás faltar, pois incorres em falta grave, sob pena de fazeres parte da lista para a matança da Páscoa. Também não te esqueças que o Conteúdo desta carta é *intransmissível*.

Saudações partidárias

CAMARADAS FALECIDOS

Faleceu no dia 1 de Março o camarada Miguel da Costa Rolaça, que era membro da Comissão Concelhia do Cartaxo do PCP. Velho militante do nosso Partido, a sua morte foi muito sentida nos sectores democráticos da região. À sua família o colectivo do "Avante!" envia sentidas condolências.

•

Ligado ao Partido Comunista Português desde os mais negros anos da luta contra o fascismo, faleceu recentemente o camarada Artur Ferreira, companheiro de trabalho de Bento Gonçalves.

À família e amigos do combatente antifascista Artur Ferreira, cuja vida constitui um exemplo de abnegação revolucionária à luta do Povo e do nosso Partido, o colectivo do «Avante!» e a Comissão de Freguesia do Beato do PCP, expressando os sentimentos de todos os comunistas, enviam as mais sentidas condolências.

CINEMA CHECO

Decorre até ao próximo domingo, na sede do Centro Estudantil de Fotografia e Cinema «17 de Novembro» (Rua D. Estefânia, 16, em Lisboa), a Semana do Filme Checoslovaco, cujo programa inclui a projecção de algumas longa-metragens recentes e de vários filmes de carácter informativo sobre aspectos da vida cultural, social e política da República Socialista da Checoslováquia.

«AS IDEIAS VÊM DA RÚSSIA» E OS MENINOS... DE PARIS

O anticomunismo, quando não é calúnia, provocação ou brutalidade, é agressão à inteligência, ao senso comum, manifestação de ridículo e apelo ao disparate. O infantilismo de alguns faz da pobreza de ideias, que caracterizava o fascismo, objecto de campanha de estupidificação ao nível a que tem acesso: a maledicência de esquina.

O dito irresponsável e anónimo termina, no entanto, aqui. As suas fontes verdadeiras não são nem irresponsáveis, nem anónimas. O anticomunismo é cultivado, com zelo e diariamente, pelos agentes da ignorância e do obscurantismo. Ao lado do «Tempo», da «Rua», do «País», do «Retornado», do «Diabo», do «Templário» e de outras sobras do fascismo, marcha de cara alegre o «pluralismo» de uma banda só, que toca sempre que lhe dá na gana e ao preço do erário público: a TV e o *Diário de Notícias*.

Por isso, ainda hoje é possível ouvir na rua o disparate fascista, segundo o qual «as ideias vêm da Rússia»! As ideias dos comunistas, evidentemente. A crer em alguns papagueadores do anticomunismo e do anti-sovietismo, a ciência do marxismo-leninismo seria qualquer coisa que se embala e é exportada como a rádio da CIA. Mas não! Quem exporta «ideias» são os agentes do imperialismo. E se querem um exemplo desse material de exportação (que não vem de Paris como os bebés de outrora) aí têm a *Raret* — a estação da CIA, concretamente embalada e exportada para Portugal.

As ideias dos comunistas são universais. O marxismo-leninismo é uma ciência ao serviço da classe operária, das massas trabalhadoras e exploradas de todo o mundo. Não é uma mercadoria que se deteriore com o veneno do anticomunismo. O que se continua a tentar deteriorar com ele é a consciência nacional e democrática do Povo português.

As ideias dos comunistas são uma conquista histórica de toda a humanidade! Não estão ao serviço particular deste ou daquele país. Não se trocam, não se vendem, não se exportam. Estudam-se, enriquecem-se e são aplicadas às condições concretas de cada país, de cada povo, de cada nacionalidade.

A DESESTABILIZAÇÃO MILITAR SERVE AS FORÇAS REACCIONÁRIAS

Muito tem especulado nos últimos dias a imprensa reaccionária acerca de eventuais envolvimentos do Partido Comunista Português nos acontecimentos que se terão verificado em determinadas unidades militares.

A propósito desta campanha anticomunista e claramente fomentadora da desestabilização político-militar, a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou uma nota onde se declara categoricamente «que tais afirmações são destituídas de qualquer fundamento».

Acrescenta a nota da SIP que «o PCP, como é sabido, procura dar a sua contribuição construtiva à actividade dos órgãos de soberania político-militar – Presidente da República e Conselho da Revolução – e tudo faz para contribuir para a unidade das Forças Armadas na base do respeito e observância da Constituição, da defesa da democracia e da independência nacional».

Ainda a propósito desta questão, o camarada Álvaro Cunhal, em declarações prestadas recentemente aos órgãos de Informação, acentuou:

«A desestabilização militar só pode servir as forças mais reaccionárias deste país. O PCP entende que o povo português, a democracia portuguesa estão altamente interessados na estabilidade militar».

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Telf.:769696/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.:769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787
Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na **Heska Portuguesa** — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Fevereiro – 86.063

REVISTA INTERNACIONAL
À venda nos Centros de Trabalho do PCP
problemas da paz e do socialismo

6 de Março: aniversário do Partido Comunista Português

56 ANOS DE VIDA E DE LUTA AO SERVIÇO DE TODO O POVO

Em 6 de Março de 1921, na Associação dos Empregados de Escritório de Lisboa, na Rua da Madalena, 225, 1.º, o Partido Comunista Português elegia os seus primeiros organismos de direcção. Nessa data, mais tarde escolhida para celebrar o nascimento do Partido, a comissão organizadora dava conta dos seus trabalhos perante uma assembleia. As bases orgânicas da vanguarda organizada da classe operária desde 1 de Março de 1921 que estavam aprovadas. O mesmo sucedera, em 28 de Dezembro do ano anterior, relativamente à aprovação de um programa político e ao nome do Partido que seria a grande força revolucionária de Portugal.

O dia 6 de Março de 1921 viria a assinalar no futuro uma data sem exemplo, gravada para sempre no coração e na memória dos trabalhadores portugueses. Era a primeira vez entre nós que a classe operária, o proletariado da cidade, do campo e do mar, se dotava do instrumento imprescindível na construção do socialismo. As classes trabalhadoras puderam desde então, caminhar armadas com a teoria científica do marxismo-leninismo para a luta que as esperava.

Foram difíceis os primeiros passos. Em 1927, a sede do PCP era definitivamente encerrada pelo fascismo nascente. Acabava o efémero período de legalidade do Partido dos trabalhadores. Começava a repressão violenta. Abriam-se os cárceres da ditadura terrorista para os militantes comunistas. A clandestinidade no seio do Povo foi o caminho escolhido. Estavam pela frente quase 50 anos de uma prática revolucionária consequente, não isenta de erros, mas gloriosa pelas lutas que se travaram, pelo sacrifício de muitos dos melhores filhos do nosso Povo, pela vitória que os trabalhadores alcançaram em 25 de Abril de 1974.

NASCER SERIA PARA NÓS DURAR

Nascer seria para nós durar porque o lugar do futuro sempre foi e será grande na vida dos comunistas. O Partido Comunista Português não sucumbiu ao fascismo. Permaneceu vivo e cresceu. Fortaleceu-se na luta contra a ditadura, enraizou-se profundamente na classe operária e nas massas populares, surgiu da clandestinidade em 25 de Abril com um passado de luta incontestado, forte e sem paralelo, de tal modo que nenhumas transformações democráticas foram ou serão possíveis sem o PCP e muito menos contra ele.

Alvo permanente da repressão, o Partido, que foi durante o fascismo a força principal da Oposição, revelou-se, durante 50 anos de luta, como a única força política capaz de encarnar e defender, nas mais difíceis condições e ao preço dos maiores sacrifícios, os interesses vitais dos trabalhadores, do povo e da nação portuguesa.

Antes de tudo, isso foi possível porque o PCP é o Partido da única classe verdadeiramente revolucionária, a classe operária, recebendo dela o espírito de organização, de disciplina e de organização.

Isso foi possível porque o Partido Comunista Português se guiou pela teoria científica do proletariado, o marxismo-leninismo, na base da qual definiu a sua orientação política, uma táctica e métodos de organização e acção adaptados às condições existentes sob a ditadura.

Nascer seria para nós durar porque o PCP sempre considerou que a sua acção como vanguarda é inseparável da acção da classe operária e das massas trabalhadoras, sempre soube colocar-se à frente das massas e ligar-se a elas na sua actividade diária, ao mesmo tempo que forjava sucessivas gerações de militantes revolucionários, inteiramente dedicados à causa dos trabalhadores, o Partido que deu a maior contribuição para as transformações revolucionárias da sociedade portuguesa. De nenhuma destas transformações se poderá falar sem falar no papel do nosso Partido, do papel que ele representou, com a classe operária, com as massas trabalhadoras".

Estas palavras do camarada Álvaro Cunhal, proferidas na tribuna do VIII Congresso do PCP, têm a sustentá-las não apenas o passado, mas um presente de lutas e tarefas sem conta na defesa dos interesses e direitos mais caros às classes trabalhadoras. Na frente de combate que é a transformação democrática da sociedade portuguesa rumo ao socialismo, o PCP continua a manter a sua posição destacada na conservação e progresso das grandes conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, liberdades democráticas, controlo operário) que são conquistas de todo o povo e que, como tal, devem ser preservadas dos ataques da recuperação capitalista.

NASCER SERIA PARA NÓS LUTAR

Nascer seria para nós lutar porque só através da luta o PCP resistiu, se fortaleceu e afirmou na vida política nacional. "Tal como no tempo do fascismo o PCP foi a força principal de resistência, assim também, após o 25 de Abril, foi suportando com coragem e heroísmo as mais duras provas.

Nascer seria para nós lutar. A luta do povo é a nossa luta e foi através dela que, no fundamental, foram alcançadas as grandes vitórias da Revolução portuguesa. Como assinala a Resolução Política aprovada no VIII Congresso do nosso Partido, "na luta contra o fascismo, como na luta pela instauração de um regime democrático; à frente dos trabalhadores em defesa das suas reivindicações ou nas tarefas do desenvolvimento económico e progresso social; submetidos à mais brutal repressão ou exercendo responsabilidades na direcção do Estado — os comunistas portugueses, em todas as circunstâncias, têm demonstrado a sua capacidade de contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas do Povo português".

NASCER SERIA PARA NÓS VENCER

Nascer seria para nós vencer. E muitas vitórias já conseguimos, nos 56 anos de luta que no próximo dia 6 se comemoram.

Há êxitos e recuos nessa luta. Mas as grandes perspectivas do futuro continuam abertas. A realização do VIII Congresso do PCP, em Novembro do ano findo, foi disso uma afirmação bem sólida e duradoura. Aí, como na Festa do "Avante!", como em todas as grandes manifestações de unidade do nosso Partido, se viu com clareza e sem lugar a dúvidas o que o PCP hoje significa para a consolidação da democracia e para a vitória final sobre as forças do passado.

"Realizando o seu VIII Congresso — assinala a Resolução Política — o PCP deu novos passos para melhorar, alargar e intensificar a sua actividade ao serviço dos trabalhadores e do Povo português, para as novas tarefas que se colocam ao Portugal democrático a caminho do socialismo, saído da Revolução iniciada com o 25 de Abril".

No VIII Congresso foi reafirmado que, hoje, como sempre, o PCP coloca ao serviço do nosso Povo e do nosso País a sua capacidade de contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas nacionais.

Aí, nessa grande manifestação de força e de unidade que foi o VIII Congresso, se assinalou que "o PCP desenvolverá os seus melhores esforços para reforçar o movimento popular em todas as suas frentes e para consolidar a aliança e cooperação do movimento popular com as Forças Armadas, inspiradas pelo ideal libertador do 25 de Abril e empenhadas na defesa e aplicação da Constituição".

Nascer seria para nós vencer porque os comunistas, tendo uma política de unidade e apoiando a sua acção na força das massas, olham o futuro com confiança. E, nessa confiança, ao comemorarmos 56 anos de vida e de luta, ao honrarmos as grandes figuras do nosso Partido, continuamos a incluir a contribuição dos comunistas, a contribuição decisiva do PCP, para a solução dos grandes problemas nacionais, para a consolidação da democracia, para a arrancada definitiva rumo ao socialismo.

ÁLVARO CUNHAL EM SETÚBAL

O dia 6 de Março, comemorado por todo o País pelos comunistas, em unidade com muitos outros democratas, a data do aniversário do PCP, terá especial relevo desta vez em Setúbal, onde, pelas 20 horas, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, fará uma intervenção política, no Clube Naval Setubalense.

MARINHA GRANDE COMEMORA 56.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO

O 56.º aniversário do nosso glorioso Partido, que passa no próximo dia 6, vai ser comemorado por todo o país. Das iniciativas, que trazem bem patente a capacidade criadora dos militantes do grande Partido dos trabalhadores, destacam-se algumas pela sua originalidade. Como acontece, por exemplo, na Marinha Grande.

Um desfile de carros alegóricos com motivos da vida do Partido Comunista Português e da luta do nosso povo pela liberdade e pela democracia, é a principal iniciativa. Composto por oito carros, o desfile representará, entre outras coisas, a famosa fuga de Peniche (pela célula da empresa Emídio M. da Silva), a Reforma Agrária (célula da Caixa de Previdência), a aliança Povo-MFA (Manuel Pereira Roldão), a resistência antifascista (IZIMA).

Saindo da praça Stephens, cerca das 10 horas, os carros percorrerão todos os lugares da freguesia da Marinha Grande, convergindo depois para a sede da Colectividade da Ordem onde, das 13 às 24 horas se realizará uma grandiosa festa popular.

A festa popular compreenderá um almoço (às 13 h) com caldeirada feita pelos pescadores de Peniche; canto livre, previsto para as 15 horas, em que participarão Carlos Boa Ventura e o Conjunto «A Mesma Luta»; baile, a partir das 16 horas, com músicos «do século passado», ou melhor dizendo, camaradas da década 40/50.

Enfim, vai ser um grande dia de confraternização para a população da Marinha Grande, a que não faltarão serviços permanentes de bar, tômbolas, barracas de tiro, etc., etc..

Assinalado por esta iniciativa de massas, o dia 6 de Março ficará na já longa história de luta do povo da Marinha Grande como mais uma grande jornada em prol da democracia rumo ao socialismo.

No Porto:

VINTE E QUATRO HORAS DE FESTA!

O Palácio de Cristal do Porto vai ser cenário de uma jornada comemorativa do 56.º aniversário do nosso Partido que decorrerá durante 24 horas consecutivas tendo como principais iniciativas um comício, um baile popular, uma manhã desportiva, tarde infantil, projecção de filmes e uma sessão de canto livre.

No sábado, dia 5 de Março, cerca das 21 e 30 realiza-se, na nave central do pavilhão, um comício durante o qual usará da palavra, para analisar a situação política, o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. No final do comício haverá uma sessão de canto livre.

Dois conjuntos musicais animarão um grandioso baile popular que começará às primeiras horas de domingo e só terminará quando o fôlego dos participantes se esgotar. Poucas horas depois, decorrerá nos terrenos anexos ao Pavilhão uma manhã desportiva promovida pelas organizações dos jovens comunistas que compreenderá jogos de futebol, mini-basquete, uma gincana, etc..

A partir das 15 horas, decorrerá na nave central do Palácio uma tarde infantil em que colaborarão artistas de circo, grupos corais dos pioneiros, um rancho infantil. Cerca das 18 horas, serão projectados filmes para crianças e para os mais crescidos. Está prevista a passagem de dois filmes um sobre a vida e a luta dos comunistas e outro sobre a Reforma Agrária.

A última parte da jornada, será preenchida com uma sessão de canto livre que começará cerca das 21 e 30 de domingo e será ocupada com a actuação de Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, José Manuel Osório, de um grupo coral alentejano, de um fadista.

Estarão patentes duas exposições sobre a luta do Partido Comunista Português e outra dedicada à Reforma Agrária. Várias organizações do Partido ultimam a recolha de objectos e documentos que estarão expostos em vários «stands». Por seu turno, os artistas plásticos vão pintar colectivamente um grande painel mural.

Durante as 24 horas de festa haverá um serviço de bar a funcionar.

Setúbal: Assembleia do Sector Automóvel

PROPOSTAS CONCRETAS DOS COMUNISTAS PARA A RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA

Trabalho ideológico, trabalho político, trabalho técnico e trabalho de organização. Estas as quatro linhas fundamentais de actuação do Partido, assim definidas no VIII Congresso e que foram relembradas na Assembleia do Sector Automóvel do concelho de Setúbal, realizada em 25 de Fevereiro, no Centro de Trabalho.

Dois pontos constituiram a ordem de trabalhos – Organização e Situação Política. Participou nos trabalhos o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

No ponto de organização foi analisado um documento elaborado pelo organismo intermédio do sector automóvel, que dirige a actividade das várias células de empresa daquele ramo da indústria no concelho de Setúbal. Nesse documento é feita a análise da situação no sector e referida em primeiro plano a recuperação capitalista a que o Governo do Partido Socialista dá cobertura, salientando-se que os trabalhadores, através das suas estruturas representativas, Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, não são recebidos pelo Governo ou vêem as suas propostas recusadas sistematicamente. O patronato, pelo contrário, entra nos ministérios com o à-vontade de antes do 25 de Abril. A isto, acrescenta o documento que foi posto à discussão e à aprovação dos camaradas reunidos na Assembleia do Sector, vem juntar-se toda a legislação antioperária promulgada pelo Governo, não podendo deixar de concluir-se que este não dá garantias suficientes aos trabalhadores. E o relatório aponta ainda que, para que tal pudesse verificar-se seria necessário adoptar uma dinâmica não capitalista, que no sector automóvel passaria pelas seguintes medidas:

– Intervenção e controlo por parte do Estado nos grupos financeiros de molde a obstar a futuras sabotagens do capital;

– Investimentos racionais e dirigidos para a reestruturação do sector, através da reconversão da produção e da racionalização de modelos. Exemplos apontados de reconversão foi o caso da Movauto, empresa que já fabrica frigoríficos, tendo conseguido autorização do Governo para fabricar máquinas de lavar e acumuladores. Acordos firmados no mesmo sentido possui também o Entreposto.

– Reorganização das empresas, quer humana, quer tecnologicamente, de forma a melhorar a qualidade e a quantidade da produção.

– Definir o mercado nacional, muito especialmente no tocante aos transportes públicos.

– Consideração do fabrico dos componentes em Portugal, de forma a tornar o sector independente.

Naturalmente, como salienta o documento aprovado, estas medidas não têm qualquer viabilidade sem a participação dos trabalhadores, pois são eles, mais que ninguém, os interessados na consolidação e avanço da democracia rumo ao socialismo.

DISCUTIR OS PROBLEMAS PROCURAR AS SOLUÇÕES

Abordando, durante a sua intervenção na Assembleia, a situação económica e financeira do país, o camarada Jaime Serra reafirmou que a participação activa dos trabalhadores organizados é a via da solução dos graves problemas que afectam o país neste momento, sendo importante que os trabalhadores discutam os problemas do seu sector, procurem soluções e as proponham ao Governo a curto prazo. E salientou que essas soluções, de defesa de cada sector, só poderão ter sentido quando integradas num ponto de vista que tenha em conta os problemas de todos os outros trabalhadores.

Referiu-se também o camarada aos múltiplos e variados ataques que têm sofrido as conquistas que mais importa defender, as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária. Ataques promovidos pela direita e facilitados pelo PS no Governo. Ataques que assumem aspectos graves e que podem ver-se na desintervenção estatal nas empresas, nas tentativas de desmantelamento das UCPs formando nos campos da Reforma Agrária uma classe em que se possam apoiar para ataques mais globais, nas tentativas de integração de Portugal na CEE. Ataques que é urgente combater com firmeza.

Neste combate e nesta situação torna-se fundamental o reforço do PCP, a confiança na força organizada dos trabalhadores, na sua capacidade de intervenção. Torna-se fundamental a formação de uma grande frente de luta capaz de unir todos os portugueses antifascistas e impôr uma saída política que defenda as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos.

IMPORTANTE ASSEMBLEIA DA CÉLULA DA SIDERURGIA

Com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, realizou-se no passado dia 25 a Assembleia da Célula do nosso Partido da Siderurgia Nacional.

Os trabalhos iniciaram-se com a leitura do Relatório apresentado pelo Secretariado da Célula. Este relatório constitui um importante material de trabalho dos comunistas da Siderurgia, pois além de conter diversas informações acerca do trabalho desenvolvido pelos militantes do PCP na empresa antes do 25 de Abril, analisa aspectos vários do actual trabalho de organização, informação e propaganda, luta ideológica, política de quadros, trabalho unitário e situação financeira.

Além disso, o Relatório apresentado pelo Secretariado da Célula da Siderurgia à Assembleia do passado dia 25 foca ainda a posição da célula nos momentos históricos do processo revolucionário e face às conquistas maiores do 25 de Abril — nacionalizações, Reforma Agrária e Controlo Operário.

Após a leitura e discussão do Relatório, usou da palavra o camarada Jaime Serra que, depois de se ter referido à importância da realização da Assembleia da Célula, analisou os aspectos mais determinantes do actual momento político.

Depois de ter posto em evidência a luta que amplos sectores da classe operária e das massas trabalhadoras estão a travar pela melhoria das suas condições de vida, o camarada Jaime Serra passou a analisar a política do Governo minoritário do PS, criticando os apoios de que beneficia junto da direita reaccionária.

Salientando a degradação diária da política do Governo, o dirigente do PCP analisou ainda o problema do aumento do custo de vida e a situação económica do país, cada vez mais agravada através de uma ruinosa política de empréstimos que, ao contrário de resolverem os problemas nacionais, antes os agravam ainda mais.

Um importante ponto focado na intervenção do camarada Jaime Serra centrou-se no papel que cabe à classe operária e ao seu partido de vanguarda na defesa e consolidação das liberdades e da democracia.

Ao finalizar a sua intervenção, o camarada Jaime Serra informou os comunistas da Siderurgia Nacional da actual situação da Campanha dos 50000 contos, salientando devidamente o valor que o seu êxito terá, não só para o fortalecimento do nosso Partido como também para a consolidação da democracia e a defesa das conquistas alcançadas desde o 25 de Abril.

Entretanto, o Relatório apresentado pelo Secretariado foi aprovado por unanimidade e aclamação. Também o novo Secretariado, entretanto proposto, foi aprovado por unanimidade e aclamação.

No decorrer desta Assembleia de Célula foram aprovadas diversas moções, nomeadamente de apoio à Reforma Agrária, de repúdio pela libertação dos pides, bem como uma saudação ao Comité Central do nosso Partido.

De realçar que no decorrer desta Assembleia de Célula da Siderurgia Nacional, foi aprovada uma proposta de um dia de salário para o Partido, integrado na Campanha dos 50000 contos.

Saliente-se o modo entusiástico e ao mesmo tempo muito participativo com que decorreram os trabalhos, que assinalaram uma jornada de grande significado para os camaradas da Siderurgia, cujos reflexos na organização local decerto não deixarão de se fazer sentir.

Com a presença do camarada Álvaro Cunhal

O NOVO CENTRO DE TRABALHO DE LEIRIA SERÁ INAUGURADO NO PRÓXIMO SÁBADO

No verão de 1975, o Centro de Trabalho de Leiria do nosso Partido e as sedes de outras organizações políticas de esquerda foram alvo dos intentos criminosos da reacção. O vandalismo fascista — que se manifestou em diversos pontos do distrito de Leiria e em outros distritos das regiões Norte e Centro do País, através dos assaltos às sedes de partidos e organizações progressistas, da perseguição de democratas, de atentados bombistas e de agressões físicas a militantes antifascistas — foi vigorosamente repudiado por todas as forças democráticas e pela esmagadora maioria dos portugueses; mas foi acolhido com satisfação por parte dos provocadores, dos reaccionários do CDS e PPD. Apesar do ambiente de intimidação e provocação, gerado pelos bandos de rufias e caceteiros a soldo daqueles partidos, os militantes comunistas não deixaram esmorecer o seu espírito de combate, os seus ideais democráticos e a sua abnegação revolucionária à luta do Povo trabalhador, à luta heróica do nosso Partido.

Quem conheça a valentia com que os nossos camaradas procuraram defender o Centro de Trabalho de Leiria e o esforço que desenvolveram para ali manter a actividade do PCP, deverá verificar que a reacção não conseguiu, de facto, levar por diante os seus objectivos. Os comunistas não desmoralizaram. Motivados pela sua inabalável confiança na vitória da democracia e na firmeza revolucionária dos trabalhadores, os militantes comunistas continuaram o seu trabalho político em Leiria. Todos os sábados havia brigadas de Informação e Propaganda nas ruas. Prosseguia a actividade de ligação do Partido às massas. O número de militantes aumentava substancialmente. Mas é inegável que a destruição do CT causou sérios prejuízos, de ordem material e não só. Uma tarefa se impunha: a abertura de um novo Centro de Trabalho! E os comunistas lançaram-se na realização desta tarefa, de importância fundamental para o Partido. Para sabermos como foi conseguido tal objectivo, e o que vai ser a festa da inauguração, a reportagem do "Avante!" entrevistou os camaradas Fernando Vendeirinho, Margarida Martins e Vitor Jesus Bernardo.

P. — **E já no próximo sábado que os comunistas de Leiria vão inaugurar o novo Centro de Trabalho. Como conseguiram a casa e onde se situa?**

R. — Depois de muitas tentativas para arranjar uma casa por arrendamento, todas frustradas, tivemos de mobilizar os camaradas para a ideia de comprar uma casa. Foi a partir daqui que se apontou para a compra de uma casa, que veio a ser a de um velho militante antifascista. A sua aquisição vem enriquecer o património do Partido, que fica com um instrumento político de grande importância, dada a zona geográfica em que se encontra, e possibilitará o alargamento da nossa influência entre os trabalhadores e outras camadas sociais, e entre os democratas e antifascistas.

P. — **O edifício onde está a ser instalado o Centro de Trabalho pertencia, como já se disse, a um antifascista leiriense. Tal como aconteceu com as casas de muitos outros democratas do Centro e Norte do País também esta foi atacada e profundamente danificada durante a vaga terrorista do Verão de 1975. Como é que reconstruíram a casa?**

R. — Com o esforço dos militantes e de outros trabalhadores. Trabalhámos nos tempos livres: depois do dia de trabalho e aos fins-de-semana. Já vamos tendo algumas ofertas de mobiliário, de materiais, de objectos e de dinheiro.

P. — **Sabemos que no próximo sábado será inaugurado o Centro de Trabalho. Que iniciativas vão promover nesse dia?**

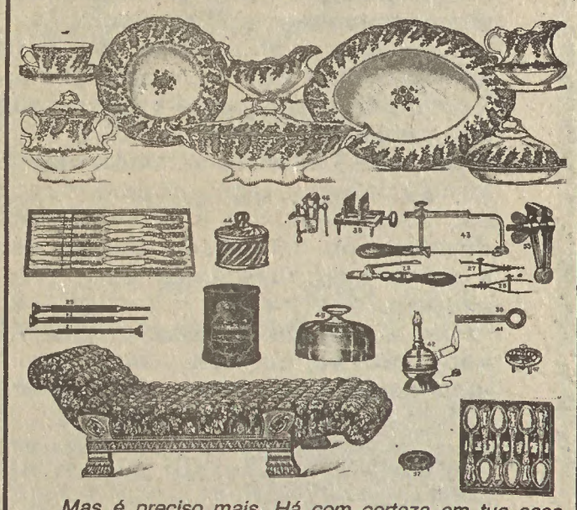
R. — Teremos uma grande festa popular que será simultaneamente uma grande jornada política, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido. A festa iniciar-se-á às 19 horas, no Pavilhão da Feira estando prevista a actuação de declamadores, músicos e ilusionistas. Contamos também com a participação de José Jorge Letria, Carlos Boaventura e o agrupamento "A Mesma Luta". Haverá comes-e-bebes e várias bancas de venda com artigos regionais, livros, material de divulgação e propaganda, etc.

No decorrer da festa, que terminará com um baile, será sorteado o "Cabaz da Inflação" e serão postas à venda rifas. Através do "Avante!", queremos ainda convidar todos os trabalhadores de Leiria para participarem nesta festa, nesta jornada de esclarecimento político, de unidade e de confiança no futuro.

CAMPANHA DOS 50.000 CONTOS

Ofertas

Já há roupas, vidros, vinhos, móveis, moedas, louças, faqueiros, relógios, livros, discos, conservas, jóias, ferramentas, porcelanas, objectos de artesanato.



Mas é preciso mais. Há com certeza em tua casa qualquer coisa que podes oferecer ao Partido para ser vendida ou leiloada.

velha, nova, valiosa ou modesta, tudo é uma contribuição.

Entrega-a na Av. Santos Dumont, 50, ou no teu Centro de Trabalho com a indicação de que é para o Grande Leilão Central.

Já há muita coisa, mas é preciso ainda mais

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

VAMOS FIXAR METAS

Ao lançar a actual Campanha Nacional de Fundos o nosso Partido estabeleceu uma meta a atingir – os 50 mil contos. E não o fez por acaso. Para além da necessidade de tal quantia, torna-se por demais evidente que a existência de um objectivo determinado (não apenas arranjar fundos, mas arranjar 50 mil contos) estimula todo o trabalho que se vai desenvolver nesse sentido e corresponde a uma análise objectiva das possibilidades desta nossa tarefa.

Também inúmeras organizações do Partido decidiram fixar a si próprias determinadas metas, ou seja, definir desde já qual será a quota-parte com que participarão na Campanha de Fundos. É nessa perspectiva que trabalham. É claro que se conseguirem ultrapassar as suas previsões, tanto melhor, mas a meta que se propuseram significa antes de mais que aqueles camaradas tudo irão fazer ao seu alcance para cumprirem o seu objectivo.

Mas nem todas as organizações seguiram ainda este critério, que de facto parece ser o que melhor se adapta à actual Campanha. Se não, vejamos:

Definir uma meta implica automaticamente que os camaradas terão de organizar ainda melhor e mais eficazmente os trabalhos de recolha de fundos. Porque evidentemente não se está a pensar que as metas serão fixadas à toa, mas sim que só o serão após uma análise realista e objectiva das condições de cada local.

Quando falamos de condições objectivas pensamos nomeadamente em questões tais como as condições de vida da maioria da população onde está inserida a organização do Partido, a influência que o Partido aí tem, a votação obtida nas eleições, o número de militantes inscritos, por exemplo. E isto porque, evidentemente, o que, em quantidade, pode ser possível no Barreiro poderá já não o ser em Bragança, dado que as situações locais são completamente diferentes.

Que toda a organização do Partido dará o melhor dos seus esforços para a concretização da actual tarefa ninguém tem dúvidas. O que é preciso é que os camaradas saibam escolher as melhores formas de organização, as mais eficazes, não se lançando em iniciativas de êxito duvidoso ou demasiado dispendiosas. E se houver uma meta para atingir, proporcionalmente repartida pelos vários núcleos de cada sector, mais fácil será não só controlar, mas também incrementar o andamento da Campanha.

Uma ideia que já foi posta em prática em muitos Centros de Trabalho, com bastante êxito, foi a da afixação de gráficos revelando o andamento da Campanha.

Fixada a meta a atingir, distribuídas as quantias a alcançar por cada núcleo, elabora-se um quadro onde periodicamente se anotam as evoluções das verbas conseguidas pelos núcleos. Para além de manter permanentemente informados todos os camaradas e amigos de como vai a Campanha no seu sector, este método tem a grande vantagem de estimular os mais «atrasados»...

Camarada, se no teu Centro de Trabalho não existe nenhum gráfico, que esperas para propor a sua feitura?

E não te esqueças de dar uma ajuda!

ASSIM VAI A CAMPANHA

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Transporte	**736 597$70**
Autocolantes	625$00
Coupons	22 850$00
«Clube dos Mil»	1000$00
Mealheiro CT António Serpa	791$10
Donativos diversos	2120$00
«Um serão em casa do Fernando»	3155$00
«Um simpatizante de Aveiro»	1000$00
«Das pouPANças de um militante, em homenagem a Octávio Pato»	200 000$00
«Pela amizade Portugal-URSS	500$00
«Quota suplementar – Janeiro 77»	50$00
«Estudemos o marxismo-leninismo»	2600$00
«José Tereso Domingos – Pedreiro»	500$00
«Viva o Internacionalismo Proletário»	50 000$00
Total	**1 021 788$80**

OR DO ALENTEJO

Transporte	**235 044$10**
Coupons	5300$00
«Trab. Diário do Alentejo, Beja»	2680$00
«Trab. de Ervidel»	3645$00
«Trab. de Aljustrel»	4365$00
«Teatro em Ervidel»	1200$00
«Festa em Beja 5 Fev. – Saldo»	8756$50
«Teatro em V.Frades»	1279$00
«Tourada em Marmelar – Vidigueira»	5235$00
Listas:	
13153 – Évora	2055$00
13526 – Trab. Salvada	690$00
13527 – Amigos de Beja	700$00
13601 – Trab. de Beja	5082$50
13673-13674-13678 – Trab. Vale de Vargo	4010$00
13685 – Trab. Brinches	1110$00
13688 – "	760$00
13702 – Trab. Pias	4165$00
13727 – Trab. Odemira	930$00
13728 – Trab. Odemira	835$00
13959 – Trab. Sind. Trab. Rurais Beja	1700$00
13961 – Trab. Vidigueira	357$00
13962 — Trab. Vidigueira	230$00
Total	**290 129$10**

OR DO ALGARVE

Transporte	**91 514$90**
Autocolantes	335$00
Coupons	18 410$00
«Arroz doce» – Célula Mulheres, Faro	1125$50
«Garrafão – Compreensão militante» – Olhão	470$00
Mealheiro CT Lagos	282$50
Leilões – bolo – Cx. Prev. Faro	420$00
Leilões – bolo – Com.. Sede Faro	506$60
Leilões – CC Portimão	2800$00
Sorteio Albufeira	1000$00
Sorteio – Rifas Portimão	1500$00
Sorteio – CC Portimão	510$00
Sorteio – CC Silves	500$00
Vendas – Albufeira	360$00
Vendas – Bar Portimão	3050$00
Vendas – CC Silves	500$00
Listas:	
? – Faro – F.Pública	2100$00
? – Faro – Mulheres	700$00
7925 – CC Lagos	1950$00
7941 – " "	1200$00
7971 – CC Monchique	1700$00
8011 – CC Portimão	3850$00
8012 – " "	760$00
8014 – " "	160$00
8016 – " "	100$00
8017 – " "	120$00
8018 – " "	1190$00
8024 – " "	50$00
8029 – " "	240$00
8073 – CC Portimão	500$00
? – " "	450$00
? – " "	500$00
8537 – S.Brás Alportel	670$00
8151 – CC Silves	1640$00
8156 – " "	1000$00
8163 – " "	910$00
Total	**143 074$50**

OR DAS BEIRAS

Transporte	**97 524$50**
Autocolantes	290$00
Coupons	29 000$00
Cinema – Pinhel	788$00
Leilão Carnaval – CD Coimbra	1500$00
Sorteio CC Guarda	435$00
Sorteio CD Coimbra	2000$00
Sorteio – Tômbola Carnaval Coimbra	3858$00
Vendas – CC Guarda	180$00
«Homenagem Trabalhadores Alentejanos» – CD Guarda	5000$00
Listas:	
7047 – CD Castelo Branco	4900$00
7551 – CD Coimbra	2780$00
7598 – CC Coimbra	1000$00
7628 – " "	680$00
7778 – SIP Coimbra	752$10
7551 (?) – CD Coimbra	1400$00
7566 – Com. Sede Coimbra	1460$00
7622 – CC Coimbra	5700$00
7697 – Sect. Saúde – Coimbra	2000$00
7708 – CC Montemor	500$00
7711 – CD Coimbra	500$00
7715 – Cél. CELBI – Fig. Foz	7000$00
7777 – Com. Sede Coimbra	2514$00
7780 – " " "	850$00
7782 – Org. Médicos Coimbra	3400$00
Total	**176 011$60**

OR DE LISBOA

Transporte	**1 579 600$50**
Autocolantes	3302$50
Coupons	51 200$00
Coupons Sect. Público	44 650$00
Donativos Diversos:	
Sintra	20$00
«Garrafão» – CT Cascais	2437$80
«Clube dos Mil» – F. Cascais	3000$00
«Plenário Pal. Congressos» – Cascais	6063$10
«Clube dos Mil» – Odivelas	7000$00
«Clube dos Quinhentos» – Odivelas	500$00
Festa Carcavelos	6047$60
Leilão Alenquer	3000$00
Sorteio Alcabideche	1000$00
Sorteio Cascais	16 700$00
Sorteio Odivelas	540$00
«Amiga do PCP» (R.P.Moçambique)	500$00
«Amigos de Lousa»	4205$00
«Amigos do Partido» – S.I.Azóia	45 107$50
«Colecta da Cél. Marconi» – Sect. Público	3000$00
«Um grupo empr. Casa Carneiro» (Cascais)	1000$00
«Ramo Flores» – Tojais	1105$00
«Carroça» – Tojais	10 990$00
Listas:	
11952 – CC Sintra	1050$00
12919 – " "	461$00
12930 – " "	562$50
12933 – " "	1075$00
13000 – " "	1120$00
14433 – " "	3268$00
14451 – " "	1602$50
12410 – Loures	7110$00
12632 – Loures	1737$50
17564 a 17603 – CC V.F. Xira	6372$00
17626 – CC V.F.Xira	870$00
17627 – " "	920$00
17628 – " "	120$50
17641 – " "	1097$50
17642 – " "	6770$00
17658 – " "	605$00
18677 – Função Pública	500$00
18681 – MEIC	500$00
18688 – MEIC	340$00
18689 – MEIC	917$50
18795 – Min. Trabalho	1850$00
18797 – " "	1630$00
18802 – " "	2750$00
18805 – MEIC	106$00
18808 – MEIC	600$00
18847 – Função Pública	1060$00
18911 – TLP	5000$00
18930 – DOS-5 – F. Pública	1400$00
18550 – EPAL	4530$00
18593 – D.G. Previdência	700$00
18594 – Misericórdia	6500$00
18670 – CTT	1337$50
18710 – DOS-1 – F. Publica	347$50
18711 – " "	1570$00
18712 – " "	720$00
18714 – " "	400$00
18719 – " "	245$00
18722 – " "	170$00
18723 – " "	170$00
18726 – " "	340$00
18729 – Turismo	1165$00
18813 – «C/100 C. vamos prá frente» – F.Pública	2220$00
18832 – DOS-1 – F. Pública	620$00
14678 – CC Mafra	2350$00
14695 – " "	1370$00
42412 – CC Cascais	4000$00
12401 – CC Loures	2945$30
12402 – " "	2101$00
12403 – " "	1332$50
12404 – " "	805$00
12405 – " "	565$00
12411 – " "	2325$00
12516 – " "	500$00
12534 – " "	1250$00
12628 – " "	2600$00
12633 – " "	1350$00
Total	**1 886 892$80**

OR DO NORTE

Transporte	**253 089$80**
Autocolantes	620$00
Coupons	17 600$00
Donativos diversos:	
Sect. Intel. – CL Porto	31 365$00
Paranhos	277$50
Bancários Porto	1100$00
Leilão CL Porto	9685$00
Leilão Campanhã	5672$50
Sorteios:	
CL Foz	1327$50
Paranhos	2150$00
Bancários Porto	1500$00
CL Lordelo	885$00
Vendas – CD Viana do Castelo	1000$00
«Tudo misturado – CC Chaves	5074$00
«Uma família comunista» – CD V.Castelo	15 000$00
«Militantes comunistas – Freitas e Emília» V. Castelo	1500$00
«Funcionários da Caixa Geral – CC V.Castelo	1000$00
«Carlos Vaz» – CC V. Castelo	750$00
«José Carlos Pires Trigo» (CC V.Castelo)	500$00
«Sérgio Vinagre» (CC. Viana Castelo)	1000$00
«Gaspar Castro» (CC V.Castelo)	25 000$00
Listas:	
S/disc. – CT Bonfim	2250$00
S/disc. – CC V.P.Aguiar	1500$00
S/disc. – Paranhos	1273$00
S/disc. – Campanhã	2521$00
S/disc. – Campanhã	5645$00
S/disc. – Empresas CL Porto	2650$00
Total	**391 935$30**

OR DO OESTE E RIBATEJO

Transporte	**116 842$10**
Coupons	16 900$00
Donativos diversos:	
Alpiarça	1100$00
Tomar	1000$00
Org. Alcanena	10 732$50
Festa Pioneiros Alpiarça	1640$00
Baile Máscaras Alpiarça	7500$00
Venda (Aventais e sacos) – Alpiarça	400$00
Venda (Bolos) – Alpiarça	3350$00
Sorteio relógio – Cél. Empregados Santarém	3160$00
Listas:	
5541 – Alpiarça	15 590$00
5542 – "	1000$00
5543 – Almeirim	1000$00
5607 – "	1056$50
5611 – "	790$00
5858 – Santarém	1000$00
5861 – "	765$00
5866 – "	910$00
5868 – "	300$00
5874 – "	1070$00
5882 – "	2000$00
6002 – Cartaxo	500$00
6864 – Santarém	3000$00
? – Vale de Santarém	460$00
6091-6119-6124-6125-6126-6127-6128-6129-Salvaterra de Magos	14 000$00
Total	**206 066$10**

EMIGRAÇÃO

Transporte	**28 697$10**
Coupons – Vallauris	5000$00
«Avelino Andrade» – Luanda, RPA	1000$00
«Cam. Portugueses» – Vallauris	5000$00
Total	**39 697$10**

UEC

Transporte	**115 477$60**
Autocolantes	810$00
Coupons	14 384$00
Donativos diversos	40$00
«Com a classe operária liberdade e socialismo»	50 000$00
«Reforçar a UEC reforçar o mov. estudantil	1099$50
«Pela defesa da democracia»	475$00
«Estudantes progressistas de veterinária»	612$50
«Abaixo o fascismo»	420$00
«Pela unidade estudantil»	425$00
«Jovens com o socialismo	300$00
«Um est. progressista»	450$00
«Estudar o marxismo-leninismo»	100$00
«Pela democratização do ensino»	180$00
«Pela elevação do nível do ensino»	272$50
«Contra paralisação das escolas»	135$00
«Pela reabertura do ISCSP»	265$00
«Pela garantia do acesso à Universidade	150$00
«Para a frente UEC»	67$50
«Ensino secundário em luta»	70$00
«Contra a partidarização do M.A. – Unidade»	210$00
Listas:	
6339	250$00
6408	100$00
14739	348$00
14740	131$40
14758	54$50
14760	75$00
14875	591$00
42620	218$00
Total	**187 711$50**

UJC

Transporte	**45 767$20**
Autocolantes	967$50
Coupons	1200$00
Plenário Coimbra	283$00
Reunião Célula Lisboa	152$50
Excursão – Castelo Branco	600$00
Leilão – Coimbra – Centro	60$00
Sorteio – Lisboa	250$00
Vendas – Lisboa	1500$00
Listas n.ºs 11837-11845	232$50
Total	**51 012$70**

DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO

Os camaradas da célula da CUF deram o exemplo. E logo, como centelha que alastra o seu fogo, o exemplo frutificou e multiplicou-se. O dia de Salário para o Partido tornou-se uma forma de participar na Campanha Nacional de Fundos, forma seguida por muitas e muitas células. A classe operária dá o exemplo e logo muitos trabalhadores querem também contribuir, desse modo, para engrandecer o Partido, querem dar esse esforço, essa contribuição que, nestes tempos difíceis de aumento acelerado do custo de vida assumem um significado excepcional.

Na Marinha Grande, as células das empresas MP Roldão, da AFA, da Fábrica Nacional, da Izima, da C. Simões, da Emílio M. Silva, da J. Ruivo, da DINA e ainda a célula da Câmara Municipal aderiram à iniciativa. Assim, os camaradas vão, na medida das suas possibilidades, entregar ao Partido o correspondente a um dia de trabalho produtivo. Ainda naquele concelho de grandes tradições, as células da Favila, da Caixa de Previdência, da Crisal, da Intermolde, dos Reformados, e a própria Comissão Concelhia decidiram aderir à iniciativa que todos já chamam de DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO.

Em Leiria também os camaradas das células dos Professores, da Função Pública, da Federação dos Municípios, das Garagens, dos Bancários, da Saúde, dos Pequenos Comerciantes, da Cerâmica do Lis, da Folde-Sival, da Magda-Lis e também a Comissão Concelhia vão contribuir com um dia de salário.

Na Nazaré são os Professores, os Comerciantes e a Comissão de Freguesia do PCP a dar o exemplo. No Bombarral, a Comissão Concelhia também decidiu contribuir deste modo. E em Peniche os camaradas Professores não ficam atrás; nem os camaradas Pescadores; nem a Comissão de Freguesia da Serra d'EL-Rei.

Nas Caldas da Rainha, os Professores, os camaradas da Cooperativa Produtora de Leite. Em Vila Nova de Gaia são os camaradas da empresa vidreira Barbosa e Almeida que aderem já.

Em reuniões simples ou assembleias mais importantes, milhares de camaradas se propõem a oferecer ao Partido um dia de salário. Na Caixa Geral de Depósitos, os camaradas, em Assembleia de Célula resolveram que a contribuição mínima para a Campanha era um dia de salário.

No Barreiro, a Co[...] comunicado sobre [...] mínimo estão ass[...] Equimetal, 126 no[...] OPME, 66 na Câm[...] Civil, 43 na Mo[...] Professores, 4[...] Comerciantes, indi[...] Barreiro, 30 em Sa[...] Palhais. Os trab[...] trabalharam no sáb[...] para defender a dem[...] conquistas da re[...] comunicado distrib[...]

As células do PC[...] assinado pelas da[...] Flores, Silva e Arroi[...] da Caixa, Soberex, [...] Convex, Coopcort, [...] Câmara, Novabra [...] simpatizantes e [...] Campanha com um [...]

A Direcção da O[...] publicou também [...] todos os democ[...] militantes e simpat[...] iniciativa.

Em Cascais é o [...] do Partido quem ap[...]

Em Grândola, 2[...] Corticeira MILITÃO [...]

Trabalhadores da Lever, Ste[...] DCE, Stand Mode[...] Covina e Secretar[...] também aderem.

Na Amadora [...] Sorefame, Come[...] Beiersdorf, Regim[...] as primeiras célula[...]

Depois vêm a Co[...] de bairro, comités [...]

A importância [...] grande movimento [...] o Partido, quase [...] apenas que os [...] conscientes dos [...] engrandecer o Part[...]

CALDEIRADA EM CASCAIS FESTA-CONVÍVIO EM CACILHAS E REUNIÃO DE BALANÇO EM SETÚBAL

Domingo passado, a partir das 13 horas, a cantina dos trabalhadores da J. Pimenta, em Pampilheira, encheu-se com mais de 200 pessoas. Realizava-se assim mais uma iniciativa integrada na Campanha dos 50.000 contos, promovida pela Comissão Concelhia de Cascais do nosso Partido: uma caldeirada-convívio!

O camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP esteve presente e no meio de grande entusiasmo, dirigiu-se aos «convivas». Falando de improviso, traçou as linhas gerais da actual situação política, destacando o avanço da direita, a política de cedências do Governo e os resultados da recente desvalorização do escudo — alta de preços e maior submissão ao imperialismo.

No decurso da sua intervenção, o camarada Blanqui Teixeira salientou muito particularmente a resistência popular a tal orientação, após o que passou a abordar problemas de organização do Partido, acentuando a importância do êxito da Campanha dos 50.000 contos.

Para que esta campanha tenha todo o êxito que pode e vai ter — afirmou — é necessário compreender o significado político que ela encerra e que os militantes, simpatizantes e amigos do Partido compreendam que só com sacrifícios — neste tempo de alta de preços e de política antipopular — chegaremos lá.

A comprovar a receptividade que as palavras do nosso camarada encontraram na assistência está o facto de um leilão de uma garrafa de vinho do Porto ter rendido cerca de 1.500 escudos e de uma caixa em cortiça típica do Alentejo ter atingido quase 500 escudos.

Realizou-se ainda o sorteio de um cabaz de compras («não é o cabaz do Barreto» — avisou o camarada que apresentou o sorteio). O premiado, que pertencia à organização do Partido na Parede, entregou logo o cabaz ao Partido para ser leiloado na festa que a Organização Concelhia de Cascais leva a efeito no próximo sábado nos Bombeiros da Parede. Igual atitude foi assumida pelo camarada que tinha arrematado no leilão a garrafa de vinho do Porto. Bons exemplos!

Sempre no meio de boa disposição e entusiasmo, não podia deixar de se ter realizado, a acompanhar esta caldeirada, uma sessão de fados e guitarradas, por um grupo de amigos de Campo de Ourique. Inédito ainda foi a actuação do ventríloquo Sérgio Baptista, com o seu boneco «Tony» que, no final, fez uma colecta de fundos para o Partido...

A caldeirada-convívio findou já a tarde ia desaparecendo e rendeu 16 contos. Tendo sido o entusiasmo a sua nota dominante, entusiasticamente vão os comunistas do concelho de Cascais prosseguir seguramente na recolha activa de fundos para uma grande campanha dos 50.000 contos.

Em Cascais, depois da caldeirada o convívio

O Camarada Octávio Pato na Parry & Son

OCTÁVIO PATO NA PARRY AND SON

O camarada Octávio [...] participou numa festa-con[...] realizada no passado s[...] no refeitório dos estale[...] Cacilhas da empresa [...] and Son», iniciativa orga[...] pela célula do PCP na [...] empresa e desti[...] à Campanha dos 50 [...] contos.

No decorrer da interv[...] política, o camarada O[...] Pato, depois de se ter re[...] ao significado da Cam[...] dos 50.000 contos e a[...] para a unidade de tod[...] trabalhadores na defes[...] conquistas da revo[...] debruçou-se sobre [...] aprovada na véspe[...] Assembleia da Rep[...] — com a oposição [...] deputados comunistas – [...] estabelece o pagamento [...] subsídio anual de deze[...] milhares de contos [...] partidos represent[...] naquele órgão de sober[...]

Devem ser os mil[...] dos partidos polí[...] a sustentá-[...] financeiramente, e [...] o povo em geral, atra[...] impostos — acen[...] a propósito, Octávio Pat[...]

Alertando todos [...] presentes para os perig[...] corre a Revolução portu[...] e denunciando o «namoro[...] os partidos da direita faz[...] PS, o camarada Octávio [...] debruçou-se igualmen[...] análise das consequênc[...] teria a entrada de Portug[...] o Mercado Comum.

Depois, realizou-se [...] parte de convívio, que d[...] com a presença de [...] elementos do Canto Liv[...] decorrer desta jor[...] integrada na Campanh[...] 50.000 contos foi ev[...] a memória do cam[...] «Alex», destacado dirige[...] nosso Partido e que foi op[...] da «Parry and S[...] assassinado pela PI[...] estrada de Bucelas.

REUNIÃO DE BALANÇO EM SETÚBAL COM A PRESENÇA DE JAIME SERRA

A fim de procederem [...] balanço da forma como [...] a decorrer a Campanha [...] 50.000 contos [...] representantes das [...] comissões concelhia[...] Campanha Nacional [...] Fundos do distrito de S[...] reuniram-se em plenári[...] passado sábado no Cen[...] Trabalho daquela cidade, [...] numa sessão curta [...] altamente proveitos[...] trocaram impressões qu[...] certamente benef[...] o trabalho de recolha de f[...] em todos os concelh[...] distrito.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL

…LÁRIO …RIDO

…, a Co…oncelhia publicou um …obre o…onde se afirma que, no …assegu…1 dias na CUF, 185 na …26 no …o de Serviços, 80 na …Câmara …CP, 30 na Construção …Momp…na Fisipe, 25 nos …s, 4…quenos e Médios …, indivi…e, 25 na Freguesia do …m Santo…20 no Lavradio e 15 em …s traba…s da Júlio Macedo …no sába…ara reforçar o Partido, …r a demo…ara defender todas as …da revo… como afirmam em …distribuí…élula.

…do PCP… publicaram um apelo, …as da …port, Gefa, Gracinda …e Arrojá…de Brito Junior, Postos …perex, …uz e Cabrita, Petrogal, …pcort, …ex, Trabalhadores da …vabra …O apelo chama os …es e …a integrarem-se na …om um …lário.

…da Org…o Regional do Algarve …bém um…icado em que exorta …emocra…ntifascistas, todos os …simpatiz…o PCP a aderir a esta …

…s é o Ex…da Comissão Concelhia …em apo…ortância deste esforço. …ola, 20 …dores da Cooperativa …LITÃO …ibuir.

…res da …, Lever, Stet, AP, Ucal, …Modern…allac, Secretariado da …cretaria…Cervejas (Prior-Velho) …em.

…ora fo…ástico o acolhimento. …Cometn…zina, Pereira e Brito, …egimpre…tícias da Amadora são …células …ar.

…a Com…e Freguesia, as células …nités lo…eguesias.

…cia do…lo, a importância do …mento d…ao Dia de Salário para …quase …comentários. Prova …os tra…res deste país estão …dos …os necessários para …o Partid…

…S …ILH… …EMETÚBAL

…TO …ND SO…

…Octávio … …esta-conv… …sado sáb… …estaleiros… …resa … …a organiz… …PCP naq… …destina… …dos 50.0…

…interven… …ada Octá… …e ter rele… …a Campa… …s e ape… …de todos… …defesa … …revolu… …obre a… …véspera… …Repúb… …sição … …stas — … …mento d… …dezena… …ontos … …esenta… …soberan… …s milita… …políti… …tá-… …te, e… …através… …acentu… …io Pato… …todos… …perigos… …portugu… …namoro… …eita fazê… …Octávio … …ualmente… …quências… …Portugal… …m.

Iniciativas que têm por objectivo fazer renascer velhas tradições populares irão ser postas em prática, nomeadamente os bailes da pinha, os festivais desportivos, o canto livre, cinema e um variado número de actividades culturais e recreativas.

O camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC, esteve presente, tendo aproveitado a oportunidade para salientar a necessidade de se alargarem as iniciativas que possam dar melhor rentabilidade à Campanha, chamando a atenção para o facto de se evitarem actividades que, mobilizando um forte contigente de militantes, ao fim e ao cabo, poucos fundos podem trazer ao Partido, pela sua própria natureza pouco rentável.

Assim, para além das tradicionais manifestações culturais e recreativas que os militantes comunistas do distrito de Setúbal vão pôr em prática para se alcançar os objectivos propostos, outras formas de contribuição estão já em fase de execução. No decorrer da reunião foi apontado um exemplo digno de registo: um militante comunista do concelho de Sesimbra, barbeiro de profissão, decidiu entregar ao Partido, durante o tempo que durar a Campanha, a verba correspondente a um corte de cabelo por dia.

DENUNCIEMOS OS OPORTUNISTAS!

Como no início da Campanha Nacional de Fundos se denunciou, alguns grupelhos neonazis, ditos esquerdistas, procuraram iludir as populações apresentando-se a angariar fundos em nome do nosso glorioso Partido. O mesmo aconteceu recentemente no Barreiro.

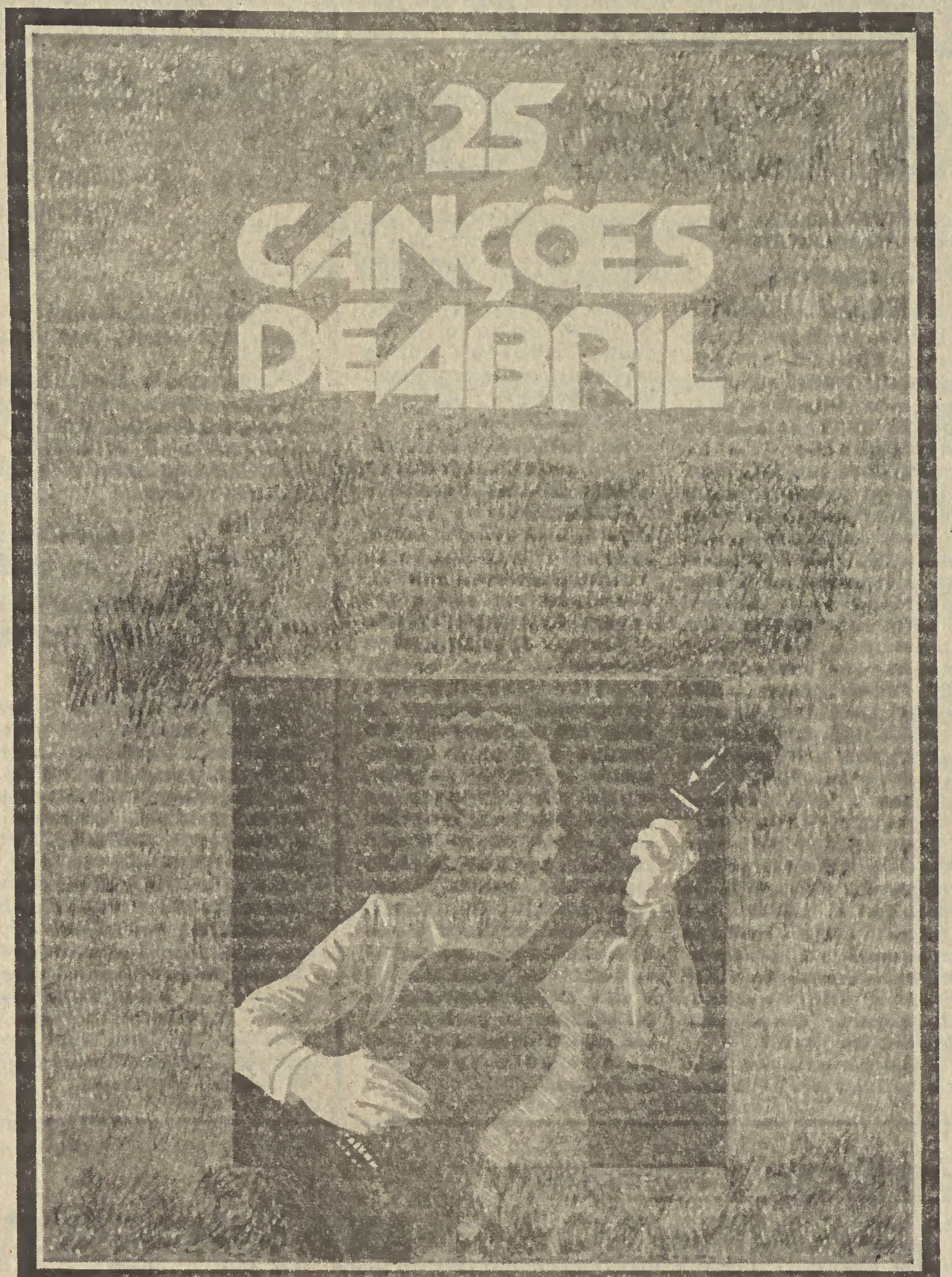
Estar alerta contra estes oportunistas e desmascarar em todo o lado a sua torpe actuação é um dever de todos os comunistas, de todos os verdadeiros democratas.

Os comunistas não escondem a cara. Que toda a população fique certa de que os comunistas se identificarão quando recolherem fundos para o grande Partido das massas trabalhadoras. Quando alguém se apresente encapotado a recolher donativos, sem poder fornecer a devida identificação de militante comunista, e os materiais da Campanha dos 50 mil contos, deverá ser escorraçado e publicamente denunciado.

…zou-se … …, que co… …a de … …nto Livre… …ta jorna… …mpanha … …foi evoc… …camar… …dirigente… …e foi ope… …nd S… …la Pide… …s.

…A O… …COM… …A …RRA…

…derem a… …a como… …mpanha… …ntos, … …es das… …ncelhias… …acional… …o de Set… …plenário… …no Cent… …cidade, … …curta … …veitosa… …ões que… …benefí… …ha de fu… …oncelhos…



25 CANÇÕES DEABRIL

2 ÚNICOS ESPECTÁCULOS

Dia 18 e 19 de Março

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Um grande espectáculo organizado pelo **"Avante!" – Secção de Informação e Propaganda da CC e Organização Regional de Lisboa** ● Texto de **José Carlos Ary dos Santos, Joaquim Pessoa, Manuel Branco, João Paulo Guerra, Rui Pedro, Luís Filipe Costa, João Rodrigues e Ruben de Carvalho** ● Encenação e cenários de **Augusto Sobral** ● Participação de **Fernando Tordo, Paulo de Carvalho, Luísa Basto, "Os Amigos", Carlos Paredes, José Barata Moura, José Jorge Letria, Samuel, Grupo "Outubro", Adriano Correia de Oliveira, coro dos mineiros de Aljustrel** e outros artistas.

Para a semana, pormenores

Multiplicam-se as iniciativas:

Tomar nota na agenda!

FESTAS E SESSÕES

Na **Fonte do Feto**, dia 19 de Março, **Festa** com convívio e baile.

Em **Coina**, Barreiro, em 27 de Março, um dia de **Festa**, com Torneio de Futebol de Salão, Canto Livre, Almoço, Convívio e Baile. Quermesse todo o dia.

Em **Almada**, nos dias 1, 2 e 3 de Abril, **Festa do Barracão**, com a Feira do Bolo, Leilão e Quermesse. Em 29 e 30 de Abril e 1 de Maio a Feira do Pombal.

Em **Pombal**, dia 4 de Março, pelas 21 horas, **noite de convívio**, com passagem de filmes, Canto Livre, tômbola e mercados.

Em **Leiria**, no dia 5 de Março, **festa da inauguração** do Centro de Trabalho, com tarde infantil, Canto Livre, um baile e surpresas. Comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

Em **Santarém**, dias 19 e 20 de Março, **Festa** com baile e canto livre.

Em **Alpiarça**, um **baile** no dia 5 de Março.

Em **Almeirim**, a **festa** começa no dia 6 de Março com um jogo de futebol, seguindo-se o almoço, o baile e a projecção de um filme.

No **Cartaxo**, Valada do Ribatejo, no dia 10 de Abril, **Vacada com piquenique**.

Em **Torres Novas**, dias 5 e 6 de Março, comemora-se o **aniversário do Partido**, com sessões e Canto Livre e a pintura de um mural gigante.

Noite de Fado, na Cooperativa Bem-Comer, em **Alfama**, no dia 5 de Março.

ESPECTÁCULOS

Em **Santo António**, freguesia de Palhais, Barreiro, no dia 10 de Março, um espectáculo de **Teatro**.

Em **Peniche**, no dia 26 de Março, **Grande Noite do Fado**, festival com fadistas de Peniche. Inscrições para os artistas. O tradicional caldo-verde.

No **Entroncamento**, no dia 5 de Março, **baile** e petiscos na Cantina dos Ferroviários.

Em **Alpiarça**, em 6 de Março, **Teatro e ilusionismo**.

Em **Bucelas**, na Casa do Povo, **Canto Livre** no dia 4 de Março, 21 horas.

Em **Odivelas**, em Senhor Roubado, **Noite do Fado**, dia 4 de Março, 21 horas.

Em **São João da Talha**, na colectividade de Vale de Figueira, às 21 horas, projecção de um **filme**, no dia 4 de Março.

Na **mesma localidade**, dia 5 de Março, também pelas 21 horas, na Sociedade Bobadela, **Canto Livre**.

Em **Camarate**, no Centro de Trabalho do PCP, projecção de um **filme**, no dia 5 de Março, às 15 horas.

Fados em Beja, no dia 5 de Março.

DESPORTO

No dia 6, **Barreiro, dia de Desporto**, com atletismo juvenil, ciclismo, futebol e **um baile** com o conjunto brasileiro Macumba.

Em **Vieira de Leiria**, a UJC e a UEC realizam uma **grande tarde desportiva**, em 28 de Março, dia Mundial da Juventude. Concentração às 14 e 30 no Ribeiro de Tábua. Abertas inscrições no Centro de Trabalho do PCP.

Em **Penalva**, de 5 a 12 de Março, **Torneio de Futebol** para «Veteranos» e «Jovens».

Em **Santo António do Barreiro**, dia 19 de Março, **moto-cross**, pelas 15 horas.

No **Entroncamento**, dia 6 de Março, provas de **ciclismo** na Pista dos Águias.

No **Entroncamento**, dia 6 de Março – **Mini-Puzzle** – Circuito Automóvel com peripécias e no dia 12 um baile nos 11 Unidos para a distribuição dos prémios do Mini-Puzzle.

PATUSCADAS

Na **Ribeira do Roxo** – Aljustrel – **Matança do porco** no dia 27 de Março. Com a participação de um rancho folclórico do Algarve, Teatro e coros alentejanos.

No dia 6 de Março, **almoço de confraternização** nas **Caldas da Rainha**, na Sociedade Columbófila, para todos os amigos do Partido. Pelas 13 horas. Inscrições limitadas para o caldo-verde e a chispalhada.

Ainda nas **Caldas**, dia 24 de Abril, **almoço** com sardinha de Peniche.

Em **Peniche**, dia 17 de Abril, **almoço com caldeirada**, sardinha assada e morcela caseira. A seguir baile com o conjunto Surpresa, da Marinha Grande.

Tomar, dia 6 de Março, **almoço de confraternização**, com baile nos Bombeiros.

No **Bombarral**, **almoço de confraternização** em 6 de Março.

No mesmo dia, em **Alcobaça**, **almoço** na sede da CDE.

No **Vale de Santarém**, também no dia 6 de Março, um **almoço**, leilão de ofertas e projecção de um filme.

Em **Seia**, **feijoada convívio**, seguindo-se à Assembleia de Militantes.

Em **Pombal**, almoço dia 5, confraternização 56.° aniversário do PCP.

DIVERSOS

O Sector dos Transportes da DORL realiza em 6 de Março uma **excursão a Évora**, com paragem em Montemor-o-Novo onde decorrerá uma festa de comemoração do 56.° aniversário do Partido.

Dia 5 de Março a **grande festa popular da Parede** contará com a presença da camarada Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC. Na sede dos Bombeiros Voluntários, a partir das 16 horas poderemos conviver com os artistas do Canto Livre José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira e Aníbal José que vão actuar durante a festa.

Em **Alcochete**, no dia 4 de Março, **Sessão de esclarecimento** na Casa do Povo, com a participação do camarada Domingos Lopes, às 21 e 30.

Na **Costa da Caparica**, dia 6 à tarde, **Teatro e Canto Livre**.

Na **Charneca da Caparica**, um **baile** no dia 7 de Março.

No **Barreiro**, dia 6, **Festival de Grupos Corais e Bandas**. Comício às 16 e 30.

No **Montijo**, dia 6 de Março um **Comício e Canto Livre**. Intervirá o camarada Carlos Brito.

No dia 8, ainda no **Montijo**, uma **sessão de esclarecimento** no Centro de Trabalho, pelas 21 e 30, com a camarada Hermenegilda Pereira. Ainda outra **sessão de esclarecimento no Bairro das Areias**.

Uma **churrascada** em **Palmela**, também no dia 6.

Em **Setúbal** no dia 5 de Março haverá uma distribuição de documentos porta a porta com angariação de fundos. À **noite Canto Livre**.

No dia seguinte, 6 de Março um **comício** com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

Em **Sete Rios, Lisboa**, o organismo da Construção Civil promove a **projecção de filmes** no Salão de Festas das Fumas, na Rua Raul Carapinha, nos dias 7, 8, 10 e 11 de Março, sempre às 21 e 30.

Também em **Ermidas-Sado** o dia 6 de Março será ocupado com uma angariação de fundos.

Em **Santiago do Cacém**, no dia 5, pelas 18 e 30 haverá **Baile na Aldeia dos Chãos**.

Em **Aljustrel, Ervidel, Montes Velhos, Canto Livre** no dia 6, com Luísa Basto e Carlos Paredes.

Dia 6 de Março, à tarde no **Couço** e à noite em **Santarém**, Samuel interpretará **canções** revolucionárias.

No **Porto**, o aniversário do Partido é comemorado no Palácio de Cristal. **Canto Livre** com Adriano Correia de Oliveira, M. Osório e José Jorge Letria.

Em **Coimbra** no **Pavilhão dos Olivais** o **conjunto Prelúdio** actuará também no dia 6.

Em **Montemor-o-Novo**, dia 6 uma **sessão de esclarecimento** no Teatro Curvo Semedo, pelas 15 horas. Intervêm os camaradas Sérgio Vilarigues e António Gervásio. À noite havera **Canto Livre**, com Maria do Amparo, Carlos Moniz, Samuel e Carlos Paredes.

GRANDE FESTA NA FIL

O camarada Álvaro Cunhal estará presente na grandiosa festa comemorativa do 56.° aniversário do nosso Partido, a realizar na FIL, no sábado, dia 5 de Março, pelas 21 horas.

Organização conjunta do Comité Local de Lisboa e dos Sectores Intelectual, Público e dos Transportes.

Canto Livre, sessões de cinema à meia-noite e baile até de madrugada com o agrupamento «Os Vermelhos». Comes e bebes e tômbola gigante.

27 de Março

LEILÃO

Roupas, vinhos, móveis, moedas, loiças, faqueiros, relógios, livros, discos, conservas, jóias, ferramentas, porcelanas, objectos de artesanato.

Não faltes. O Leilão **tem de ser um grande salto no caminho dos 50 000 contos.**

e ainda

SENSACIONAL CONJUNTO DE BANCAS

Venda de confecções, vidros, bebidas e muitas outras coisas.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50

O MAP RESPONSÁVEL DIRECTO PELO DESEMPREGO NOS CAMPOS

O desemprego alastra nos campos. Lenta mas inevitavelmente, desde que a actual equipa do MAP iniciou o que denomina por "segunda reforma agrária", homens e mais intensamente mulheres vêem-se de braços caídos. A situação tende a assemelhar-se ao que acontecia antes do 25 de Abril em que o Inverno trazia o flagelo do desemprego à população trabalhadora dos campos. Mas com a actual política do MAP nem a Primavera irá abrandar esta vaga de braços desocupados. Isto porque nada indica que o MAP esteja interessado em alterar a sua política de crédito pondo-a ao serviço dos trabalhadores. Pelo contrário, as medidas mais recentes do ministro Barreto e Secretário de Estado Portas indicam o prosseguimento de uma actuação discriminatória relativamente à concessão do crédito agrícola. Assim passam a beneficiar do CAE, Crédito Agrícola de Emergência, que fora primitivamente instituido apenas para pequenos e médios agricultores, UCP e cooperativas agrícolas, também os reservatários ou seja "aqueles a quem é concedido o direito de reserva da exploração, "isto é os latifundiários expropriados e todo o conjunto de oportunistas (rendeiros, seareiros, falsos rendeiros, falsos seareiros e até comerciantes aos quais o MAP tem concedido o direito de reserva em diversas UCP com o objectivo de mais rapidamente as destruir). Por outro lado nada indica que o MAP esteja disposto a avançar rapidamente com as restantes expropriações dando assim cumprimento à lei da Reforma Agrária, aos compromissos assumidos pelo Governo e ao Plano de Governo para 1977 aprovado na Assembleia da República.

EXPROPRIAÇÕES: CUMPRA-SE A LEI!

Com a expropriação de terras e a sua entrega aos trabalhadores agrícolas e a pequenos agricultores, assim como a das terras já expropriadas e nacionalizadas que se mantêm nas mãos dos agrários, a mão-de-obra seria praticamente absorvida e acabar-se-ia com o escândalo e sabotagem criminosa contra a economia nacional que representa o facto da maior parte das terras que estão nas mãos dos agrários (tal como grande parte das reservas) se encontrarem abandonadas ou subaproveitadas. Este absentismo é tanto mais grave quanto o ano agrícola corre de péssima feição também em virtude das condições climatéricas: as inundações em terras ribatejanas e no Norte, os terrenos alagados no Sul afectam seriamente a produção o que somado à política do MAP relativamente ao crédito, à concessão de reservas ilegítimas, à ausência de continuidade das expropriações, à falta de definição de apoio técnico e financeiro para as culturas da Primavera, representa uma quebra inevitável e muito grave na produção agrícola. Para já, a área de trigo desceu para menos de metade em relação ao ano agrícola de 75/76. Terras não são fertilizadas, gado morre à fome, como já denunciámos, máquinas estão paradas porque os trabalhadores não têm meios de financiamento.

O MAP FOMENTA O DESEMPREGO NO ALENTEJO

Mas não fica por aqui a actuação do MAP que parece ferrenhamente apologista do "quanto pior melhor". Assim independentemente de tudo o que expusemos, mas em íntima coerência com toda a sua acção, o MAP esforça-se empenhado em intensificar o desemprego. Como se não bastasse as reservas, o corte de créditos, o não avanço das expropriações, o MAP deu-se ainda em ameaçar as UCP que, segundo ele, têm excesso de mão-de-obra. É certo que muitas UCP têm neste momento de crise, mais trabalhadores do que podem comportar os seus meios financeiros: casos há em que, por via do corte de crédito do MAP, não podem sequer pagar salários e, por esta ordem de ideias, não manteriam qualquer trabalhador acabando pura e simplesmente com a sua UCP. Mas como os trabalhadores são de têmpera de não desistirem, como não abandonam a terra que tão duramente conquistaram, desbravaram e enriqueceram, como não cedem perante a política de coacção do MAP, este recorre ainda mais à intimidação para provocar o desemprego. Eis um exemplo:

Em Janeiro passado, várias UCP receberam a notícia deste despacho assinado pelo Secretário de Estado da Estruturação Agrária a 29 de Dezembro de 1976:

"Considerando:

– que as Cooperativas Agrícolas e as Unidades Colectivas de Produção constituídas ao abrigo da lesgislação da Reforma Agrária devem ser empresas economicamente rentáveis;

– que na grande maioria destas empresas a mão-de-obra se encontra subutilizada;

– que as empresas agrícolas não devem ser consideradas como a maneira de resolver os problemas da mão-de-obra excedentária não só do sector agrícola como até da indústria em períodos de crise;

– que apesar da autonomia de direito que têm as empresas colectivas, a situação de facto é de perda quase total dessa autonomia por dificuldades financeiras.

Determino:

– que para os efeitos de pagamento de salários sejam unicamente compreendidos pelo Crédito Agrícola de Emergência, o número de trabalhadores agrícolas permanentes que prestavam serviço na exploração no mês de Novembro de 1976; quaisquer alterações a este número devem ser devidamente justificadas, por razões técnicas, junto das delegações do IRA, responsáveis pelo acompanhamento do CAE, Crédito Agrícola de Emergência.

BARRETO E PORTAS NÃO ESTÃO INTERESSADOS NO AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Este despacho indignou justamente os trabalhadores pelo cinismo que encerra em cada uma das suas considerações e determinação. Em primeiro lugar se as empresas agrícolas, UCP e cooperativas, não são neste momento economicamente rentáveis e se a sua mão-de-obra se encontra subutilizada, se a autonomia quase perdida por dificuldades financeiras, a responsabilidade é do MAP pela política que conduz em relação a elas: porque lhes corta o crédito, porque não se conhece um só caso em que tenha procedido a estudos sobre os prejuízos que as reservas trazem em relação à viabilidade económica das UCP, porque não lhes presta o mínimo de apoio técnico e financeiro. Em segundo lugar, a verdade é que as UCP e as cooperativas, espinha dorsal da Reforma Agrária, têm como objectivo o aumento da produção e portanto da riqueza nacional, e o cessar do desemprego nos campos. Estes objectivos foram plenamente conseguidos (facto original nos processos de Reforma Agrária em todo o mundo após uma revolução democrática), logo no primeiro ano de realização da Reforma Agrária ou seja anteriormente à "segunda reforma agrária" do ministro Barreto e do seu Secretário Portas que mais não é do que a tentativa de recuperação latifundista e de fazer recuar as populações à vida de miséria

Foi o próprio ministro Barreto que reconheceu, muito a contragosto, e mesmo assim falseando os números, que a produção agrícola do ano passado fora bastante satisfatória. Enquanto a actual equipa do MAP não começou a fazer das suas, os mencionados objectivos da Reforma Agrária concretizaram-se deste modo: Nas 436 cooperativas e UCP de Beja, Évora, Portalegre; Santarém e Setúbal, no ano agrícola de 1975/76, semearam-se mais de 154 000 hectares; aumentou-se em mais de 249 000 toneladas a produção de cereais: trigo, aveia e cevada; aumentou-se o efectivo pecuário em cerca de 123 000 cabeças; aumentou-se o parque de máquinas e de alfaias em mais de 6300 unidades; criaram-se cerca de 60 instalações pecuárias diversas e cerca de 120 barragens, albufeiras e pequenas obras de regadio; e criaram-se mais de 50 000 novos postos de trabalho.

Isto foi o que os trabalhadores realizaram muito antes dos senhores Barreto e Portas dominarem o MAP e contarem com a cumplicidade de um Governo dito socialista na sua acção de violação da Constituição e de toda a legislação relativa à Reforma Agrária. É isto que os senhores Barreto e Portas pretendem destruir em vão.

RESERVA DE DESEMPREGADOS

Mas voltando ao curioso despacho do senhor Secretário Portas, repare-se que este determina que apenas os trabalhadores permanentes que se encontravam nas UCP, em Novembro passado, sejam abrangidos pelo CAE no que se refere ao pagamento dos salários. Ora, não é por acaso que Novembro foi o mês escolhido entre tantos: é porque, precisamente, durante este mês, muitos trabalhadores habituais nas UCP, foram dispensados para irem em auxílio dos pequenos e médios agricultores que se viam a braços com o problema da apanha da azeitona.

O que o MAP pretende é agravar ainda mais o desemprego que tem provocado com a sua política antipopular e antioperária. De resto, não é verdade que o senhor Secretário Portas se tem esmerado em "conselhos" aos trabalhadores das UCP quando de reservas, "prevenindo-os" que possuem trabalhadores a mais?

O que pretende com mais esta medida o MAP? Pretende pura e simplesmente criar uma mão-de-obra barata para ir servir toda a gama de "serventuários" aos quais concedeu reservas. Porque o MAP sabe que os trabalhadores apenas obrigados pela fome de seus filhos iriam servir, de novo, os seus exploradores.

No entanto, apesar de o MAP contar com armas de relevo nesta batalha contra os trabalhadores do campo e pelos seus reflexos contra todos os trabalhadores e contra a economia nacional, o desfecho não será a seu favor. Esta batalha não é diferente de muitas outras travadas pela classe operária e pelos trabalhadores portugueses no decorrer da árdua luta de classe que têm conduzido. E se os recuos jamais os fizeram fraquejar, muito menos agora os trabalhadores cederão o passo aos projectos de recuperação capitalista e latifundista. Muito menos hoje, quando contam com a unidade da sua organização de classe e com a solidariedade das outras camadas de trabalhadores e das forças democráticas participantes no processo de luta contra o fascismo pela democracia rumo ao socialismo.

REFORMA AGRÁRIA: FIM-DE-SEMANA DE LUTA

Juventude promove jornada de apoio à Reforma Agrária em Lisboa

Comissões de juventude de vários sindicatos realizam, amanhã e depois, uma jornada de apoio à Reforma Agrária.

O programa da jornada inclui uma sessão no Teatro da Trindade, amanhã às 21 horas com a participação de jovens trabalhadores das UCP e Cooperativas Agrícolas, realizando-se no sábado, uma excursão a uma cooperativa do concelho de Odemira para uma jornada de trabalho e convívio.

Manifestação em defesa da Reforma Agrária em Portalegre

No próximo sábado às 14 horas, realiza-se no Largo da Sé, em Portalegre, uma manifestação convocada pelo Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Portalegre e cuja realização foi decidida numa reunião em que participaram, além desta organização, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, direcções e delegados sindicais. O objectivo da manifestação consiste no repúdio veemente da ofensiva que se abate sobre a Reforma Agrária e outras conquistas da revolução nomeadamente o controlo operário. Por outro lado, esta manifestação visa expressar junto dos órgãos do poder o protesto popular contra o desemprego que já atinge mais de meio milhão de trabalhadores, contra o aumento do custo de vida que, sendo congelada a contratação colectiva, afecta gravemente as classes trabalhadoras e contra a política do Governo de restituição de empresas ao patronato, de cedência ao capitalismo e de dependência do país ao imperialismo.

TRABALHADORES RURAIS EXIGEM PROIBIÇÃO DOS DESPEDIMENTOS E PAGAMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

No próximo dia 8 de Março, pelas 15 horas, vai ser recebida no Ministério da Agricultura e Pescas uma delegação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real, que vai reclamar do Governo medidas para o cumprimento do Decreto-Lei 49-B/77, que fixou em 3500 escudos o salário mínimo para os trabalhadores do sector, e também a publicação de um diploma que proíba os despedimentos sem justa causa.

Esta deslocação a Lisboa de dirigentes sindicais dos assalariados rurais do distrito de Vila Real surge na sequência de uma intensa movimentação dos trabalhadores da região do Douro que enfrentam corajosamente os grandes senhores que, além de não cumprirem a lei, violam impunemente a Constituição, nomeadamente o disposto no Artigo 52.º que proíbe os despedimentos sem justa causa.

Nos últimos tempos, sido despedidos numerosos assalariados que trabalhavam, há vários meses ou até anos, para o mesmo patrão. Ainda recentemente, por exemplo, em S. João de Lobrigos, o grande proprietário Alfredo da Ressurreição Mendes despediu dois trabalhadores, Luís da Conceição Rodrigues e José de Sousa Gonçalves. Anteriormente, foi também despedido da mesma quinta um dirigente sindical, Trajano Borges Bacelar.

Num documento convocando uma reunião para o último sábado, na Casa do Povo de S. João de Lobrigos, a comissão directiva do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real apelava à unidade dos trabalhadores para impedir a continuação dos despedimentos. "É o pão dos nossos filhos", sublinhavam, "que está ameaçado".

Vencendo o clima de medo que os grandes proprietários pretendem criar, cerca de meia centena de trabalhadores aprovaram, no decurso da reunião, uma moção dirigida aos órgãos do poder exigindo que **"o Governo vigie o cumprimento rigoroso do Decreto-Lei n.º 49-B/77"**; proíba os despedimentos sem justa causa; garanta aos trabalhadores agrícolas permanentes a legislação de trabalho nacional; regulamente com urgência o trabalho eventual.

Ninguém de boa fé e interessado em responder às profundas dificuldades sentidas por dezenas de milhares de assalariados pode ignorar estas reivindicações legítimas. É frequente o Governo usar como figura de retórica para ilustrar passagens de discursos justificativos da sua política de recuperação agrária, capitalista e imperialista a situação dos trabalhadores rurais a quem, segundo dizem com verdade, a Revolução de Abril poucas melhorias concedeu.

Contudo, uma coisa são as palavras e outra muito diferente é a realidade. O gabinete presidido por Mário Soares não pode ignorar as responsabilidades que lhe podem ser assacadas quer pela acção dos representantes do PS nos governos provisórios, quer pela ausência de medidas concretas que o Governo já podia e devia ter adoptado.

Aliás, nunca será demasiado sublinhar que o diploma que fixa o salário mínimo de 3500 escudos requer, para ser aplicado, a satisfação de duas importantes condições. A primeira, que o Governo proíba os despedimentos sem justa causa. A outra, que a unidade dos trabalhadores se reforce e consolide.

No que concerne à primeira condição, basta tão só que o Governo leia e tome medidas para cumprir o que está escrito no Artigo 52.º da Constituição. Citamos: "**Incumbe ao Estado, através da aplicação de planos de política económica e social, garantir o direito ao trabalho, assegurando (...) a segurança no emprego, sendo proíbidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos (...).**"

Ora, a verdade é que quem está de facto interessado no cumprimento da Constituição são os assalariados rurais e não os grandes proprietários, na sua esmagadora maioria afectos ao CDS (que votou contra a Lei Fundamental do país) ou ao PPD que a aceita com muitas reservas...

Procurando eximir-se ao pagamento do salário mínimo, os grandes proprietários do Douro dizem que não podem pagar. Todavia, os trabalhadores já não vão em cantigas e fazem contas, apurando que muitos deles gastam mais num dia em gasolina do que entra por semana nos lares dos trabalhadores que, devido ao mau tempo, têm tido, quando muito dois ou três dias de jorna por semana.

O patrão diz que não dá – referia-nos recentemente um assalariado do concelho de Santa Marta de Penaguião, que acrescentou: – **Bom, se ele quiser fazemos uma coisa: dou-lhe o salário mínimo e ele dá-me o que ganha por mês. Como temos o mesmo número de filhos podemos tirar a prova dos nove**"...

Entretanto, além de pretenderem perpetuar a desenfreada exploração, os grandes proprietários não estão interessados em dar trabalho a um número muito mais significativo de assalariados, como sucederia inevitavelmente no caso de cultivarem convenientemente todos os terrenos que possuem.

UM CERTO TIPO DE «RESERVATÁRIOS»...

Num recente comunicado, a SIP da Comissão Distrital de Beja do PCP denuncia mais uma vez o tipo de «reservatários» beneficiados pela política do MAP, nos seus violentos atropelos à legislação sobre a Reforma Agrária, segundo a qual as reservas só poderão ser concedidas àqueles que retirassem predominantemente da terra o seu sustento e sem que esta concessão afectasse a viabilidade económica da UCP já constituída:

«1 — O Ministro Barreto e o seu secretário Portas continuam na ofensiva contra a Reforma Agrária. O seu plano de entrega ilegal de reservas e de injustiça do Corte de Crédito Agrícola de Emergência a muitas das UCPs/Cooperativas do distrito de Beja significa a destruição desta grande conquista dos trabalhadores, a baixa de produção, o desemprego, a fome e a miséria.

2 — A atribuição das reservas ilegais prossegue ou está no choco em todas as UCPs do distrito, enquanto se adia, e já não se fala sequer, na expropriação de mais de 70 000 ha de terra expropriável e ainda na posse dos agrários, na mesma zona.

3 — Estas ilegalidades, que tem sido a constante da política do MAP, têm atingido ultimamente o concelho de Ferreira do Alentejo.

Na freguesia de Figueira dos Cavaleiros deste concelho, no Monte Branco da Loira e na herdade da Alta Vasca, integradas na unidade «Alentejo em Frente», no dia 16 do corrente, quatro *jeeps* da GNR e três patrulhas irromperam de manhã pelas terras dos trabalhadores, mediram cerca de 550 ha para vinte e dois indivíduos, intitulados seareiros.

4 — Para termos uma ideia precisa do que se está a fazer contra a Reforma Agrária no concelho de Ferreira do Alentejo, desmascaramos o caso do Monte Branco da Loira e Alta Vasca, onde mediram as terras de regadio, as melhores, para entregarem a indivíduos que na sua maior parte nunca trabalharam na agricultura e outros são já proprietários, conforme passamos a apontar:

Manuel Charela — tem 25 ha na herdade da Malhada Velha e tem outras courelas; Pedro Canilhas — é comerciante, tem um talho, uma taberna, e explora várias courelas; José Luís Mendes — é comerciante, tem um café, é barbeiro de profissão e traz várias courelas de renda; Manuel Filipe Marques, conhecido pelo «Zorro» — tem um café, é vendedor ambulante de peixe e hortaliças e vende materiais de construção civil; António Gomes dos Reis Santana — é industrial, aluga máquinas agrícolas, tem um camião e terras de renda que rondam os 50 000 pontos; António José, conhecido pelo «preto» — explora terras para cima de 50 000 pontos.

Os outros indivíduos a quem vão dar reservas nestas herdades não são conhecidos no concelho.

5 — A SIP da Comissão Distrital de Beja do PCP apela para a unidade dos trabalhadores e para a realização de grandes assembleias e plenários nas UCPs na defesa da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores. Apela para a firmeza e serenidade dos trabalhadores — conjuntamente com outras camadas laboriosas da população — no prosseguimento da luta em defesa da Reforma Agrária e das conquistas da Revolução.

Não às reservas ilegais!

Crédito Agrícola de Emergência para as UCPs e pequenos agricultores!

Contra o desemprego!

Defendamos a Reforma Agrária!»

Em Évora e Santarém

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES

Em defesa da Reforma Agrária, pelo fim do desemprego e contra o aumento do custo de vida, dezenas de milhar de trabalhadores agrícolas manifestam-se em Évora e Santarém

Assinalando um fim de semana caracterizado por uma gigantesca movimentação das massas trabalhadoras dos campos, duas grandes manifestações em defesa da Reforma Agrária, contra a política antioperária do Governo PS, realizaram-se no passado sábado, em Santarém e Évora. Enquanto no norte e centro se sucediam várias reuniões de pequenos e médios agricultores e particularmente de rendeiros, muitos e muitos milhares de trabalhadores agrícolas faziam ouvir as suas vozes de protesto, de reivindicação e de luta contra o avanço da direita, favorecido pela política governamental e pela defesa da Reforma Agrária e da democracia. Tanto nas reuniões como nas manifestações, tanto entre os pequenos agricultores como entre os trabalhadores das UCP e Cooperativas Agrícolas e outros assalariados, o objectivo é o mesmo. a luta tem o mesmo fim, a aliança é inevitável e há apenas que conquistá-la ainda mais, fortalecê-la, dinamizá-la. Em Santarém e Évora não foi apenas a voz dos trabalhadores do campo que se fez ouvir mas, também a expressão da solidariedade dos trabalhadores da cidade – indústria, comércio, estudantes, donas de casa, intelectuais — que, por diversas formas, fizeram sentir a unidade das massas trabalhadoras para a construção de um futuro democrático.

Milhares e milhares de trabalhadores agrícolas assinalaram com a sua presença o repúdio pela recuperação latifundiária

ÉVORA: MANIFESTAÇÃO IMPRESSIONANTE

Previamente marcada para a Praça do Giraldo, a manifestação convocada pelo Secretariado Distrital das UCP e Cooperativas Agrícolas de Évora, e com a adesão da União dos Sindicatos de Évora, da Confederação Geral dos Trabalhadores-Intersindical e diversos sindicatos tanto do distrito como de outros, viria a realizar-se no Rossio, por imposição do Governador Civil da cidade sob pretexto de que na Praça do Giraldo a concentração "prejudicaria o estacionamento de táxis". Apesar do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários ter vivamente protestado pois, ao sábado, os táxis nem sequer se encontram na praça, a Comissão Organizadora da manifestação acedeu a mudar de local.

A alteração em nada diminuiu a multidão acorreu de um modo impressionante, chegando alguns trabalhadores a calcular a concentração em meia centena de milhar de pessoas.

Além da condenação da "política insensata de direita do Governo PS, que só tem olhos e ouvidos para as forças reaccionárias e fascistas e vira as costas ao operariado e demais povo trabalhador, que são as únicas forças capazes de salvar a economia do país, garantir a liberdade e a independência nacional e construir uma sociedade sem opressão, sem desemprego, sem aumento do custo de vida, numa palavra sem exploração do homem pelo homem", expressa numa moção em que se exige "o fim da política de direita do Governo e a realidade duma política virada para a satisfação dos legítimos interesses dos trabalhadores", outras medidas foram reivindicadas num entusiasmo demonstrativo da determinação dos trabalhadores em erguer o obstáculo da sua unidade e organização ao avanço da direita. Numa das moções, esta apresentada pela Comissão Oganizadora da manifestação, exigia-se uma vez mais que "o Governo cumpra a lei e a Constituição, que dê apoio técnico e financeiro às cooperativas, que exproprie os 700 mil hectares, que a GNR não seja utilizada contra os trabalhadores, que à frente do MAP se coloquem homéns dispostos a servir os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os rendeiros e seareiros."

As intervenções, todas elas dirigidas neste sentido de repúdio pela política governamental e pelo avanço das forças de direita e exigindo medidas concretas de defesa e consolidação da Reforma Agrária e da democracia, foram feitas por Leonel Malaqueco, membro do Secretariado das UCP; Feliciana Carvalho, trabalhadora agrícola que denunciou os vultuosos subsídios concedidos ilegalmente aos agrários; Álvaro Rana, da Confederação Geral dos Trabalhadores-Intersindical que analisou a política de recuperação capitalista; João Paulo, presidente da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo, que leu uma moção da União dos Sindicatos do Distrito de Évora na qual se criticam as recentes medidas de desvalorização do escudo e sua influência na economia nacional e Manuel Vicente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora que condenou vivamente a política do MAP.

No final das intervenções, foi então o tempo de desfile que só por si testemunha a grandiosidade da manifestação: três quilómetros de uma multidão compacta, alinhada em grossas filas, que só a percorrer a Praça do Giraldo demorou cerca de 20 minutos. Multidão que constitui a força de uma resistência que não deixará de se engrossar na luta pela Reforma Agrária, e pela democracia.

SANTARÉM: SOLIDARIEDADE ACTIVA

A manifestação realizada em Santarém, em defesa da Reforma Agrária contra o desemprego, por uma nova contratação colectiva, convocada pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito constituiu igualmente uma importante movimentação dos trabalhadores dos diversos concelhos e uma expressão impressionante da solidariedade das outras camadas de trabalhadores em relação aos seus companheiros de luta dos campos.

De Alpiarça, Almeirim, Coruche, Salvaterra, Benavente, Samora Correia, Torres Novas, Alcanena, Tomar, Tramagal e Marinha Grande vieram até Santarém milhares de trabalhadores. Muitos outros, que não estiveram fisicamente presentes, expressaram através de moções a sua solidariedade à luta, a sua compreensão de que os problemas que levaram à movimentação dos assalariados agrícolas são comuns pois, como diz a União dos Sindicatos de Santarém, "todos sofrem os efeitos das arremetidas contra a Reforma Agrária, do congelamento da contratação, do desemprego que alastra, do aumento assustador do custo de vida que torna cada vez mais pequeno o salário dos trabalhadores".

Dirigindo-se à multidão concentrada junto do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, António Calarrão, da Assembleia Geral, leu uma saudação do Sindicato, no qual depois de se recordar a luta pela formação do Sindicato Agrícola do distrito e de analisar as características da actual ofensiva contra a Reforma Agrária, criticando algumas medidas governamentais, se salienta que a resolução dos problemas "está dependente do avanço e consolidação da principal conquista dos trabalhadores portugueses: a Reforma Agrária", mas uma Reforma Agrária "que interesse aos trabalhadores e ao país" eliminando o desemprego a curto prazo e a médio prazo, a dependência agrícola em relação ao estrangeiro e repudiando o que "o ministro Barreto e o seu secretário Portas, ajudados por grupos divisionistas, querem, ou seja, a morte das UCPs, a morte das Cooperativas e o desemprego e a miséria dos trabalhadores agrícolas."

Seria depois aprovada uma moção na qual os trabalhadores reclamam ao Governo o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária, a revisão das reservas e desanexações entregues ilegalmente no concelho de Coruche, a continuação das expropriações medidas contra o desemprego e o aumento do custo de vida, apoio técnico e financeiro às UCP e aos pequenos e médios agricultores e a entrada em funcionamento das Comissões de Conciliação e Julgamento para os litígios derivados da aplicação da Convenção Colectiva de Trabalho. Esta moção foi entregue por uma delegação ao governador civil depois de os milhares de trabalhadores terem inundado as ruas de Santarém numa vibrante manifestação de protesto das massas populares perante a política ruinosa do Governo PS.

UCP «ALENTEJO EM FRENTE» ALVO DE MAIS UMA INJUSTIÇA

Mais um exemplo da política de recuperação latifundista do MAP. Mais um exemplo dos meios a que recorre este Ministério para esfrangalhar as UCP. O caso passa-se com a UCP "Alentejo em Frente" de Monte Branco da Loira, mas está longe de ser único. Ele constitui um dos muitos testemunhos da actuação contrária aos interesses da economia nacional e, por isso mesmo, antipatriótica do MAP. Ao denunciá-lo, estamos a ser porta-voz das intenções desta UCP que informou o CRRA de Beja que "caso não nos seja resolvida esta situação imediatamente, somos forçados a levar junto das entidades competentes e da opinião pública a tremenda injustiça de que somos alvo".

De que injustiça se trata?

Mais uma vez estamos perante o corte discriminatório do Crédito Agrícola de Emergência. Como os trabalhadores da UCP afirmam "não detectamos motivos suficientes para tal medida que vem prejudicar seriamente a evolução económica da UCP". Por isso, os trabalhadores da "Alentejo em Frente" responsabilizam o CRRA de Beja por:

— uma seara com falta de adubos;

— gado (149 porcos, 91 vacas e 30 bezerros) com fome à falta de farinha;

— máquinas paradas com falta de gasóleo.

E acrescentam que se é certo que a sua dívida ao abrigo do CAE é de 643 contos, o que dizer da dívida do CRRA de Beja a esta UCP, quando existem cativos neste CRRA cerca de 1050 contos respeitantes a produtos da UCP "Alentejo em Frente" vendidos por intermédio deste organismo do MAP?

DESPEDIMENTOS: CGTP—IN PROTESTA CONTRA O DECRETO LIBERALIZADOR

Aumentam as ameaças de despedimentos colectivos. Trabalhadores e Movimento Sindical lutam contra o desemprego, pela manutenção dos postos de trabalho

O Decreto-Lei n.º 841-C/76, «concebido pelo grande capital para *liberalizar* os despedimentos, restaurar a repressão patronal nas empresas, suspender e despedir dirigentes e delegados sindicais, criar um *exército de reserva* de desempregados», é alvo de um comunicado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional. A CGTP-IN adverte que «os trabalhadores e o Movimento Sindical saberão impedir, na prática, através da luta a nível de empresa e da solidariedade de classe, que sejam realizados os intentos que deram origem ao Decreto-Lei n.º 841-C/76», agora ratificado pela Assembleia da República, «sem participação do Movimento Sindical e das Comissões de Trabalhadores, que não foram consultados previamente», como já não o tinham sido pelo Governo.

Num comunicado posterior, esclarecendo a sua posição e desfazendo a «manipulação» direitista de alguma Imprensa, nomeadamente do «Jornal Novo», a CGTP-Intersindical Nacional sublinha que «o facto de a AR ter ratificado — contra o parecer da Comissão Constitucional e sem para tal ter cumprido as normas constitucionais — um decreto-lei já de si enfermando de inconstitucionalidade, não altera a posição que relativamente a ele têm manifestado os trabalhadores e o seu Movimento Sindical».

De acordo com o Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, a CGTP-IN «respeita e fará o possível por fazer respeitar a Constituição da República, bem como as decisões que venham a ser assumidas pelos órgãos do poder nela consagrados. Tal facto — precisa a Central Sindical — não pode, porém, significar, de algum modo, que não lutará, dentro do quadro constitucional, para que essas decisões venham a ser alteradas sempre que não correspondam aos interesses dos trabalhadores».

MANTER OS POSTOS DE TRABALHO

E essa luta é, mais do que nunca, uma necessidade a incentivar todos os dias, pois os despedimentos, as ameaças contra o direito ao trabalho, as suspensões arbitrárias, os «inquéritos» a trabalhadores suspensos e outras formas de aumentar o desemprego são, por sua vez, uma actividade diária do patronato reaccionário e da recuperação capitalista.

Num curto balanço referente à última semana e citando apenas empresas de algum volume, os trabalhadores tiveram de opor-se, ou de continuar a opor-se, a tentativas de despedimentos, ameaças nesse sentido, suspensões ou despedimentos já consumados, nas empresas Agfa (Taveiro-Coimbra), Cerro Grande (Albufeira), Santix (Coimbra), Oliva (S. João da Madeira), Grafilarte (Águeda), Sociedade Industrial de Gouveia, Socotil (Ovar) e muitas outras afectadas por tentativas de regresso dos ex-patrões, por falta de cumprimento dos contratos de trabalho, por ameaças de despedimento de dirigentes e delegados sindicais.

Na Agfa (Coimbra) os trabalhadores, em plenário deliberaram «repudiar qualquer solução que não passe pela manutenção de todos os postos de trabalho». Nesse sentido, tinham anteriormente feito diligências junto do secretário de Estado da População e Emprego, Eng.º Tito de Morais, que, segundo moção aprovada naquele plenário, «garantiu aos trabalhadores a viabilidade da prestação de caução dos custos de produção» que implicará a manutenção dos postos de trabalho dos 85 trabalhadores que constam do processo de despedimento colectivo.

Na Santix, mantém-se a suspensão de 120 trabalhadores, enquanto o Ministério do Trabalho decide proceder a inquérito antes de deliberar sobre o assunto. O Sindicato fazia, entretanto, uma proposta no sentido de o Ministério, mediante um despacho provisório, mandar reintegrar todos os trabalhadores suspensos. Em contrapartida, terminaria a greve, motivada por aquela tentativa de despedimento colectivo. Entidades oficiais e os grupos parlamentares do PCP e do PS foram solicitados para encontros destinados a resolver o assunto.

MULHERES TRABALHADORAS: GRANDES VITIMAS DO DESEMPREGO

«Do total dos despedimentos verificados após o 25 de Abril, mais de metade foram de mulheres trabalhadoras» — lembra, entretanto, num comunicado, a Célula do PCP na Beiersdorf Potuguesa (Queluz de Baixo).

«Os últimos despedimentos verificados — prossegue o documento — com especial destaque para a Timex, que encerrou atirando 1 500 trabalhadores para o desemprego, assim como os despedimentos já anunciados — Siemens (418), Signetics (250), AEG (mais de 100) — assim como os que ameaçam consumar-se na Facel, Agfa, Oliva e outras empresas (se medidas urgentes não forem tomadas pelo Governo)» atingem ou ameaçam atingir fundamentalmente as mulheres «que constituem a esmagadora maioria dos trabalhadores dessas empresas multinacionais».

Depois de apontarem as razões pelas quais as mulheres são as principais atingidas por esses despedimentos sem justa causa (os superlucros extraídos da mão-de-obra feminina diminuiram depois do 25 de Abril) os trabalhadores comunistas da Beiersdorf concluem:

«As mulheres trabalhadoras esperam que o Governo obrigue o patronato a respeitar os seus direitos e interesses que a Constituição consagra», como seja a proíbição dos despedimentos sem justa causa, o que não se tem verificado até agora. «O já tristemente célebre decreto dos despedimentos — assinala ainda a Célula do PCP — veio, pelo contrário, facilitar a vida aos donos das multinacionais, no que respeita aos despedimentos colectivos sem justa causa. Há que continuar a luta pela sua revogação».

CERCA DE 400 CAMPONESES NO I GRANDE ENCONTRO PROMOVIDO PELO MAPRU

No I Encontro de Agricultores por uma melhor Previdências Rural, organizado pelo MAPRU e realizado em Coimbra, no passado domingo, pequenos e médios agricultores de todo o distrito de Coimbra e muitos de outras zonas das Beiras, apresentaram um relato impressionante das condições de vida nos campos no que se relaciona com a assistência médica e medicamentosa, denunciando as tremendas carências no campo da previdência rural e apresentando o rétrato amargo da velhice desprotegida após uma vida toda ela dedicada ao trabalho, da difícil sobrevivência das viúvas e dos pequenos e médios agricultores.

Com uma mesa constituída por representantes dos diversos núcleos do MAPRU e por representantes das Casas do Povo, o Encontro contou com a participação de representantes da União dos Sindicatos de Coimbra, da Confederação Geral dos Trabalhadores-Intersindical e da CRARA. Joaquim Calhau membro do Secretariado da CGTP-Intersindical, salientou que a sua presença significava a unidade na prática de todos os trabalhadores portugueses da cidade e do campo. Tanto o representante da União dos Sindicatos de Coimbra como o representante da CRARA manifestaram a sua solidariedade incondicional ao movimento de agricultores por uma melhor previdência rural.

Com uma participação muito viva dos cerca de 400 pequenos e médios agricultores presentes, foi eleita a Comissão Coordenadora do MAPRU, a qual inclui elementos dos diversos núcleos do movimento do distrito de Coimbra e de todas as zonas das Beiras. Foi também aprovado um Caderno Reivindicativo dos Pequenos e Médios Agricultores em Luta por uma melhor Previdência Rural cujas reivindicações fundamentais são:

Assistência médica e medicamentosa:

Criação de mais postos médicos com enfermeiros e médicos competentes; revisão do montante a pagar dos medicamentos pelo beneficiário; actualização do montante dos diferentes subsídios; Atribuição e pagamento pontual de todos os subsídios; subsídios iguais para todos: homens ou mulheres; medicamentos gratuitos para a terceira idade.

Reformas e Pensões:

Igualdade das Reformas e Pensões sejam homens ou mulheres; pensões para as viúvas de agricultores sem subsídios; montante mínimo de 50% do salário mínimo do trabalhador rural para todas as reformas quer sejam de velhice, de previdência ou de invalidez; idade de reforma aos 65 anos; pagamento pontual das pensões e Reformas.

Integração do regime especial da previdência no regime geral.

Tarefas das Casas do Povo.

Exercer vigilância sobre a actuação das juntas médicas; atribuição de pensões e subsídios sobre as baixas por doença; dirigir os seus esforços para que seja prestada uma melhor assistência médica e medicamentosa; defender a situação dos funcionários da Casa do Povo na futura integração no regime geral; promover actividades culturais, desportivas e de recreio; realização e concretização de iniciativas de carácter assistencial: creches, casa de infância, etc; promover conferências e cursos técnicos sobre a agricultura;

Abono de Família:

Para todos os agricultores sejam ou não proprietários.

Esta primeira grande assembleia promovida pelo MAPRU reflectiu os grandes passos dados em frente pela organização dos camponeses e abriu boas perspectivas para a continuidade e aprofundamento do trabalho na defesa dos interesses dos que, a Norte da zona da Reforma Agrária, trabalham a terra em duras condições.

CONFERÊNCIA REGIONAL DE TRABALHADORES-ESTUDANTES

Tendo como principal objectivo o debate alargado sobre a situação do trabalhador-estudante, a questão da ligação da teoria à prática «de modo a superar o carácter ainda livresco do ensino», o problema da qualidade científica e pedagógica do ensino nocturno e a consequente colocação de professores, o enquadramento profissional dos trabalhadores-estudantes, o acesso aos vários graus de ensino e a criação de um horário de trabalho a nível nacional, vai realizar-se no próximo dia 20 deste mês, em Lisboa, a Conferência Regional de Trabalhadores-Estudantes, jornada de unidade e luta que conta já com a adesão de centenas e centenas de jovens de todo o País.

A Conferência é convocada pelo Secretariado de Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (STEESL), e pelo Centro Coordenador dos Trabalhadores-Estudantes (CCTE).

A SITUAÇÃO NA OLIVA

A situação na Oliva-ITT volta a agravar-se. Como aqui já alertámos (*"Avante!"* de 23 de Dezembro do ano findo e de 17 de Fevereiro último) está em jogo o pão de milhares de pessoas, de centenas de famílias. Numa das suas últimas deslocações a Lisboa, a Comissão de Trabalhadores encontrou-se com o secretário de Estado da Indústria Pesada, mas nada se avançou, tendo esse membro do Governo declarado que já nada tinha a ver com a negociação.

No entanto, as conversações ao mais alto nível, entre o Governo e os representantes da ITT, prosseguiram, ao mesmo tempo que regressava da Alemanha o sr. Ernesto Borges com propostas que os restantes administradores não aceitaram, "por não terem elementos para o fazer".

A normalização da empresa põe-se cada vez com mais urgência. Os trabalhadores decidiram manter formas de luta anteriores, no sentido de combater as manobras para afundar a empresa, intervir junto das autoridades locais de S. João da Madeira, do Governo e grupos parlamentares, emitir comunicados explicando a situação e combatendo as movimentações esquerdistas e de direita. O objectivo é fortalecer a unidade e a aproximação entre trabalhadores de várias tendências políticas, interessadas na recuperação da empresa e na manutenção dos seus postos de trabalho.

«PRODUZIR E POUPAR»

Se quem trabalha, por milagre nunca visto, vivesse sem comer, nem em 20 anos conseguiria juntar (à média por que deve andar o salário real da maioria) os 700 contos necessários para o «Citroën» de luxo (HZ-49-29) que o Ministério do Trabalho acaba de adquirir para serviço do Gabinete do titular daquela pasta.

O «Diário de Lisboa», ao dar a notícia, acrescenta que o automóvel tem ar condicionado e custa para o público não ministerial a meiga soma de 820 contos.

Para lá desta manifestação de cómoda austeridade e bom viver, só nos resta louvar quem de direito pelo espírito precavido (a aquisição foi feita antes da desvalorização oficial do escudo) e pela elevada noção da poupança de que dá mostras um ministério ao conseguir um preço tão em conta para um objecto certamente imprescindível ao bom desempenho do cargo do sr. ministro do Trabalho.

Um desconto de 120 contos é obra! É um desconto muito austero. Representa aí, só por si, uns 26 meses de salário mínimo nacional, ou uns largos anos de imposto complementar ao mínimo da tabela. Nada mau!

Nada mau como exemplo lapidar da «austeridade» salazarista.

EX-PATRÃO E LACAIOS AMEAÇAM NA SOCOTIL

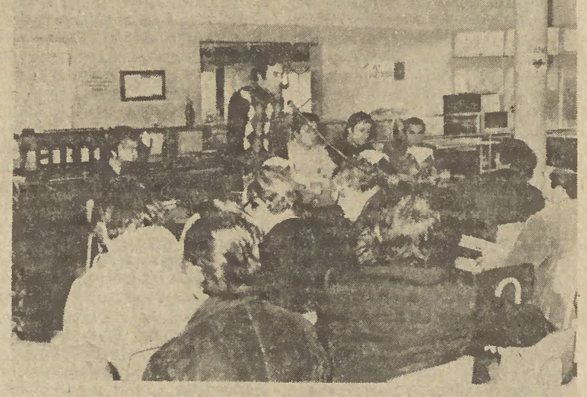
Com a situação quase normalizada, de modo a recomeçar a laboração em 1 do corrente, a Socotil, fábrica de Ovar com 260 operárias, está novamente submetida às ameaças de regresso do ex-patrão, que fugiu para o estrangeiro em Agosto de 1975 depois de um período de falcatruas com os clientes e com a Banca, pondo em risco o emprego de todo o pessoal.

Um grupo de operárias, perante a situação criada na empresa, chama a atenção num comunicado para a sua gravidade, com o patrão novamente em Portugal, reunindo os seus lacaios, exigindo para si um ordenado de 60 contos mensais e impondo o despedimento imediato de 100 operárias.

Prestes a regularizar a sua situação e a receber os salários, o que não sucede desde Junho do ano findo, as trabalhadoras da Socotil lembram que, em Agosto de 1975, para evitarem o desemprego, reuniram todos os esforços e asseguraram a gestão da empresa, os postos de trabalho e os salários, «demonstrando que os trabalhadores, quando estão unidos e conscientes conseguem ser os próprios donos dos seus destinos, apesar de haver muita gente apostada em os fazer fracassar».

Num apelo à «unidade necessária e importante», agora que estão criadas «as condições que nos permitem encarar o futuro com boas perspectivas», o grupo de trabalhadores da Socotil condena energicamente os planos do ex-patrão sabotador e dos lacaios ao seu serviço, com destaque para Maria Rosa, contabilista com 12 contos mensais, e Costa, fiel de armazém, com onze contos, que andam de porta em porta com um abaixo-assinado, tentando fabricar 260 assinaturas favoráveis ao regresso do ex-patrão.

«É preciso que todas estejamos conscientes de que, se este plano for avante, em breve nos arrependeremos, pois o seu objectivo é o despedimento de companheiras nossas, fome e miséria para todas, opressão e exploração» — assinala o comunicado lembrando que «a luta que travamos na Socotil é uma luta justa, porque é uma luta pelo direito ao trabalho, que diz respeito a todas as pessoas interessadas na transformação da nossa economia, pondo-a ao serviço das classes trabalhadoras».



Um aspecto da reunião da CIL

Lei da greve

TRABALHADORES APROVAM PROJECTO DO PCP

A proposta de lei do Ministério do Trabalho visando regulamentar o exercício do direito à greve, depois de analisada e debatida em todos os seus aspectos, foi rejeitada unanimemente pelos cerca de 300 representantes das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), reunidos, no último sábado, em dois plenários, para debate das propostas e projectos de leis que interessam aos trabalhadores e que, de acordo com a Constituição, a eles foram submetidos pela Assembleia da República.

Os plenários que decorreram nos refeitórios da EPAL, aos Olivais, e nas instalações da J. Pimenta, em Queluz, tiveram uma forte representatividade, conferida por um total de dezenas de milhares de trabalhadores. Encontros do mesmo género dos realizados duas semanas antes e durante os quais foi aprovada a Lei do Controlo Operário, elaborada pelo nosso Partido, neles foi aprovado, na generalidade e na especialidade, o projecto de lei sobre a greve do grupo parlamentar do PCP, pois, nos termos de uma proposta aprovada, ele "representa de facto uma garantia" do exercício daquele direito da classe operária e das classes trabalhadoras em geral.

As Comissões de Trabalhadores, representadas nos plenários do último sábado, consideraram ainda que o projecto do PCP "respeita o espírito da Constituição, defende os interesses dos trabalhadores e possibilita-lhes a defesa das suas conquistas, através da utilização correcta" dessa forma de luta que é a greve.

Têxteis e outros sectores

EM LUTA PELOS CONTRATOS COLECTIVOS

Os trabalhadores organizados no Movimento Sindical têm intensificado, em vários sectores de actividade, a luta pela conclusão dos contratos colectivos de trabalho à qual o patronato se tem oposto, de um modo geral, boicotando as negociações e exercendo repressão sobre os trabalhadores.

No sector têxtil, onde as paralisações parciais e totais se verificam desde 9 de Fevereiro findo, com grande adesão por todo o País, a Comissão Negociadora Sindical (CNS) para o Contrato Colectivo de Trabalho único e vertical para todo o sector (CCTUV) que marcou para hoje um dia de paralisação total, se não houver conciliação, tem desenvolvido grande actividade, nomeadamente ao nível das diligências junto do Governo no sentido de levar o patronato a negociar o CCTUV.

Por outro lado, a CNS tem sublinhado firmemente e confirmado na prática que «os trabalhadores têxteis não estão interessados em desestabilizar a situação política, mas apenas em lutar pelos direitos adquiridos e por salários mais justos», visto que, entre os 300 mil trabalhadores do sector, 100 mil «auferem salários abaixo dos 4 500 escudos de mínimo nacional» e cerca de 90 por cento daquele total ganha menos de 5 000 escudos mensais, como ainda recentemente lembrava a Federação dos Sindicatos do sector, acrescentando que «muitos patrões vêm, desde o segundo semestre de 1976, praticando preços baseados nos aumentos salariais previstos», mas ainda não concedidos.

Porque as reivindicações são justas e necessárias, tem aumentado a adesão maciça às formas de luta decididas em grandes plenários. Ao mesmo tempo, o patronato reaccionário tenta desmobilizar, intimidar e dividir os trabalhadores, a fim de dificultar a sua luta pelo CCT único e vertical.

Na Empresa Fabril do Norte, houve 33 suspensões na última sexta-feira. Uma paralisação imediata obrigou a direcção a anulá-las. No Grupo Mondego (Mundex, Ritex e Calcex) 3 suspensões e a intevenção da GNR obrigaram, por sua vez, a uma paralisação. Na Riopele, onde recentemente a GNR feriu a tido alguns trabalhadores, a repressão aumentou após os incidentes e houve suspensões, incluindo a de um delegado sindical. Entretanto, em Braga, a direcção do Sindicato Têxtil de Delães denunciava, numa conferência de imprensa a participação de bandos fascistas em provocações e incidentes, incluindo elementos da organização fascista espanhola «Guerrilheiros do Cristo Rei».

MOVIMENTAÇÃO NOUTROS SECTORES E MANIFESTAÇÃO NO COMÉRCIO

Além dos têxteis, outros sectores que empregam centenas de milhares de trabalhadores, movimentam-se, por sua vez, no sentido de obterem melhores condições de vida e de trabalho através da celebração de contratos colectivos. Estão nesse caso os metalúrgicos, cerâmicos do barro vermelho, construção civil, panificação, ourives, indústria e comércio farmacêuticos, vidreiros, correios e telecomunicações, agências de viagens, transportes fluviais e qaudros técnicos da CP.

Entretanto, milhares de trabalhadores do comércio de Lisboa manifestavam-se, no dia 28, em frente a São Bento contra a decisão unilateral do Governo no sentido de alterar os horários dos estabelecimentos comerciais. O ministro do Comércio e Turismo, recebendo dirigentes sindicais, garantir-lhes-ia, entretanto, que os actuais horários de trabalho não serão alterados sem o acordo das câmaras municipais, sindicatos e patrões.

A CGTP — Intersindical Nacional emitiu no mesmo dia um comunicado onde afirma que «a semana inglesa e o descanso ao domingo são hoje uma conquista generalizada dos trabalhadores do comércio, consagrada em todas as convenções colectivas, que tem um grande alcance social e com reflexos positivos, em especial pela predominância das mulheres neste sector».

Solidária com os trabalhadores do comércio em todo o País a CGTP-IN, depois de lembrar a luta que esses trabalhadores desenvolveram designadamente nos últimos anos do fascismo, conclui afirmando: «A experiência histórica e a combatividade várias vezes demonstrada pelos trabalhadores do comércio impedirão a concretização da tentativa de recuperação capitalista actualmente em curso e que significaria a liquidação das mais importantes conquistas» desses trabalhadores.

O CAMPESINATO ORGANIZA-SE!

Para os pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros, o último fim-de-semana constituiu uma jornada de luta tanto mais importante quanto é certo que representou mais um passo na unidade e organização do campesinato, classe que é fundamental ganhar para o processo revolucionário.

Em *Sobral de Monte Agraço* e *Alenquer*, no passado dia 27, realizaram-se reuniões nas quais foram eleitas as direcções para as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, actos nos quais participaram centenas de pequenos e médios agricultores. No decorrer dos trabalhos foram debatidos problemas que afligem o campesinato. Entre eles, as constantes violações à Lei do Arrendamento Rural (só no concelho de Alenquer existem 400 processos em tribunal por atropelo à lei), e os aumentos de preços de produtos essenciais à produção agrícola que se encontrariam na forja do Governo. Tanto em Alenquer como no Sobral, foram aprovadas moções nas quais os pequenos e médios agricultores protestam vivamente contra possíveis aumentos de preço do gasóleo, dos pesticidas e dos fungicidas e outros produtos e foi manifestado o repúdio vibrante dos participantes relativamente a qualquer alteração à Lei do Arrendamento Rural. Recorde-se que corre, no concelho de Alenquer, um abaixo-assinado onde os pequenos e médios agricultores se opõem a qualquer alteração à Lei do Arrendamento Rural, considerando «contrária aos interesses dos pequenos e médios agricultores» a «adopção de um critério regional para a aplicação das rendas como parece ser o desejo do MAP», medida que «só poderá vir a favorecer os grandes e ricos senhorios e proprietários».

Na *Lousã* o arrendamento rural foi o tema que mobilizou muitos rendeiros do concelho para uma reunião convocada pelo MARN e realizada no dia 27, na qual foram discutidos problemas relacionados com a Lei do Arrendamento Rural.

Mais de 300 rendeiros participaram no I Encontro de Rendeiros de *Guimarães* realizado, no passado dia 27, por convocação do MARN. O Encontro aprovou uma moção na qual os rendeiros exigem: o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural; que as autoridades e organismos oficiais defendam os rendeiros alvo de ameaças ou de violências por parte dos senhorios ricos e proprietários; que os organismos agrícolas do Estado representados no concelho promovam reuniões de esclarecimento sobre os direitos dos agricultores; o funcionamento imediato das comissões arbitrais com a representação de rendeiros e do MARN; atribuição de pensões a senhorios pobres; aplicação de multas aos senhorios ricos que não cumprirem os prazos estipulados para redução do contrato a escrito; consulta obrigatória ao MARN sobre qualquer decisão do Governo relativa ao arrendamento rural; que não haja alteração da Lei do Arrendamento Rural que ponha em causa a abolição da parceria e a estabilidade do cultivador da terra.

Em *Coimbra*, o MARN num comunicado à população alerta: «Então será possível que o Governo em vez de fazer cumprir uma lei que defende aqueles que trabalham de sol-a-sol, sem férias, sem regalias, sem garantias de terem uma produção que compense o nosso esforço, esteja a pensar em dar de novo privilégios àqueles que sempre nos exploraram? Tudo faremos para que esta injustiça não se concretize. Em torno do nosso movimento exijamos que a Lei seja cumprida». O comunicado termina apelando para a unidade e mobilização de todos os rendeiros em defesa da Lei do Arrendamento Rural.

No *Algarve*, a ARBA, Associação de Rendeiros do Barlavento Algarvio, denuncia casos de violação da Lei do Arrendamento Rural em que os senhorios se recusam a reduzir o contrato a escrito e expulsam rendeiros da terra. As autoridades permanecem passivas perante esta violação à lei e à Constituição.

Em *Lamego* o MARN anuncia aos rendeiros a abertura de uma sua delegação, no Largo do Montepio, 15, 1.º, na qual todas as quintas-feiras poderão os rendeiros ser esclarecidos sobre a Lei do Arrendamento Rural, contando com a assistência de um advogado que ajudará todos os rendeiros nas causas que têm em tribunal ou que venham a ser postas.

Em *Ponte da Barca*, por iniciativa de pequenos e médios agricultores, foi constituída a COOPEBARCA, Cooperativa de Agricultores do Concelho de Ponte da Barca, a qual vem substituir o ex-Grémio da Lavoura. Com esta realização os pequenos e médios agricultores esperam defender melhor os seus interesses e resolver os problemas de abastecimento e comercialização dos produtos agrícolas.

Em *Castelo Branco*, centenas de trabalhadores, delegados sindicais, representantes da União dos Sindicatos de Castelo Branco e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre da Intersindical, decidiram a fundação do Sindicato dos Assalariados Agrícolas do Distrito de Castelo Branco e aprovaram os respectivos estatutos. Durante a reunião, foi também aprovada uma moção de apoio à Reforma Agrária, ao MARN e ao MAPRU.

ROUTAR LUTA PELOS BALDIOS

Os baldios são do povo! Existe uma lei que assegura esta posse tão duramente conquistada através de lutas que se enraizam nos tempos do fascismo. Mas o MAP não quer criar conflitos com a CAP que, alto e bom som, tem reivindicado a revogação do decreto-lei que estipula a entrega dos baldios à população. Por isso, os baldios permanecem por explorar, ressentindo-se as pequenas economias locais, os apelos e protestos do povo não são atendidos enquanto o MAP se refugia no argumento de que os baldios constituem um «caso complexo».

Exemplo de mais esta ilegalidade do MAP, consentindo na violação dos direitos da população, aparece-nos na questão dos baldios da população de Routar, na freguesia de Torredeita, no distrito de Viseu.

«Nós queremos recuperar o nosso maninho. E nós somos todo o povo. Mostrámos a nossa vontade numa assembleia em Dezembro em que estiveram 227 compartes dos 286 recenseados. Temos a lei a nosso favor. Mas cá, como noutras terras, há um cacique que esteve na Junta de Freguesia durante doze anos, e que agora, como não podia deixar de ser, pertence ao CDS: foi mandatário desta lista nas eleições e andou com os seus dois carros a levar pessoas para a mesa de voto. O CDS ganhou. O dito senhor e outros sabotadores sentem-se à vontade para continuar a desrespeitar os direitos do povo. E o Ministério da Agricultura que devia defender-nos e cumprir a lei, não liga nenhuma, consente que a gente seja explorada como antigamente. O pior é que queríamos explorar a resina e o início da extracção começa normalmente em Fevereiro, mas com as coisas assim empatadas, nunca mais começamos a ter usufruto dos baldios que são nossos.»

Assim, em poucas palavras, um pequeno agricultor de Routar pôs-nos a par do problema que afecta a população do lugar. Desde Dezembro que a população votou que a administração do baldio fosse exercida exclusivamente pelos compartes do baldio através de um Conselho Directivo constituído por votação secreta. Esta decisão da população não agradou aos caciques da junta de freguesia (CDS), que argumentam com a falta de verbas da autarquia e a necessidade de resolverem as dificuldades financeiras à custa do património dos baldios. Perante esta posição o povo reafirma que «os baldios pertencem à população local e devem ser administrados pela Comissão Directiva do Baldio».

Mas, com o apoio de industriais resineiros, os caciques da junta de freguesia apresentaram ao MAP, num abaixo-assinado, para cujo preenchimento recorreram à assinatura de crianças e de gente de lugares ao redor de Routar. Neste abaixo-assinado os CDS e outros aparentados com esta ideologia da exploração, utilizam, nem mais nem menos, do que este precioso argumento: «o baldio já é do povo porque a junta de freguesia, composta por elementos do CDS, foi eleita pelo povo.» Até ao momento o MAP não decidiu coisa alguma o que, como é óbvio, só vem favorecer os reaccionários. A população que havia decidido proceder ao corte das lenhas e estrumes a fim de evitar possíveis incêndios na próxima época seca e se dispunha a explorar as resinas, encontra-se de mãos atadas perante o impasse criado pelo silêncio do MAP.

READMISSÃO EM VIANA

Depois de uma ampla acção de solidariedade desenvolvida pelos Sindicatos de Viana do Castelo e por trabalhadores de vários ramos de actividade, foram readmitidos os cinco trabalhadores suspensos arbitrariamente nos Serviços Municipalizados daquela cidade por terem mantido com firmeza o seu direito de efectuar uma reunião sindical.

Conferência na «Portugal-URSS»:

O SISTEMA POLÍTICO DO SOCIALISMO BASEIA-SE NO PRINCÍPIO DA MAIS AMPLA REPRESENTATIVIDADE POPULAR

Na sociedade onde não há igualdade na posse dos meios da produção, é sempre a vontade de uma pessoa rica que se sobrepõe aos desejos de outras pessoas que não dispõem de iguais possibilidades materiais. E neste caso a liberdade duma pessoa transforma-se na submissão e até escravidão doutra pessoa menos endinheirada – afirmou o Conselheiro Cultural da Embaixada da União Soviética em Lisboa, camarada Stepan Mamontov, a dado passo da intervenção que proferiu recentemente na sede da Associação Portugal-URSS, subordinada ao tema «Democracia Socialista».

Salientando que «a base económica do socialismo é a propriedade social sobre os meios de produção, ou seja, sobre a terra, as fábricas, oficinas, bancos, empresas, etc., o que exclui qualquer possibilidade da exploração do homem pelo homem», o dr. Mamontov afirmaria, em seguida, que o «sistema político do socialismo baseia-se no princípio da representatividade popular mais ampla». Detendo-se em particular na URSS, declarou que neste país socialista aquele princípio se personifica «nos sovietes dos deputados dos trabalhadores, que estão a dirigir todos os assuntos estatais».

Prosseguindo, afirmou:

O órgão superior do poder é o Soviete Supremo da URSS. O Soviete Supremo actual, eleito em Junho de 1974, tem 1517 deputados. Mais de metade deles – 769 – são operários e camponeses Kolkasianos. O resto são dirigentes de empresas, especialistas da economia nacional, professores, médicos, cientistas, artistas, funcionários do Partido, dos sovietes e dos sindicatos. Estão representadas 61 nacionalidades e etnias. Quase um terço dos deputados são mulheres.

E mais adiante:

Um quadro diferente observa-se nos parlamentos burgueses onde predominam os representantes das classes possuidoras. No congresso dos Estados Unidos entre os 535 deputados não há nenhum representante do operariado, em troca, as pessoas com grandes fortunas compõem aproximadamente dois terços dos congressistas. Quanto às mulheres, a sua quantidade no congresso oscilava entre 11 a 14, o que representa apenas 1,3 por cento da totalidade dos congressistas. Na Câmara dos Representantes há apenas 15 negros e no Senado somente 1. No Congresso Americano não estão representados os índios, porto-riquenhos e americanos de procedência mexicana.

O PODER LOCAL

Ao contrário do que sucede nos países capitalistas, na União Soviética não existe o cargo de deputado como profissão. Tal como referiu o camarada Stepan Mamontov, «entre as sessões parlamentares, os deputados continuam a trabalhar nas suas profissões», o que lhes dá «a possibilidade de seguir de perto a vida económica e social da comunidade, e ver os problemas do desenvolvimento do país desde as bases. Por outro lado — acrescentou — os eleitores podem diariamente controlar e coordenar as actividades dos deputados, exprimir-lhes novas sugestões e propostas, criticar os seus erros». De salientar que na União Soviética os operários e camponeses representam 67,7 por cento dos deputados e que mais de uma quarta parte deles têm menos de 30 anos de idade. «Uma particularidade do socialismo — acentuou o camarada Mamontov — é também a renovação paulatina dos órgãos do poder e a promoção aos postos do poder da nova gente politicamente madura e capaz». Concretizando, declarou:

Nas eleições para o Soviete Supremo da URSS, em 1970, foram pela primeira vez eleitos 55,8 por cento de deputados, nas eleições de 1944 também mais de 55 por cento. A composição, quanto a este índice, das autarquias locais na URSS, também se transforma durante as eleições, de turno mais ou menos em 50 por cento o que na escala de todo o país atinge mais de 1 milhão de novos deputados. É uma autêntica escola da direcção do Estado. Desde 1936, quando foi aprovada a nossa Constituição, através desta escola passaram mais de 24 milhões de cidadãos soviéticos.

AS ELEIÇÕES

O carácter democrático dos sovietes manifesta-se já no próprio modo da sua formação. Eles elegem-se na base de um direito eleitoral geral, igual e directo, com voto secreto. Sobre o processo eleitoral na URSS, o camarada Mamontov sublinhou:

A participação dos soviéticos na formação dos órgãos do poder estatal não se limita apenas pela votação. Nas suas mãos encontra-se também toda a organização e realização das eleições começando pela apresentação dos candidatos e terminando no apuramento dos resultados dos votos. No período pré-eleitoral, milhões de soviéticos participam no trabalho das comissões de escrutínio. Por exemplo: durante as eleições para os sovietes locais, em Junho de 1975, foram formadas 2 250 624 comissões, onde participaram 9 172 726 cidadãos. Mais de 61 por cento deles eram operários e camponeses, 47,1 por cento eram mulheres.

Depois de apontar como característica importante da democracia soviética «as chamadas reivindicações dos eleitores, ou sejam, sugestões colectivas aos deputados expressas em reuniões pré-eleitorais e que exprimem a opinião de todos ou da maioria dos eleitores da região, cidade ou distrito», o Conselheiro Cultural afirmou: **Segundo a legislação soviética, o deputado está obrigado a reagir a todas as demandas, sugestões, queixas e conselhos dos eleitores. No caso de menosprezar estes problemas do povo, o trabalho é classificado negligente e como mau cumprimento das suas obrigações de deputado e, então, segundo a constituição, os eleitores têm o direito de revogar o seu deputado. Assim, por exemplo, apenas durante meio ano, a partir das últimas eleições para os sovietes locais «desde Junho até Dezembro de 1975» foram revogados 165 deputados. Uma tal prática de revogação não existe na maioria dos países burgueses.**

A DEMOCRACIA COMEÇA NO LOCAL DE TRABALHO

Abordando no final da sua comunicação as questões relacionadas com a actuação democrática no processo da produção, o camarada Stepan Mamontov destacou o papel dos trabalhadores, dos sindicatos e dos administradores das empresas, tendo acentuado: **O director da fábrica pertence ao mesmo sindicato que os operários, ele está obrigado a dar-lhes contas, ele dirige a empresa em interesse do colectivo com a ajuda e debaixo do controlo do mesmo. Pelo facto de uma empresa soviética ser propriedade social não há nesta empresa nenhuns segredos que sejam escondidos aos trabalhadores.**

A democracia na «esfera fundamental da actividade humana – a esfera da produção», é realizada através dos sindicatos, que reunem mais de 107 milhões de pessoas.

Uma das funções mais importantes do sindicato – frisou em seguida – é o controlo da administração nos assuntos respeitantes à admissão e despedimento do pessoal. Nenhum operário ou empregado pode ser despedido duma empresa ou instituição pela iniciativa da administração sem o consenso prévio do comité sindical respectivo.

O órgão sindical tem o direito de exigir a destituição de qualquer dirigente da empresa, independentemente do cargo que ele exerce. Durante os últimos anos, à base deste direito foram destituídos mais de 5000 dirigentes de diferentes níveis.

Ainda sobre os direitos e actividade dos sindicatos na União Soviética, o camarada Mamontov declarou:

Os direitos dos sindicatos da URSS quanto à gestão das empresas ampliam-se constantemente. O decreto-lei do Presidium do Soviete Supremo da URSS de 15 de Julho de 1958 concedeu-lhes o direito de controlar a actividade de todos os dirigentes da empresa. Um novo regulamento sobre os direitos do comité sindical da empresa aprovado em 1971 permite aos membros do comité visitar e rever sem qualquer impedimento todas as secções e serviços da sua fábrica, exigir da administração todos os documentos e informações necessárias, verificar os cálculos salariais.

Depois de afirmar que os administradores das empresas têm «obrigação de dar contas periodicamente, perante a sua organização sindical, sobre o cumprimento das medidas para melhorar as condições de trabalho», assim como sobre o cumprimento dos contratos colectivos, terminou salientando que **uma das formas de levar os trabalhadores à gestão das empresas é fazê-los participar nos chamados Conselhos de Produção que são órgãos eleitos democraticamente e formados por 60/70 por cento dos operários e também por representantes da administração e do sindicato. Discutem periodicamente os problemas principais do desenvolvimento da produção e dão aos administradores recomendações sobre as possibilidades de melhoramento do trabalho da empresa. Em 1 de Janeiro de 1976 já existiam no país 130 700 conselhos de produção registados.**

URSS – COREIA POPULAR: BASE SÓLIDA DE COOPERAÇÃO

Foi assinado, em Pyong Yang, o protocolo sobre a troca de mercadorias para o ano de 1977, entre a URSS e a República Democrática Popular da Coreia. Segundo o acordo, que visa aumentar sensivelmente as exportações recíprocas, a URSS fornecerá máquinas e equipamentos, petróleo e produtos petrolíferos, coque e outras mercadorias, enquanto a RDPC exportará, em troca, cimento, laminados, máquinas-utensílios e artigos de confecção.

O protocolo reflecte o carácter mutuamente vantajoso dos laços económicos entre os dois países, baseados na igualdade e princípios do internacionalismo socialista. As relações económicas entre a URSS e a Coreia Popular já deram os seus frutos e criaram possibilidades suplementares de cooperação vantajosa.

A amizade e cooperação, igual em direitos, da RDPC com os países socialistas tornaram-se factores importantes, graças aos quais os trabalhadores da Coreia souberam, num curto lapso de tempo, ultrapassar as sequelas do colonialismo e do subdesenvolvimento do pós-guerra e avançar na via da edificação socialista. O país que, há pouco mais de três decénios era apenas uma colónia atrasada, realizou enormes transformações sociais, criou uma indústria moderna e uma agricultura desenvolvida. Com a ajuda da URSS construíu 60 empresas de grande importância para a sua economia. O ritmo da produção industrial aumentou 57,5 vezes durante estes anos.

As trocas entre a URSS e a RDPC no domínio da cultura, da ciência e do desporto, intensificaram-se, as organizações sociais e culturais aumentaram os contactos. Tudo isto contribui para a aproximação recíproca dos povos dos dois países.

A recente visita de amizade à URSS do camarada Pak Sung Chul, membro do Comité Político do PTC e primeiro-ministro do Conselho Administrativo, os seus encontros e conversações com os dirigentes soviéticos, confirmaram a grande importância dos laços soviético-coreanos para um bom desenvolvimento da economia dos dois países, reforço e expansão das relações, iguais e mutuamente vantajosas.

PELA REUNIFICAÇÃO DA COREIA

Teve lugar, nos dias 21 e 22 do corrente mês, em Bruxelas, a Conferência Mundial para a Reunificação da Coreia.

A Conferência contou com a presença de mais de cinquenta delegados representando vários Estados, diferentes partidos, organizações internacionais sindicais, juvenis, religiosas e jornalísticas. O PCP esteve representado através do camarada Domingos Lopes, colaborador do Comité Central.

Os trabalhos decorreram com sucesso tendo sido no final aprovada um resolução na qual estão contidas as condições que são necessárias criar para a reunificação e o estabelecimento de uma paz duradoura na Coreia.

«Dias Técnicos da RDA em Portugal»

Os «Dias Técnicos da RDA em Portugal», jornada de cooperação e intercâmbio que decorreu entre 14 e 18 do passado mês de Fevereiro em Lisboa e no Porto, assumiram um importante significado para o desenvolvimento das relações comerciais entre o nosso País e a República Democrática Alemã, relações que são baseadas na aplicação dos princípios da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

Referindo-se à importância daquela iniciativa — que proporcionou a realização de 20 conferências especializadas durante as quais diversos peritos apresentaram produtos e processos modernos da indústria de exportação da RDA nos sectores da construção de máquinas-ferramentas, técnica de frio, construção de máquinas agrícolas e trocas de licenças – o Conselheiro Comercial da Embaixada da RDA em Lisboa camarada Seifert, afirmou à Imprensa que «a escolha dos temas correspondeu largamente ao desejo de informação dos especialistas portugueses, tendo despertado o maior interesse os temas referentes à construção de máquinas-ferramentas, técnica de frio e agricultura». De salientar que os «Dias Técnicos», a que assistiram cerca de 800 especialistas portugueses, possibilitaram a realização de múltiplos contactos e encontros. A propósito, o camarada Seifert sublinhou o interesse manifestado pelos deputados portugueses das comissões económicas, que durante um encontro separado com especialistas da RDA se informaram das capacidades deste país socialista nos domínios da actividade económica e das possibilidades de «ampliar e aprofundar o comércio e as relações económicas entre os nossos países», tema acerca do qual fizeram valiosas sugestões».

INICIATIVAS DA «PORTUGAL-URSS»

A Associação Portugal-URSS promove amanhã pelas 21 e 30 na sua sede (Rua de S.Caetano, 30 – Lisboa) um colóquio subordinado ao tema «A concepção da cultura popular na URSS vista por um português». Será proferida uma intervenção pelo músico e nosso camarada Carlos Paredes.

EXPOSIÇÃO

Entretanto, continua aberta ao público na sede uma exposição de reproduções de trabalhos do artista soviético Zurab Tsereli, nascido em Tbilissi, (República da Geórgia), em 1934 e recentemente homenageado com o Prémio Lenine. O certame, que tem registado uma significativa afluência, é dominado pelo dinamismo ritmico, riqueza de cor e pela impetuosa fantasia das obras plásticas.

Para a Campanha dos 50 mil contos

CALENDÁRIO Avante!

o jornal operário é a tribuna operária

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

À venda nos Centros de Trabalho do Partido

O povo brasileiro aponta o dedo acusador e denuncia a ditadura

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Na sequência das eleições municipais de Novembro passado e tendo em conta a actual situação no país, a Comissão Executiva do PCB divulgou um importante comunicado, assinado pelo camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, no qual se apontam as tarefas dos comunistas e democratas brasileiros na fase actual da luta contra a ditadura. Reproduzimos na íntegra o referido documento, ao mesmo tempo que, nas vésperas da passagem de mais um ano sobre os trágicos acontecimentos que roubaram as liberdades e a democracia ao povo brasileiro, mais uma vez alertamos para a necessidade do reforço da nossa solidariedade para todos os que, em difíceis condições, lutam abnegadamente naquele país contra a opressão e a exploração.

Os resultados do pleito municipal de 15 de Novembro são uma prova a mais, e bastante evidente, do descontentamento do povo brasileiro com a ditadura militar-fascista. Deixam claro, ao mesmo tempo, como crescem e se ampliam as forças da oposição e da resistência ao regime.

Fracassaram, desse modo, todas as manobras e esforços da ditadura para transformar as eleições em manifestação de apoio do povo ao regime e à sua política. O ditador Geisel e seus acólitos, ante a escassa maioria de votos recolhidos pela ARENA vêm fazendo um grande alarido sobre o êxito eleitoral do regime. A verdade é bem diferente. Como reconhece a própria imprensa conservadora, a vitória do governo tem sabor de derrota. Como falar de vitória numa eleição em que a oposição quase não teve possibilidade de fazer propaganda e de comunicar-se com os eleitores? E em que os candidatos e eleitores estiveram constantemente ameaçados pelos órgãos de repressão fascista? O próprio voto anulado, dado ao «feijão preto», é um voto de protesto contra o regime de miséria e fome.

A verdade, portanto, é outra. Os resultados das eleições constituem, isso sim, uma demonstração da força crescente da oposição. Os milhões de brasileiros que votaram contra o governo, apesar da pressão e das ameaças a que foram submetidos, deram uma resposta contundente à política da ditadura. Os patriotas e democratas votaram contra o conteúdo ultra-reaccionário, antinacional e antipatriótico desta política. A condenação da ditadura, principalmente pela massa trabalhadora dos centros urbanos e industriais mais importantes do País, é a conclusão fundamental que se deve tirar das eleições de 15 de Novembro. As grandes massas, sem maiores ilusões sobre o valor das eleições nas condições do regime fascista, sabendo não estar travando uma batalha definitiva contra a ditadura, resolveram aceitar o desafio de Geisel: deram às eleições um carácter plebiscitário, colocaram a ditadura no banco dos réus e condenaram-na.

Responderam, assim, à dura realidade em que vive a imensa maioria do povo brasileiro. Condenaram a difícil situação que, neste momento, atravessa o País. Situação marcada a fundo pela inflação crescente, pelos défices na balança comercial e de pagamentos, pelo avultado endividamento externo, pelos salários de fome e pelo alto custo da vida, pelos constantes maltratos, torturas e assassínios de camponeses e indígenas, pelas medidas violentas para expulsar os «posseiros» de suas terras, pelo domínio incontestável de toda a vida económica do Brasil pelos monopólios imperialistas e nacionais, pelo desemprego, pela corrupção na administração pública, pela desnutrição e doença de milhões de compatriotas das cidades e do campo e, principalmente, pela falta de liberdades e total insegurança dos cidadãos.

O PCB, por tudo isso, avalia de maneira positiva os resultados das eleições. Constituem elas uma indicação concreta de que o povo brasileiro reitera, abertamente, o seu desacordo em continuar marginalizado da vida política e demonstra, simultaneamente, o seu desejo de participar na escolha dos dirigentes do país. Esta não é uma afirmação vã, feita apenas pelos que nos opomos decididamente ao regime. É também o que reconhece um órgão de imprensa tão insuspeito no caso como «O Estado de São Paulo», quando escreve que «nem mesmo os detentores do poder ignoram estar o país em oposição ao sistema».

As eleições de 15 de Novembro foram, desse modo, uma confirmação a mais do descontentamento popular e da resistência ao conjunto da política fascista de Geisel que, sob as mais diversas formas, vêm se manifestando, em escala crescente, em todo o território nacional. Não configurando ainda um quadro de amplas lutas de massas, as manifestações contra a ditadura e as brechas que, em consequência disso, ela começa a apresentar, deixam entrever os primeiros sintomas da sua exaustão. Isso não significa, é certo, que a ditadura esteja moribunda. Ela ainda dispõe de forças suficientes para contra-atacar e contra-ataca com violência. Não devemos, portanto, nos iludir quanto às suas possibilidades de recuperação.

É preciso porém ter bem claro esse quadro. Porque é daí que decorre a ambiguidade da política actual da ditadura, uma ambiguidade entretanto que não obscurece seu principal objectivo táctico no momento – frustrar a ascenção da luta de massas que se inicia no país e impedir a organização e o fortalecimento da coligação antiditatorial.

Se, de uma parte, o governo fascista lança mão da astúcia para ampliar a sua base política, falando em «distensão» e em «defesa dos interesses nacionais», de outro, vê-se obrigada a permanecer no terreno do arbítrio e declara, pela boca de Geisel que «o regime é que é, dele gostemos ou não». Ou, como diz um porta-voz menos graduado da ditadura, «extinguir o AL-5 é irresponsabilidade». E, mais do que declarações, dando a tónica da violência do regime, continuam as prisões, os sequestros, as execuções sumárias e as cassações de mandatos e de direitos civis.

Ao mesmo tempo, a ditadura procura modificar os seus métodos de repressão. Tenta substituir a violência, os sequestros, torturas e assassínios praticados directamente pelos órgãos oficiais de repressão, pelo terrorismo extra legal, mas com evidente cobertura dos órgãos oficiais, como é o caso da AAB. Dessa forma, pretende a ditadura fugir à responsabilidade pelos crimes cometidos, frente à repulsa que encontram, tanto dentro como fora do Brasil. Cabe aos comunistas e a todos os democratas desmascarar e denunciar essa mudança nos métodos de repressão.

Nos planos tácticos da ditadura, destacamos os esforços que ela realiza para dividir a oposição, seja agitando a bandeira do anticomunismo, seja realizando uma repressão selectiva contra os comunistas e antifascistas mais combativos. Com tais manobras, a ditadura visa a intimidar os elementos vacilantes da resistência democrática e patriótica e impedir que os mais combativos e consequentes prossigam na sua acção para organizar e dar forma a uma ampla coligação antifascista. Ante os atentados terroristas contra organizações, instituições e personalidades que cumprem o dever democrático e patriótico de resistir à política da ditadura, ante a explosão de bombas, dos assassinatos e das tropelias praticadas pelos bandos armados fascistas ligados aos chamados órgãos de segurança, fica claro que a pretensão da ditadura é criar um clima de terror e de desestabilização que justifique novas ondas de repressão contra o povo.

Até aqui, as manobras de Geisel vêm sofrendo crescentes revezes. A resistência das forças democráticas e patrióticas, tanto em face ao terrorismo como ante as manobras divisionistas da ditadura, tem semeado o pessimismo — e, em muitos casos, o desespero — entre as fileiras e os homens do regime. Ao contrário, do lado da oposição, está criando premissas para a ampliação e unidade de suas forças e despertando, em seu seio, uma esperança saudável e realista.

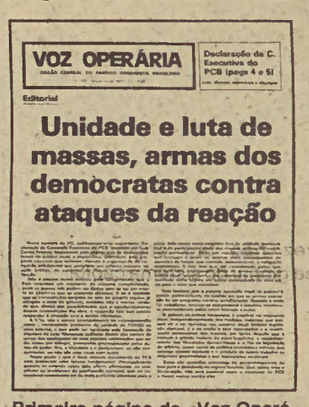
Os resultados das últimas eleições, ao mesmo tempo, ao expressarem e acentuarem o descontentamento de milhões de cidadãos, principalmente das massas trabalhadoras, ante o descalabro que reina no país, como fruto da política que lhes foi imposta desde o golpe de 1964, dá razão ao que afirmava o PCB em Dezembro de 1975. Então, depois de assinalar que «o traço principal da situação política nacional está no surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião pública contra a ditadura e no fortalecimento da oposição ao regime fascista», diziamos: «O isolamento crescente do regime, acompanhado da tendência de reforçamento das forças antifascistas e patrióticas e da instabilidade política, cada vez maior, poderá conduzi-lo a uma grave crise política».

Passada a campanha eleitoral, na qual o regime buscou em vão um fortalecimento que não conseguiu, o governo de Geisel depara-se com uma situação complexa e cheia de dificuldades. Entre estas, podemos aqui enumerar as mais importantes.

A situação económico-financeira do país, que tende a agravar-se, piorando as condições de vida do povo, o que não pode deixar de incrementar a sua resistência e oposição ao regime.

A questão relacionada com as eleições parlamentares e para governadores estaduais, em 1978, que criará uma difícil situação para a ditadura, porque, além da possível conquista pelo MDB da maioria parlamentar, a ditadura poderá ser batida, mesmo no caso de eleições indirectas para governadores, em três dos Estados mais importantes.

A questão das difíceis relações entre a Igreja Católica e o regime, posto a nu agora, com maior destaque, com a Declaração do CNBB, que não pode deixar de chegar ao conhecimento das



VOZ OPERÁRIA

Declaração do C. Executivo do PCB (pags 4 e 5)

Editorial

Unidade e luta de massas, armas dos democratas contra ataques da reação

Primeira página de «Voz Operária», órgão central do PCB.

amplas massas, apesar da proibição da sua difusão pelo rádio e das dificuldades opostas à sua publicação pela censura oficial.

É, finalmente de ressaltar a questão da sucessão de Geisel, que contribuirá para aprofundar os conflitos e as contradições nas Forças Armadas, como ocorreu por ocasião da substituição dos ditadores anteriores.

Diante desse quadro, abrem-se para as massas populares novas e melhores perspectivas para a luta por suas reivindicações, como também para, no curso de tais lutas, acumular forças para os duros e numerosos combates que teremos de travar até a derrota final da ditadura.

Por isso, neste momento, o mais importante é apontar os rumos em que orientar a nossa actividade. E nesse sentido indicamos:

1. Realizar esforços a fim de convocar todas as forças sociais e correntes políticas à unidade e acção, com base na plataforma da frente antifascista e patriótica por nós sugerida, salientando os pontos relacionados com as liberdades democráticas e com os interesses dos trabalhadores. Chamamos a esta unidade todos os patriotas e democratas, mesmo aqueles que ainda hoje apoiam a ditadura ou participam nas fileiras da ARENA. O essencial é que tudo isso dê à frente antifascista e patriótica uma direcção correcta e firme.

2. Realizar esforços para dar continuidade e ampliar as campanhas que estão contribuindo e dando forma à frente antifascista e patriótica, em curso em todo o país, entre as quais destacamos: a campanha pela amnistia; a campanha contra o AI-5; a campanha contra a censura; a campanha em que se destaca a Igreja Católica, contra as prisões arbitrárias, a tortura e os assassinatos e o terrorismo; e a campanha para controlar e limitar a acção das empresas multinacionais que ferem a soberania do país, endividam o Estado, desnacionalizam a economia e drenam para o exterior uma parte considerável das riquezas criadas pelo trabalho do povo brasileiro.

3. Organizar a luta pela manutenção do calendário eleitoral e pelo voto directo nas eleições de governadores estaduais. Realizar esforços para, em torno desses objectivos, dar maior unidade às forças da oposição e, consequentemente, influir positivamente na acção mobilizadora do MDB, em particular entre os trabalhadores, as mulheres e os jovens.

4. Combater e desmascarar o anticomunismo e anti-sovietismo, argumentos que a ditadura utiliza para justificar a sua doutrina de «segurança nacional» e a sua acção repressiva. Isso é particularmente importante hoje, quando boa parte da opinião pública começa a falar de «pacificação nacional».

O PCB, compreendendo que cresce o número de pessoas e correntes políticas que desejam a pacificação do país, o fim do arbítrio, compreendendo que grande parte dos que falam em «acordo político» não são oportunistas ou partidários de conchavos com a tirania, declara, mais uma vez, que, ao contrário do que afirmam os porta-vozes da ditadura, os comunistas não são partidários da violência pela violência e sempre combateram as acções aventureiras.

Por princípio e precisamente por sermos partidários da transformação socialista do Brasil, sempre lutámos pelas liberdades democráticas e pelos interesses dos trabalhadores. Vemos na democratização da vida nacional, na incorporação das massas de milhões à vida política do país, o meio para realizar as grandes reformas históricas que abrirão, no Brasil, o caminho para o socialismo.

Por sua vez, a grave situação económica que atravessa o país, mais do que nunca, exige a unidade de todos os patriotas e democratas para evitar a bancarrota e o caos económico, do qual serão justamente os trabalhadores suas maiores vítimas.

Não discordamos, assim, da pacificação do país. Não somos revanchistas. Embora saibamos que no meio dos militares encontram-se torturadores e assassinos de comunistas e de outros antifascistas e patriotas, isso não nos impede de reconhecer que a maioria dos militares é constituída de patriotas, que se sentem humilhados com o papel que lhes é atribuído de carrascos do povo e não podem também estar de acordo com a política da ditadura de total entrega do Brasil aos monopólios estrangeiros, política que nega a soberania nacional e subordina o país aos governantes de Washington e aos generais do Pentágono.

Mas a reconciliação nacional só poderá realizar-se com a plena vigência das liberdades democráticas e consequente garantia dos direitos dos trabalhadores. Principalmente com a liberdade de livre organização do povo, num regime em que seja garantido o direito de organização e vida legal para o Partido Comunista e para o movimento operário e sindical.

É importante também, nessa linha de acção antiditatorial, a denúncia do anti-sovietismo.

Trata-se de desarmar a propaganda da ditadura, que justifica o seu carácter repressivo e a sua política exterior pró-imperialista, a partir de uma suposta ameaça da União Soviética e demais países socialistas, ou do que chama de «comunismo internacional», à segurança e paz do nosso povo. Nesse sentido, o PCB não esmorecerá na sua acção junto às massas e demais correntes antifascistas, em mostrar o papel histórico que desempenha a União Soviética como principal promotora da distensão internacional e infatigável defensora da paz mundial.

Ao assinalar os rumos unitários que orientam a nossa acção antifascista, não podemos deixar de insistir e de esclarecer um aspecto fundamental dessa política — a convergência que agora estimulamos e a coligação antiditatorial que propomos para liquidar a ditadura militar-fascista não tem apenas um carácter táctico. Os seus objectivos são mais amplos. É preciso que elas se projetem no futuro e que se transformem, após a queda do fascismo numa aliança também para solucionar graves e antigos problemas nacionais, muitos dos quais foram extremamente agravados por mais de 12 anos de um poder arbitrário e ditatorial. Precisamos então evitar que as forças antifascistas e patrióticas que se tenham coligado para resistir e derrotar o fascismo, se dividam e se dispersem e debilitem, dessa forma, o esforço do povo para extinguir as raízes da reacção e construir um regime democrático avançado.

O PCB declara estar disposto a se bater para que a unidade que venha a ser conseguida na luta contra a ditadura — pelo menos a das suas correntes fundamentais — se prolongue no período que se seguir à queda desta, a fim de tornar possível e facilitar a realização de uma profunda transformação da sociedade brasileira. É necessário porém que as grandes forças que se estão afirmando na luta contra a ditadura entendam que não é possível derrotar o fascismo e assegurar a democracia no Brasil sem o concurso do PCB, e muito menos contra ele. Qualquer concessão nesse terreno à pressão da reacção será sempre, e em última análise, um erro que favorecerá a direita. E, como tal, não servirá nem à consolidação da democracia, nem à solução das questões fundamentais das quais depende o progresso económico, político e social do Brasil.

Luís Carlos Prestes
Secretário-geral do PCB

SEMANA INTERNACIONAL

EUROPA TRABALHADORA PROSSEGUE A LUTA

A Bélgica trabalhadora está neste momento empenhada no maior movimento grevístico registado desde há 16 anos, organizado de forma rotativa ao longo de um mês. Aos caminhos-de-ferro, incluindo os comboios internacionais, seguiram-se as administrações municipais, provinciais e locais. Todas as indústrias privadas nas províncias de Flandres Ocidental e Hainaut, entraram igualmente em greve. O total de grevistas no primeiro dia excedeu os 50000.

Na sexta-feira, será a vez de mais duas outras províncias belgas, para além dos autocarros e táxis em todo o país.

A 11 de Março serão mais duas províncias, navios e aviões. A 18 de Março, outras duas províncias, e a 25 do mesmo mês a província de Brabante, juntamente com Bruxelas, terminarão o movimento rotativo de greves.

Esta a resposta da classe operária ao plano de austeridade anunciado pelo governo centro-direita de Leo Tindemans, plano que inclui 400 milhões de dólares em novos impostos e 500 milhões de dólares em cortes no orçamento, com que são fundamentalmente afectadas a segurança social e a educação, elementos pobres dos orçamentos do mundo capitalista. Um plano que nada tem a ver com os problemas dos trabalhadores, antes os agrava. Num país em que o desemprego atinge 10 por cento da força de trabalho, a inflação tem a taxa anual de 8,14 por cento, o aumento de custo de vida cifrou-se em 38 por cento nos últimos três anos e a produção industrial diminuiu em 10,6 por cento.

Uma pequena amostra do «paraíso» capitalista. Livre e democrático.

Na Dinamarca os trabalhadores elaboram igualmente planos de luta. O acordo colectivo dinamarquês expirou no fim do mês, juntamente com o congelamento, por três meses, dos salários, preços e rendimentos. Os trabalhadores preparam uma vaga de greves, em apoio das suas reivindicações salariais. A primeira vaga grevística está prévista para dia 7. O patronato dinamarquês ameaça com o «Lock out».

Na Inglaterra, agudiza-se a luta contra o «contrato social», que limita as subidas salariais. Mil e duzentos sindicalistas, reunidos em Londres por motivo da «Conferência para a Defesa dos Sindicatos», discutiram a necessidade de anulação do contrato, e regresso à livre negociação dos contratos colectivos de trabalho.

Também em Londres, centenas de polícias irromperam pela Faculdade de Economia, onde um grupo de 54 estudantes estava concentrado há 16 dias, para protestar contra o aumento das propinas. Em Inglaterra o ensino não goza da preferência dos orçamentos governamentais, que dão a sua preferência, pelos vistos, à manutenção de forças repressivas e em acções como esta, que pela sua descabida envergadura surgem como ridículas.

Um outro exemplo de democracia.

Face ao ascenso da luta das massas trabalhadoras, os senhores do capital e os governos da Europa capitalista reagem à ameaça ao prosseguimento de uma política lesiva dos interesses populares.

O primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, foi longe nessa reacção. Proclama as greves como políticas e afirma desgostoso: «O problema neste país é que ninguém parece estar consciente da actual revolução económica. E não existe um sentido real de solidariedade».

O sr. Leo Tindemans tem uma terminologia muito própria e conceitos talvez não tão originais. Não é frequente chamar-se à crise global do sistema capitalista revolução económica. O mesmo não diremos da ideia de «solidariedade» entre classes antagónicas. «Solidariedade» de trabalhadores com patrões, unidos na defesa das medidas que atingem profundamente as massas populares. Um velho sonho da burguesia, que fala de reconciliação nacional, de unidade de todas as boas vontades na defesa de um projecto único — o projecto do capital.

Quanto à fobia pelas greves — é tradição sempre renovada. E sempre que essas greves tomam uma maior envergadura, para enfrentar o peso da inflação, do desemprego, da deterioração dramática do poder de compra, aí surge política. Não só a direita belga se lança em tais análises. Não é só à sua porta que batem as dificuldades da crise, nem o espectro da fome.

O POVO ANGOLANO ESMAGARÁ A «COBRA 77»!

Angola é neste momento um alvo predilecto da reacção internacional, que se esforça por barrar o caminho ao avanço das forças progressistas no continente. O camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola, lança o alerta contra a planeada operação ofensiva "Cobra 77". Mishake Muyongo, vice-presidente da Organização Popular do Sudoeste Africano, SWAPO, confirma o agrupamento de forças para uma invasão de Angola.

"De acordo com os dados de que dispomos, deve ser lançada em Setembro ou Outubro próximo uma intervenção militar contra a República Popular de Angola. Os grupos fantoches da FLEC, da FNLA e grupos de mercenários participarão nesta operação denominada "Cobra 77". Em certos países europeus, esta operação foi baptizada de "Natal 77".

Especialistas militares estrangeiros (e não é difícil adivinhar de que nacionalidades) preparam no Zaire a agressão contra Angola. O seu governo apressa-se a desmentir a acusação. Mas os dados são muitos, foram mesmo citados nomes. O desmentido torna-se difícil.

Discursando na Comissão de Descolonização da ONU, Muyongo disse: "É um facto que as forças sul-africanas estão a treinar e equipar cerca de 15 mil angolanos, membros da UNITA e da FNLA, derrotadas juntamente com os sul-africanos pelo MPLA, para lançarem ataques contra a República Popular de Angola e também para impedirem a nossa mobilização de massas e as nossas operações militares no interior da Namíbia".

O plano de agressão tem um nome. Tem especialistas militares a estruturá-lo. 15 mil homens a serem treinados e equipados sob a direcção do exército de Vorster. Traidores angolanos, os sul-africanos empenhados em eternizar o regime neocolonial e o *apartheid*, os regimes reaccionários africanos, dedicam-se à sua organização e concretização. Trata-se de uma ameaça real, tangível. Que será denunciada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

PEÇAS DE UMA MESMA ESTRATÉGIA

O ataque planeado a Angola, como as agressões fronteiriças que se vão registando em Moçambique, e, num outro plano, as tentativas de arrancar acordos desfavoráveis às forças progressistas, para uma pseudo-solução do problema da Rodésia, ou o estatuto de uma falsa independência para a Namíbia – são peças de uma mesma estratégia que visa liquidar em África as possibilidades novas de verdadeira libertação do continente.

Mas os tempos vão maus para as manobras do imperialismo em África. Há um conjunto de países com uma orientação claramente progressista, que serve de esteio e de incitamento a todas as forças patrióticas do continente. Forças patrióticas que o imperialismo conseguiu manter desunidas, estabelecem hoje laços sólidos entre si. O movimento de massas contra o *apartheid* e a exploração neocolonial ganha notável envergadura na África do Sul.

Angola precisa urgentemente da paz que lhe querem negar. A paz indispensável para a grande tarefa de reconstrução nacional. Mau grado os intentos das forças da reacção, essa paz será conseguida. A provocação internacional, que cada vez tem menos condições para se concretizar, não passará da categoria de planos.

A neutralização da operação "Cobra 77", seria mais uma consequência da batalha internacional pelo desanuviamento, por um novo tipo de relações entre países e povos, e contribuiria por sua vez para a manutenção e reforço desse clima. E não tenhamos dúvidas: se o plano se concretizar, o povo angolano esmagará a "Cobra 77"!

«AUXÍLIO» EXTERNO INCLUI AS ARMAS

Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, declarou recentemente no Congresso que os programas de «auxílio» ao estrangeiro constituem um aspecto fundamental da política externa dos EUA. Trata-se de uma afirmação que alerta para o que virá a ser essa política externa. A que tipo de «auxílio» se refere Vance. Isto porque, no equilíbrio mundial de forças, a política externa do maior Estado imperialista é ainda um factor de peso. Porque esse tal «auxílio» tem sido arma de penetração por vastas zonas do mundo. Elemento de exploração de riquezas e trabalho. Base de apoio das forças reaccionárias locais. A América Latina é exemplo típico dos frutos de tal «auxílio». O chamado milagre brasileiro, apoiado em Washington, não pode deixar a ninguém dúvidas sobre os seus catastróficos efeitos.

Mas os «auxílios» da Casa Branca assumem também aspectos declaradamente sinistros. Vance não se limitou a falar deles de uma forma genérica. Entrou nalguns pormenores. E desses há que fixar que em plena batalha pelo desanuviamento internacional, alguns dos objectivos do Programa de Assistência Externa americano são «incentivar a paz através de programas de assistência militar selectiva, que assegurarem aos nossos aliados e países amigos uma adequada capacidade de autodefesa, preservando simultaneamente o equilíbrio regional de armamentos».

As palavras mais caras aos povos são frequentemente pronunciadas com muito pouco sentido. Sabemos que em nome da liberdade se podem defender conceitos e práticas dos mais atentatórios a essa mesma liberdade.

Todo o mundo capitalista se proclama livre, por exemplo, e no entanto nem da liberdade de trabalho se goza na livre RFA, nos livres Estados Unidos, no Japão ou na Inglaterra. Em nome da liberdade chega-se a defender a vergonhosa prática do *apartheid*, como outrora a da escravatura.

Também a paz é palavra bem elástica. Para Cyrus Vance e Carter, por exemplo, ela significa a corrida armamentista. A assistência externa, feita em nome da paz, significa a venda de armas a Israel, ou à Coreia do Sul, ou ao Brasil, o seu fornecimento às tropas de Vorster para com elas assassinarem os patriotas negros, ou o seu envio para o sudoeste asiático, para fomentar provocações contra o Laos socialista. Tudo isto para «incentivar a paz».

Estes os projectos norte-americanos de «auxílio». Projectos que nada têm de novo ou original em relação aos anos transactos.

A pedido do Ministério da Defesa dos Estados Unidos, o Instituto Brooking fez uma análise sobre o emprego das forças armadas norte-americanas, para apoiar os seus actos de política externa. Não nos debrucemos agora sobre as razões desse pedido, ainda que tal análise tenha sido solicitada em apoio de uma política governamental nacional e para explicar à opinião pública nacional os problemas com que o país se depara. Os números obtidos da análise requerida são francamente elucidativos. Desde 1945, os Estados Unidos recorreram, em 215 situações, ao emprego do exército, quer sob a forma de exibições militares, quer sob a forma de «emprego limitado» da força armada (incluirão também nesta denominação a guerra no Vietnam?). Noutras 33 situações, os Estados Unidos fizeram ameaças de utilização de armamento nuclear.

Os projectos actuais da administração norte-americana nada têm de novo. São a continuação de uma prática política sistemática. A grande diferença é que hoje a situação mundial é outra e tais projectos surgem como anacrónicos nesse contexto, uma tentativa de recuo que mais não conseguirá que levantar mais alguns obstáculos no irreversível caminho para a paz.

Apesar dos seus múltiplos cálculos sobre o peso político das armas, Washington terá que encarar os problemas internacionais de uma forma realista, de acordo com o novo estilo de relações que as forças progressistas, encabeçadas pelos países socialistas e a União Soviética, já conseguiram conquistar, e irão aprofundando cada vez mais.

O camarada Hoenecker quando, há poucas semanas, recebia em Berlim o camarada Luís Corvalán

MAIS DE MIL PROVOCAÇÕES NAS ZONAS FRONTEIRIÇAS CONTRA A RDA EM 1976

Importante entrevista do camarada Erich Honecker a um jornal da RFA

O ataque aos países socialistas é uma prática sistemática da propaganda burguesa. Hoje essa prática sofreu uma acentuação notória, visando-se com isso dificultar a Conferência de Belgrado, criar novos entraves a progressos na distenção internacional. O estatuto da cidade de Berlim, e as medidas tomadas pela RDA de defesa e soberania nacional, são de há muito um dos centros desses ataques.

Em entrevista concedida pelo camarada Erich Honecker, e publicada pelo jornal da RFA «Saarbruecker Zeitung», o secretário-geral do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha e presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, faz algumas esclarecedoras declarações sobre o movimento nas fronteiras de Berlim e a justa posição da RDA face às provocações.

«A RDA defende o cumprimento da Acta Final de Helsínsquia», disse o camarada Erich Honecker, que destacou que a RDA defende a plena aplicação de todas as medidas estipuladas na Acta Final no interesse da paz e da normalização das relações entre Estados com sistemas sociais diferentes e de acordo com os princípios da coexistência pacífica.

Referindo-se ao movimento de pessoas entre os dois Estados alemães, o secretário-geral do PSUA destacou que desde a Conferência de Helsínquia esse movimento entre a RDA e a RFA aumentou consideravelmente em ambas as direcções. Dos 7,9 milhões de pessoas de países não socialistas que visitaram a RDA em 1976, 3,5 milhões vieram da RFA. Dos 2,8 milhões de cidadãos da RDA que viajaram para países não socialistas, 1,1 milhões foram à RFA.

Tendo-lhe sido perguntado sobre a «liberdade geral de viajar», Honecker destacou que enquanto a RFA não reconhecer a cidadania da RDA não se pode falar de tal liberdade.

Referindo-se à campanha na República Federal Alemã contra a RDA, o camarada Erich Honecker declarou: «Se essa campanha prossegue, há que pensar se se pode esperar da RDA que continue disposta a permitir a entrada no país de propagandistas do ódio e da hostilidade contra o país. Só em 1976 registaram-se mais de mil provocações fronteiriças e ataques contra a fronteira da RDA e as tropas fronteiriças, por parte da RFA. Tais provocações são animadas e baseadas na tese revanchista de que a fronteira da RDA não é a fronteira de um Estado soberano.

«Se se desejam progressos nas relações entre a RDA e a RFA, é preciso que na RFA partam também do facto irrefutável de que existem dois Estados alemães soberanos e independentes um do outro. Disso há que retirar todas as consequências jurídico-internacionais e políticas. Os tratados já assinados poderiam ser uma boa base para o posterior desenvolvimento das relações desde que cumpridos de acordo com o seu espírito e a sua letra». E Honecker sublinhou: «Responderemos positivamente a passos realistas, razoáveis e no interesse da paz, dados pela República Federal Alemã».

Referindo-se aos esforços do governo da RFA, mau grado o estipulado, de incorporar Berlim Oeste na RFA, Erich Honecker declarou que o acordo quadripartido sobre Berlim Oeste foi concluído para garantir a paz e a segurança nesta região. A RDA pronuncia-se energicamente contra qualquer violação do acordo quadripartido, sendo que a parte essencial deste acordo estipula que Berlim Oeste não é parte constitutiva da RFA e não pode ser governada por ela.

Como é sabido, por parte da RFA multiplicam-se esforços para que Berlim Oeste seja considerado como um seu Estado federado. Claro está que estas actividades ilegais só criam obstáculos ao processo de distenção e põem em perigo os resultados alcançados para a população de Berlim Oeste.

O secretário-geral do CC do PSUA declarou ainda que a RDA apresentará resultados positivos na Conferência de Belgrado, em que participarão 35 Estados. Está disposta a uma troca construtiva de opiniões acerca dos passos já dados e de outros que facilitem e contribuam para o processo de desanuviamento internacional.

«CAÇA ÀS BRUXAS» TAMBÉM NO EGIPTO

Um julgamento farsa prossegue no Cairo. O Tribunal Supremo de Segurança de Estado da República Árabe do Egipto, continua a instrução dos acusados de «incitar a agitação dos dias 18 e 19 de Janeiro último e de pertencer a organizações comunistas clandestinas».

O julgamento do Cairo enferma de todos os vícios característicos de uma justiça, que mais não pretende que arranjar bodes espiatórios, numa situação económica e política em deterioração. Sucedem-se os aspectos absurdos de uma montagem mal cuidada.

Um dos acusados de «pertencer ao *complot* vive há nove anos em Paris, onde trabalha na UNESCO. Um outro vive no Iémen e visitou o Egipto pela última vez há 8 meses. Quando o juiz deu ordem de prisão a um certo Mahmud Al-Maisuni, os polícias que foram a sua casa sofreram um desapontamento: uma semana antes dos acontecimentos, «acusado» tinha morrido. Foi considerada prova de «convicção irrefutável» contra um dos acusados o facto de ter em sua casa um exemplar da revista «Rose El-Youssef», órgão da União Socialista Árabe, com uma tiragem de 150 mil exemplares. Tenta-se incriminar um estudante, Mustafa Rifaat, de «ser marxista», pelo simples facto de se ter encontrado em sua casa um exemplar do livro de Máximo Gorki, «A Mãe».

Trata-se de factos dispersos mas significativos do carácter arbitrário da justiça egípcia, do empenhamento dos órgãos de poder em ocultar e minimizar os agudos problemas com que se debate o povo egípcio, e atacar as forças de esquerda, em particular os comunistas.

Com Sadat, o Egipto vem trilhando o caminho suicida de uma política pró-imperialista. E fá-lo em todos os planos. Às cedências de carácter político, que já chegaram a assumir o carácter de verdadeira traição à causa árabe, com um denunciado acordo unilateral com o governo israelita, alia-se a entrega das riquezas nacionais aos monopólios norte-americanos.

No complexo quadro político do Médio Oriente, a orientação política anticomunista e anti-soviética do actual governo, tem funcionado como um factor negativo, de divisionismo,e tem dificultado a acção das forças progressistas árabes. A actual reaproximação entre o Egipto e outros países da zona, não parece processar-se em moldes positivos para o futuro dos países árabes.

No plano interno, agudizam-se, com a submissão ao imperialismo, todos os problemas económicos. As condições de vida das massas trabalhadoras deterioram-se até níveis incomportáveis. É neste contexto que se inserem as manifestações de 18 e 19 de Janeiro.

Não é sob esta óptica que o governo de Sadat vê a realidade do seu país. Os óculos de Washington distorcem as imagens. Tal como atribuiu à União Soviética todos os problemas, na política externa, do seu país, também a nível interno Sadat só consegue ver, como causa das grandes dificuldades económicas e sociais do seu país, as massas trabalhadoras em luta contra a fome, o velho espantalho do comunismo.

Para o actual governo egípcio, o que está em causa é um surto de «subversão», alimentado pelos comunistas, mas nunca pelas próprias condições intoleráveis de vida; apoiado por Moscovo, mas não nascendo da própria, e cada vez mais difícil, realidade nacional.

Assim se procede a uma total inversão dos factos. É sabido que as crescentes dificuldades económicas com que o país se debate, radicam na política de submissão ao imperialismo. É sabido que os monopólios internacionais nunca trouxeram riqueza a um país, antes são peritos em a drenar para os seus próprios bolsos. Mas o Cairo atribui aos países socialistas, a nível externo, e aos trabalhadores e forças progressistas, a nível interno, as dificuldades e fundos problemas que têm como única causa, exactamente uma política dirigida contra os interesses dos trabalhadores, uma política submissa a Washington.

O julgamento do Cairo é mais um dos múltiplos aspectos que assume uma política de submissão ao imperialismo.

PENAS CUMPRIDAS EM LIBERDADE: A TENDÊNCIA DA JUSTIÇA SOVIÉTICA

Ultimamente alguns órgãos da imprensa ocidental publicam, sistematicamente, materiais sobre a justiça na URSS, esforçando-se por provar que haveria uma tendência para agravar as penas. Um dos últimos artigos desta série foi publicado no "Le Monde", parisiense, de 9 de Fevereiro.

Mas exactamente um dia antes da saída desse artigo, o Presidium do Soviet Supremo da URSS tinha adoptado várias decisões "sobre a extensão da prática actual em matéria de punição, sem isolamento do culpado da sociedade, e com medidas coercivas aplicadas por via administrativa e social".

Que tendência, na realidade, caracteriza a justiça soviética?

Gueni Batourov, chefe da direcção dos tribunais e membro do colectivo do Ministério da Justiça da URSS, respondeu a um repórter da APN sobre esta questão. Batourov é um eminente jurista soviético, especialista em direito comum.

Começou por declarar:

"Vou começar por uma significativa afirmação de Cyrus Eaton, célebre industrial americano. Numa das suas últimas visitas à URSS, disse-nos: 'Não é segredo para ninguém que em certas cidades americanas é perigoso sair à rua logo que começa a anoitecer. Não acontece nada de semelhante na URSS onde mesmo as mulheres podem andar nas ruas, a qualquer hora, sem razões para medo, pois sabem que estão na mais perfeita segurança. Para os americanos isto é uma coisa espantosa'.

"De facto, as profundas alterações sociais que se registaram na URSS também tiveram os seus reflexos no fenómeno criminal. Nestes últimos 50 anos, a criminalidade diminuiu 3,5 vezes, tendo entretanto a população aumentado em 117 milhões de pessoas. Com a erradicação do crime profissional e organizado, cresce, proporcionalmente, o peso relativo das infracções à lei que não representam qualquer perigo social. Tendo em conta este facto, o Estado soviético dá progressivamente preferência às punições que não impliquem a privação da liberdade."

"A experiência atesta — prosseguiu Batourov — que os nossos tribunais pronunciam cerca de metade de tais veredictos ou, para citar o número do ano passado, 43 por cento. Recorre-se cada vez com mais frequência, a medidas como trabalhos correccionais sem privação de liberdade, multas, a reprovação pública. É amplamente utilizada a pena suspensa, a libertação sob caução da sua colectividade de trabalho. Com frequência, os tribunais de instrução submetem as questões pendentes à análise de tribunais de camaradas da empresa ou do local de residência do inculpado.

"Nos casos em que está prevista a pena de privação de liberdade, o condenado cumpre geralmente a sua pena numa colónia de reeducação pelo trabalho, e não numa prisão. A pena máxima prevista é de dez anos, podendo ir até aos 15 anos para crimes particularmente graves.

"Compare-se isto — destacou Batourov — com a prática 'humana' dos países capitalistas onde são ditadas sentenças perpétuas ou a penas que se exprimem em números com três algarismos, penas que nem várias vidas humanas seriam por vezes suficientes para cumprir..."

O correspondente da APN, perguntou seguidamente a Batourov:

— *Que trazem de novo à prática judiciária as últimas decisões do Presidium do Soviet Supremo?*

— "De acordo com estas decisões, é alargada a possibilidade para os tribunais, de aplicar, nos casos de delitos menos perigosos, sanções administrativas e penas suspensas, prevendo-se, entretanto, o trabalho obrigatório por parte dos condenados. É também alargado o círculo de pessoas que serão autorizadas, em determinadas condições, a saírem em liberdade depois de cumprida uma parte da pena.

"Por outro lado, está prevista a deportação para certas vilas de pessoas condenadas por delitos cometidos por imprudência. Estas pessoas serão autorizadas, em determinadas condições, a sair, por certos períodos de tempo, do local onde estão, para tratar de questões familiares".

— *O Presidium do Soviet Supremo da URSS adoptou também a decisão de aperfeiçoamento da actividade dos tribunais de camaradas. Qual a razão desta decisão?.*

— Isso insere-se na tendência geral para aumentar o carácter educativo das sanções em que não está prevista a privação da liberdade e dar à opinião pública as maiores possibilidades no domínio da Justiça.

"Comecemos por dizer algumas palavras sobre os tribunais de camaradas. Estes organismos sociais, eleitos na empresa e outros estabelecimentos e compostos de operários e empregados têm o direito de obrigar o seu colega culpado a desculpar-se publicamente diante do colectivo ou da pessoa que tenha sofrido com a sua conduta. Tem igualmente o direito de lhe fazer uma condenação pública e de o citar na ordem do dia, de o multar, de pedir à administração para o incumbir de uma tarefa menos qualificada ou mais mal remunerada. Em 1 de Janeiro de 1977 contávamos com 280000 tribunais desse género no país. Cerca de dois milhões de pessoas tomaram parte na sua actividade.

"A nova decisão do Soviet Supremo prevê a extensão da competência destes tribunais, que terão, nomeadamente, o direito de examinar questões como o comportamento indigno na família e certas infracções à legislação sobre a protecção do meio ambiente.

Pequenas notícias

- **Na mais vasta operação de massas verificada na Holanda desde 1970, aumenta diariamente o número de grevistas em luta pela indexação dos aumentos à subida dos custos de vida na negociação dos novos contratos de trabalho.**
- **Em Nova Iorque, no prosseguimento de uma política económica que acenta em novos despedimentos, diminuiram as carruagens do metro urbano e aumentaram os intervalos da circulação. Em certas linhas do metro os passageiros têm que aguardar 15 a 20 minutos. As autoridades municipais esperam, assim, poder despedir várias centenas de trabalhadores do metropolitano e economizar 7 milhões de dólares por ano.**
- **A Indonésia, grande produtor mundial de petróleo, tem que importar certos produtos petrolíferos derivados. De Janeiro a Outubro do ano passado, a Indonésia produziu 460 milhões de barris de petróleo – e estes números ilustram a sua posição entre os grandes produtores – mas são as sociedades estrangeiras, principalmente americanas, que detêm as posições-chave e auferem os principais lucros da exploração dos recursos naturais indonésios. O desenvolvimento da indústria nacional de transformação do petróleo tem sido entravado, de acordo com os interesses dos monopólios estrangeiros, verdadeiros donos do país. O governo da Indonésia está talhado à medida dos interesses que do imperialismo**

RÁDIO SÓFIA EM PORTUGUÊS

Desde o passado dia 11 deste mês que a Rádio Sófia, da República Popular da Bulgária, tem vindo a transmitir dois programas em língua portuguesa. O primeiro vai para o ar das 22 às 22 e 30, em ondas curtas, nas faixas de 41, 49 e 31 metros. O segundo, também transmitido em ondas curtas, pode ser ouvido entre a 1 e a 1 e 25, nas faixas de 41 e 31 metros.

Notícias dos partidos-irmãos

- **Dez mil prostitutas e crianças abandonadas, um dos frutos que o imperialismo deixou em Saigão, beneficiaram durante o ano passado de educação profissional. Quase 1170 toxicómanos, outra consequência da passagem dos americanos pelo país, foram curados e 71 mil analfabetos aprenderam a ler e a escrever no novo Vietnam.**
- **Uma delegação do Soviete Supremo da URSS, dirigida por Sabir Niyazbekov, vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, deslocou-se a Vienciana para uma visita oficial, a convite da Assembleia Suprema do Povo da *República Popular do Laos*.**
- **O primeiro contacto entre as centrais sindicais polaca e angolana, concretizou-se com a participação do secretário do CCS, Jan Pawlak, na Conferência Internacional Extraordinária de solidariedade com a luta do povo angolano e do MPLA, organizada pela organização de solidariedade dos povos da Ásia e da África, em Fevereiro de 76, em Luanda. Jan Pawlak participou nas celebrações do 15.º aniversário do início da luta encabeçada pelo MPLA, e um delegado da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos participou nas celebrações do 1.º de Maio na Polónia. Em Novembro último o secretário-geral da UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) representou Angola no 7.º Congresso dos Sindicatos da Polónia. Em Dezembro de 1976 esteve na Polónia, em visita oficial, o secretário-geral da UNTA. Foi assinado um acordo de cooperação que prevê um desenvolvimento de contactos bilaterais e uma troca de delegações por ocasião do 1.º de Maio deste ano.**

8 DE MARÇO DE 1977:

CONTRA O CUSTO DE VIDA PELA DEMOCRACIA!

Organizadas e mobilizadas pelo Movimento Democrático de Mulheres, as trabalhadoras e donas de casa portuguesas empenham-se numa jornada de luta contra o custo de vida que constitui um marco na batalha pela defesa da democracia.

O 8 de Março, dia internacional da mulher e jornada de luta a nível mundial, é este ano, no nosso país, comemorado através de uma série de iniciativas centralizadas no combate ao custo de vida.

De dia 8 a dia 13, em diversos concelhos do país, as populações vão ser mobilizadas para sessões de esclarecimento sobre o significado da data e sobre o custo de vida. Comícios, sessões públicas, promoção de vendas de produtos oriundos da zona de intervenção da Reforma Agrária, são realizações que o Movimento Democrático de Mulheres promoverá por todo o país. Durante o mesmo período serão entregues aos órgãos do poder, protestos de milhares de donas de casa e trabalhadoras contra o aumento dos preços.

Na via aberta pela primeira grande movimentação de mulheres trabalhadoras, ocorrida há mais de um século nos Estados Unidos, quando as costureiras de Nova Iorque sairam para a rua, reivindicando a diminuição do seu duro horário de trabalho e dando assim origem a que o 8 de Março constitua um marco na história do combate das massas trabalhadoras pela sua emancipação, as mulheres portuguesas erguem a sua voz, a sua resistência e a sua combatividade neste 8 de Março de 1977, em Portugal, país assolado pela agudização da luta de classes, país onde a minoria prossegue a tentativa de recuperação capitalista e do regresso de uma vida de sacrifícios para o povo trabalhador, e a maioria, incluindo uma multidão crescente de mulheres, demonstra a sua determinação em defender e consolidar a democracia, derrotando as forças reaccionárias.

Tal como os precedentes dias 8 de Março de cada ano, o 8 de Março de 1977 será um marco na luta de todos os dias pela construção de uma sociedade sem exploração, de um 8 de Março que seja apenas de festa e regozijo pelas conquistas alcançadas e pelos avanços a encetar.

A MATERNIDADE PARA A MULHER SOVIÉTICA: LIMITAÇÃO OU FUNÇÃO SOCIAL?

Quantas vezes, somos informados ou conhcemos mesmo pessoalmente, casos de mulheres no nosso país, nos países capitalistas em geral, que encaram a maternidade como um fardo, como uma limitação das suas capacidades e possibilidades de realização social? Quantas mulheres "deixam os filhos ir por diante" sem os desejarem? E paralelamente quantas outras desejam ter mais filhos e vêem frustrada a realização deste desejo por dificuldades económicas?

Estes problemas são estranhos à mulher soviética e à mulher dos países socialistas em geral. Porquê a segurança desta afirmação? Será que sempre assim aconteceu?

Basta dizer que, na Rússia pré-revolucionária, apenas existiam 9 postos de consulta médica para as mulheres e as crianças (hoje são mais de 21 000). Em 1911, em cada 100 mulheres apenas 5 eram assistidas por um médico, no parto. A mortalidade natal atingia números assustadores. O mesmo acontecia em relação à mortalidade infantil.

Em 1913, na Rússia czarista, apenas 4600 crianças frequentavam creches e jardins de infância (actualmente, este número é de 11 milhões nas creches e jardins de infância permanentes e de 5 milhões nas creches e jardins de infância de Verão que existem no campo por causa do trabalho sazonal).

A taxa de natalidade antes da Revolução, era elevadíssima na URSS. Em 1913, a natalidade era de 47 p. em 1000, taxa ainda mais alta do que a que se verifica actualmente nos países em vias de desenvolvimento. Do mesmo modo a mortalidade infantil era impressionante: em cada 1000 crianças, 273 não atingiam o primeiro ano de vida.

Como reflexo das condições de trabalho e de vida, a mulher russa e dos territórios que hoje constituem a URSS, sofria muito numa vida muito curta: na aurora do séc. XX, a duração média de vida entre as mulheres, era de 33 anos!

Entre as primeiras medidas do Estado Soviético incluem-se vários decretos-leis relativos à protecção da materniade e da infância. A 28 de Dezembro de 1917, Lénine assinou o decreto segundo o qual se constituia o Departamento da Maternidade e da Infância, o que significava que a protecção da saúde da mãe e da criança passava a ser uma função do Estado, reconhecendo-se a maternidade como a função social mais importante da mulher.

Ao mesmo tempo que era legalizado o aborto, que passava a ser praticado com todas as condições de assistência psicológica e física, adoptavam-se medidas para combater a elevada mortalidade infantil. Num dos decretos publicados entre 1918 e 1920, afirmava-se: "Na Rússia, devido à ignorância e falta de consciência do povo subjugado á rotina e à indiferença do Estado classista, morriam, anualmente, dois milhões de crianças recém-nascidas. Todos os anos, dois milhões de mães amarguradas regavam com as suas lágrimas a terra russa, com as suas mãos calejadas cobriam a terra com pequenas e prematuras tumbas daquelas vítimas inocentes do disforme regime estatal. Mas o pensamento humano, que durante séculos procurou a saída desta situação, empreendeu por fim, a venturosa e radiante estrada da liberdade e da construção, pelas mãos da classe operária, de três formas de protecção da maternidade, consagradas a conservar a mãe para o filho e o filho para a mãe".

Apesar das dificuldades que se continuaram a fazer sentir nos primeiros anos do poder soviético, constituiram-se no país, cerca de 1500 estabelecimentos ao serviço das mães, ou seja, o triplo dos existentes em 1916. Pensões especiais às mães que amamentavam, alimentação gratuíta das crianças foram, também, dos primeiros sinais da solicitude manifestada pelo jovem Estado Socialista, em relação à mulher e à criança.

Desde então, à medida que se consolidou e aperfeiçoou o socialismo na URSS, a maternidade é cada vez mais vivida com facilidades, sem limitar a participação da mulher na produção e na actividade social. Se toda a sociedade no seu conjunto se aperfeiçoa, como ficaria fora deste desenvolvimento a maternidade, encarada pelo Estado Socialista, como uma função social?

Mas as pessoas que vivem no quadrante capitalista, as mulheres do Ocidente que experimentaram, pelo menos a maioria, a maternidade como uma sobrecarga do seu trabalho profissional ou doméstico, ou de ambos, mais do que afirmações, querem factos. Vejamos, pois, como se passam as coisas na URSS, relativamente à assistência e protecção à maternidade.

Assistência e segurança social à maternidade

Jamais é uma fonte de insegurança do emprego. Nenhuma administração de uma empresa, pode recusar empregar uma mulher por estar grávida ou amamentar,nem pode despedir uma mulher nestas condições, nem as mães de crianças com menos de um ano de idade. Sob indicação médica, as trabalhadoras grávidas e as mães que amamentam, assim como as que têm filhos com menos de um ano, podem ser transferidas para outro trabalho mais fácil conservando o salário médio anterior. É proíbido o trabalho nocturno e viagens de trabalho, para as mulheres grávidas e para as que têm filhos de menos de um ano. As trabalhadoras com filhos de um a oito anos, não podem ser designadas para fazer horas extraordinárias nem sairem em viagens de trabalho sem o seu consentimento.

De acordo com a lei, as operárias, as trabalhadoras dos *kolkhozes* e as empregadas, têm direito a férias pagas de gravidez e maternidade: 56 dias antes da data provável do parto e 56 dias depois, ou seja, um total de 120 dias. Em caso de complicações no parto ou de partos de duas ou mais crianças, o período de férias pós-parto é aumentado para 70 dias, Se o desejarem, as trabalhadoras podem gozar as suas férias anuais a seguir às férias natais. As pensões de gravidez e de maternidade concedidas a todas as trabalhadoras são iguais a 100% do salário, independentemente do tempo de antiguidade.

Se a trabalhadora o desejar a administração da empresa, obrigatoriamente, tem de lhe conceder, além das férias de gravidez e de maternidade, férias complementares até que a criança atinja um ano. Durante estas férias o salário não lhe é pago, mas a trabalhadora conserva o direito ao lugar na empresa sem perda da antiguidade (tempo de trabalho) que conta para a reforma.

As trabalhadoras com filhos que não têm ainda um ano, têm direito a uma pausa de meia hora, de três em três horas de trabalho. Estas pausas são pagas segundo o salário médio.

Em 1973, o Estado soviético ampliou o sistema de facilidades às trabalhadoras com filhos. Estas medidas beneficiaram 35 milhões de mulheres soviéticas.

A maternidade vivida pela trabalhadora soviética

A assistência à maternidade na URSS, está assegurada por um conjunto de estabelecimentos sociais: maternidades, secções de maternidades nos hospitais, consultas paramédicas, etc., cuja única preocupação é proteger a saúde das mulheres. Toda a assistência médica prestada às mães e às crianças, como aliás a toda a população, é totalmente gratuita.

Actualmente, todas as mulheres trabalhadoras ou não, usufruem de assistência médica no parto, tanto nas cidades como no campo.

Em 1973, o número de centros de consultas para mulheres, nas policlínicas e dispensários para crianças, subiu para 21 800 enquanto em 1940 era de 8600: isto é, um aumento de mais de 2,5 vezes. Os centros de consulta feminina tratam e prevêem as doenças. Atendendo às particularidades biológicas da mulher, dão conselhos relativos à higiene do casal, sobre os métodos anticoncepcionais e observam as grávidas.

Os problemas de obstetrícia e de ginecologia são estudados em 15 institutos de investigação e em 130 cadeiras universitárias. As mulheres grávidas, as jovens mães e os restantes membros da família, na qual nasceu um bebé, recebem o ensino de regras de puericultura. Quando o bebé deixa a maternidade, fica sob a vigilância de um médico e de uma puericultora que o visitam no domicílio.

Em 1973, o número de médicos e de parteiras-ginecologistas aumentou 4,5 vezes, em relação a 1940; o de parteiras-enfermeiras aumentou 6,1 vezes e o de parteiras de 3,6 vezes. Durante este mesmo período (1940/1973) o número de pediatras passou de 19 000 para 84 000, isto é, quase quintuplicou. Neste momento o número de camas para crianças nos estabelecimentos médicos é de 444 000. Com tal assistência não é de admirar que a mortalidade infantil, na URSS, nos últimos 50 anos, tenha diminuído de tal modo que, por 100 crianças que morriam em 1920, morrem hoje 9.

Quanto à segurança social (o que vulgarmente denominamos por Previdência Social) a da URSS é das mais amplas de todo o mundo, tanto em relação ao cidadão em geral, como em relação à maternidade.

De 1971 a 1973, as despesas com os subsídios pré e pós-parto concedidos às trabalhadoras e incluídas no orçamento geral da segurança social, aumentaram 40%, tendo ultrapassado 1200 milhões de rublos em 1974.

O Estado Soviético presta auxílio material às mulheres com vários filhos. As mães com duas crianças recebem, quando do nascimento do terceiro, um subsídio excepcional do Estado e as que têm mais de três filhos recebem um subsídio mensal por criança. Em 1973, 2 809 000 mulheres receberam subsídios mensais por lhes ter nascido o quarto filho, o quinto, etc.. Entre as mães já com dois filhos, 343 000 receberam um subsídio excepcional na altura do nascimento do quarto filho.

Em 1973, o Estado gastou 1,5 milhões de rublos em subsídios de gravidez e de maternidade, concedidos às mulheres de famílias numerosas e às mães solteiras.

Em conformidade com as directrizes do XXIV Congresso do Partido, em 1974, aumentou o número de dias pagos com a assistência aos filhos doentes, sobretudo para as mães solteiras. Em Novembro de 1974, milhares de famílias nas cidades e no campo, começaram a receber subsídios para os filhos. Estes subsídios são concedidos às famílias cujo rendimento médio por cada membro da família, seja inferior a 50 rublos. Em 1975, o Estado dispendeu 1,8 milhões de rublos neste tipo de assistência.

Para termos uma ideia clara do modo como a maternidade é encarada na URSS, resta-nos acrescentar que às mães que deram à luz e educaram dez ou mais filhos, é atribuído o título honorífico de «Mãe Heroína» ou a Ordem da «Mãe Heroína». Instituiu-se a Ordem «Glória Maternal» para as mães que deram à luz e educaram 7, 8 e 9 crianças e a «Medalha da Maternidade» para recompensar as mães que tiveram seis filhos. De 1944 a 1973, foram condecoradas 13 543 000 mães de prole numerosa: 183 000 com o título de «Mãe Heroína», 3 572 000 com a ordem «Glória Maternal» e 9 788 000 com a «Medalha da Maternidade».

Ainda que resumidos os factos são claros: na URSS, a maternidade é, na realidade, uma função social.

E depois do nascimento, como pode a mulher trabalhar?

Alguns, nomeadamente algumas mulheres, dirão: «Tudo isso é muito bom; pelo menos, na URSS, não podem queixar-se da falta de assistência médica e da Previdência Social. Mas depois do nascimento da criança ou depois desta completar um ano, como fazem as mulheres para irem trabalhar? Pagam amas? Há infantários? Chegam os que existem? Custam «os olhos da cara»?».

Estas perguntas são legítimas vindas de quem vive uma realidade dolorosamente diferente da da URSS e que da vida nos países socialistas escuta as maiores deturpações inspiradas, ainda, no melhor estilo dos anos da guerra fria.

O que os números provam, é que na URSS, na generalidade, a mulher continua a trabalhar depois da maternidade, mesmo quando tem vários filhos.

Como é isto possível?

Graças ao conjunto enorme e sempre crescente de creches e jardins de infância acessíveis a toda a gente, que funcionam tanto nas cidades como no campo.

Hoje, cerca de 11 milhões de crianças frequentam creches e jardins de infância, sem contar com 5 000 000 de crianças que frequentam estabelecimentos do mesmo género no campo. Estes estabelecimentos para a infância, por um lado, auxiliam as mulheres na educação das crianças e criam condições para que possam trabalhar tranquila e produtivamente e, por outro lado, representam significativas vantagens materiais para as famílias. Do custo total da manutenção da criança, os pais pagam apenas 20%, sendo o restante coberto pelo Estado.

Nas cidades, uma em cada duas crianças e no campo uma em cada três crianças, têm lugar nos estabelecimentos pré-escolares.

Quanto aos cuidados com as crianças em idade escolar, depois das aulas, fica igualmente a cargo das escolas e dos grupos de estudos.

Depois das aulas, as crianças comem, repousam, divertem-se ao ar livre, preparam as lições, praticam desporto e participam nos círculos culturais. As escolas organizam todos estes programas com o auxílio de pedagogos especializados, remunerados pelo Estado. Em 1973, 6 300 000 crianças, frequentaram os grupos de estudo.

No Verão e no Inverno, durante as férias, as crianças vão aos campos de pioneiros, geralmente situados nos melhores locais. No Verão de 1974, cerca de 20 milhões de crianças e de adolescentes, repousaram nos campos de pioneiros e de escolares em excursões e em turismo ou partiram para o campo, a cargo de estabelecimentos pré-escolares.

Os estabelecimentos extra-escolares, na URSS, desenvolvem um importante papel na educação das crianças e dos adolescentes. Existem mais de 4100 palácios e casas de pioneiros e de escolares e teatros do jovem espectador, mais de 7000 bibliotecas para crianças, 1278 estações de jovens técnicos e de jovens naturalistas, 39172 campos de diferente tipo, bases de excursão e de turismo, 4069 escolas de desporto infantil, etc.

As despesas do Estado com a manutenção dos estabelecimentos extra-escolares, creches, jardins de infância, campos de pioneiros, casas de crianças, aumentou sem cessar. Em 1973, atingiram 5 milhões de rublos (sem contar com os investimentos). Em relação a 1940, estas despesas aumentaram 11 vezes e três vezes relativamente a 1960.

Por tudo isto, ter filhos na URSS, não constitui uma sobrecarga de trabalho nem uma ameaça ao equilíbrio do orçamento doméstico. Constitui sim, uma escolha livre, um acto plenamente assumido pelas mulheres, pelos pais, com a certeza da protecção do Estado, do apoio e carinho de toda a sociedade.

Libertar a mulher do trabalho doméstico: tarefa do Estado Soviético

Dizia Lénine, referindo-se às cantinas públicas, às creches e jardins de infância, que eram gérmens do comunismo "efectivamente capazes de reduzir e suprimir a desigualdade da mulher em relação ao homem, pelo seu papel na produção e na vida social". É neste sentido que o Estado Soviético considera como um objectivo fundamental desenvolver, em ritmo cada vez mais rápido, os sectores da produção social que garantam a melhoria das condições de vida dos soviéticos, reduzindo o tempo dispendido no trabalho doméstico.

Analisando a distribuição do tempo gasto em tarefas domésticas, na URSS, verificou-se que mais de metade das horas dispendidas correspondiam à compra de produtos e a preparação das refeições. Desta conclusão, partiu o Estado Soviético para dedicar ainda mais importância ao desenvolvimento da alimentação pública.

Actualmente, existem na URSS mais de 230000 estabelecimentos de alimentação pública. Aumenta o número de restaurantes, cafés e de fábricas de alimentação. Desenvolvem-se os serviços das lojas que vendem refeições semiprontas, guisados, restaurantes que servem pequenos almoços e jantares para o domicílio com 10% de desconto (o almoço é tomado na cantina da empresa ou da escola). Aumenta a venda de produtos semipreparados nas empresas industriais para que a mulher, no próprio local de trabalho, tenha acesso a compras que lhe permitam poupar tempo em casa.

Na Federação Russa, só de 1966 a 1969, nas fábricas surgiram mais de 5800 "secções de alimentação", com frigoríficos e todo o equipamento usual. Deste modo, as operárias podem adquirir hortaliças já limpas e cortadas e refeições semipreparadas de carne, de peixe, etc. Nas vésperas do fim-de-semana e feriados, organizam-se grandes "demonstrações-venda" de grande sortido de semiprontos de artigos de culinária e de confeitaria, podem ser consultados especialistas do sector de alimentação sobre a forma de preparar este ou aquele prato, como servir à mesa, que preparar para um dia de festa, etc.

A via está aberta e desenvolve-se. Os soviéticos consideram que, neste campo, muito há ainda a fazer: melhorar a qualidade e a variedade das refeições nas cantinas, dos semipreparados, aproveitar melhor os cafés, as cantinas e as fábricas de alimentação.

Deste modo, a energia criadora das mulheres poderá expandir-se totalmente. Nesse sentido, o Estado Soviético desenvolve sérios esforços e avança grandes passos. Por isso hoje, em todo o mundo, não pode deixar de reconhecer-se o grande êxito da emancipação da mulher na URSS, o seu papel no desenvolvimento da vida da sociedade soviética.

A este respeito, afirmou o professor americano Roberts: "Se se pode dizer que o progresso e a situação das mulheres são um índice do nivel cultural de uma nação, as transformações verificadas, neste domínio, nos países socialistas, constituem um dos mais grandiosos saltos na História da Humanidade. Estas transformações constituem um motivo de inveja para as mulheres do Ocidente, às quais os preconceitos e a ausência de igualdade de direitos na prática, impedem que manifestem totalmente as suas aptidões".